



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

DA OPINIÃO À REPRESENTAÇÃO: O ISLÃO NO DISCURSO
DOS JORNAIS EM PORTUGAL 2010-2020

Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Observador

Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Comunicação – Media e Jornalismo

Por
Helena Cruz Ventura

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2021



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

DA OPINIÃO À REPRESENTAÇÃO: O ISLÃO NO DISCURSO
DOS JORNAIS EM PORTUGAL 2010-2020

Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Observador

Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Comunicação – Media e Jornalismo

Por
Helena Cruz Ventura

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Professora Doutora Camila Arêas
e Professora Doutora Catarina Duff Burnay

Setembro de 2021

Resumo

Os *media* são elementos fundamentais na construção de significados, representações e agenda da actualidade. O seu poder é inegável na representação de eventos, fenómenos, pessoas ou grupos, também étnicos ou religiosos. Este poder estende-se aos *opinion makers* e à sua produção, que se pressupõe como legítima e credível, servindo como barómetro para a opinião pública. Islão e muçulmanos, segundo a literatura científica, tendem a ser representados pelos *media* ditos “ocidentais” de uma forma negativa, sendo associados a temas como conflito, terrorismo, intolerância e extremismo. Mais ainda, são frequentemente representados como uma massa homogénea e tratados com alteridade. A produção científica indica que os produtores de opinião que escrevem sobre o Islão em Portugal não são especialistas no tema. Igualmente, indica que o Islão português é praticamente invisível nos *media* e que existe a ideia não-fundamentada cientificamente de que está “bem integrado”.

Esta dissertação analisa a forma como Islão e muçulmanos são tratados pelo jornalismo de opinião em Portugal, durante dez anos (2010-2020), nas versões online dos jornais portugueses *o Público*, *o Correio da Manhã*, *o Diário de Notícias* e *o Jornal de Notícias* e no jornal electrónico *Observador*. Por meio de uma metodologia mista, que combina análise de conteúdo com análise crítica de discurso, são analisados o tratamento temático e discursivo desta cobertura jornalística que engloba 494 artigos de opinião. Identifica, ainda, os mais frequentes *opinion makers* sobre o tema do Islão em Portugal, chegando à conclusão de que não são, na sua maioria, especialistas no assunto. O estudo demonstra que as representações do Islão e dos muçulmanos são redutoras e maioritariamente associadas ao terrorismo e às diferenças de valores, partindo sempre de uma lógica de alteridade, e sendo quase nula aquela feita sobre o Islão português. Mais, os artigos revelam existir a pressuposição de uma identidade cristã/católica nacional.

Palavras-chave: *media*, representação, alteridade, Islão, muçulmanos, jornais, imprensa, discurso.

Abstract

The media are fundamental elements in the construction of meanings, representations, and current agenda. Their power is undeniable in the representation of events, phenomena, people or groups, whether ethnic or religious. This power extends to opinion makers and their production, which is assumed to be legitimate and credible, serving as a barometer for public opinion. Islam and Muslims, according to scientific literature, tend to be represented by the so-called “Western” media in a negative way, being associated with topics such as conflict, terrorism, intolerance and extremism. Furthermore, they are often represented as a homogeneous mass and treated with altrity. Scientific production indicates that opinion makers who write about Islam in Portugal are not experts on the subject. Likewise, it shows that Portuguese Islam is practically invisible in the media and that there is a scientifically unfounded idea that it is “well integrated”.

This dissertation analyzes the way in which Islam and Muslims are treated by opinion journalism in Portugal, for ten years (2010-2020), in the online versions of the Portuguese newspapers, *Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* and *Jornal de Notícias*, and in the electronic newspaper Observador. Through a mixed methodology, which combines content analysis with critical discourse analysis, the thematic and discursive treatment of this journalistic coverage are analyzed, encompassing 494 opinion articles. It also identifies the most frequent opinion makers on the topic of Islam in Portugal, concluding that the vast majority are not experts on the subject. This research demonstrates that the representations of Islam and Muslims are reductive and mostly associated with terrorism and differences in values, always from a perspective of alterity, and Portuguese Islam shows no representative presence. Furthermore, the articles reveal that there is an assumption of a national Christian/Catholic identity.

Palavras-chave: *media*, representation, alterity, Islam, muslims, newspapers, press, discourse.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	18
CAPÍTULO 1. “QUEM DECIDE EM QUEM VOTA SOU EU!”(?): <i>MEDIA</i> , PODER E OPINIÃO ..	18
1.1. A COMUNICAÇÃO DE MASSAS E O PODER DOS <i>MEDIA</i> EM QUESTÃO: DAS TEORIAS DOS EFEITOS ÀS TEORIAS DA RECEPÇÃO	19
1.2. O “CAMPO” MEDIÁTICO E A “INFLUÊNCIA DO JORNALISMO”	27
1.3. AS FUNÇÕES DOS GÊNEROS: O JORNALISMO DE OPINIÃO E O PAPEL DOS SEUS PRODUTORES ..	34
CAPÍTULO 2. DISCURSO E REPRESENTAÇÃO (DO ISLÃO) NOS <i>MEDIA</i>	40
2.1 – TEXTO E DISCURSO: SIGNIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NOS <i>MEDIA</i>	40
2.3 – (QUE) ISLÃO NOS <i>MEDIA</i> ?	44
2.4 – (QUE) ISLÃO NOS <i>MEDIA</i> EM PORTUGAL?	50
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA	56
3.1 CRITÉRIOS PARA A COMPILAÇÃO DO <i>CORPUS</i> ANALISADO.....	61
PARTE II – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	63
CAPÍTULO 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	63
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA	63
4.1.1 Análise da produção e produtores por jornal	68
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA	75
4.2.1 Análise de Temas	76
4.2.2 Análise de Conteúdo partindo do <i>Wordsketch</i>	102
Os 5 termos com logdice mais significativo por jornal.....	103
4.2.4 Análise crítica do discurso	109
Jornal Público	109
Jornal Observador.....	114
Jornal Correio da Manhã	118
Jornal Diário de Notícias + Jornal de Notícias	120
CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES E PISTAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS.....	123
BIBLIOGRAFIA.....	127
ANEXOS	127

Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição de pessoas muçulmanas por região do mundo em 2010. Fonte: Pew Research Center.	10
Figura 2 – População residente em Portugal segundo a religião e a respectiva variação registada entre 1991 e 2011. Fonte: Religião em Portugal, Análise Sociológica, de José Pereira Coutinho. ICS	11
Figura 3 - Diagrama Encoding/Decoding por Stuart Hall.....	25
Figura 4 - Modelo Publicito-dialógico de Mazzoleni, 2004	33
Figure 5 - Modelo Mediático de Mazzoleni e Bracciale, 2018.....	33
Figure 6 - The Circuit of Culture (adaptado por Mary Talbot 2007, de Hall 1997)	43
Figure 7 - Triângulo de Retórica (J Lutzke, MF Henggeler, 2009, em adaptação de Aristóteles)	56
Figura 8 - Número de artigos por ano, por jornal.....	67
Figura 9 - Número de artigos por ano do Jornal Público	68
Figura 10 - Número de artigos por ano do Jornal Observador.....	69
Figura 11 - Número de artigos por ano do Jornal Correio da Manhã	72
Figura 12 - Número de artigos por ano do Diário de Notícias + Jornal de Notícias.....	73

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Total de artigos por jornal.....	64
Tabela 2 - Número de artigos por Jornal com a palavra-chave ‘Islão’	65
Table 3 - Número de artigos por Jornal com a palavra-chave ‘Muçulmano/a/s’	65
Tabela 4 - Número de artigos com as duas palavras-chave em simultâneo	66
Table 5 - Os três autores/as com maior produção de artigos do Público	68
Table 6 - Os três autores/as com maior produção de artigos do Observador	70
Table 7 - Os três autores/as com maior produção de artigos do Correio da Manhã.....	72
Tabela 8 - Os três autores/as com maior produção de artigos.....	74

Às minhas filhas e aos meus filhos, inspiração de todos os dias,
Ao meu marido, porto seguro e fonte de amor de todas as horas,
À minha irmã, que tendo partido durante a realização desta
dissertação, foi imperiosa motivação e esteve comigo em todos os
passos,
Às minhas sobrinhas e sobrinho, força indispensável para continuar,
Às minhas orientadoras, mentoras da ciência e da empatia, da
humanidade que se quer,
Ao Professor Peter Hanenberg, amigo incontestável e sábio das
coisas de ser,
Às pessoas companheiras de vida, tantas, por todos os abraços,
apoio e mensagens de motivação,
E àquelas que, sendo humanas, não têm voz.

Introdução

A forma como criamos significado do mundo ou como nos vemos (ou não) uns aos outros, de um modo geral, é algo concebido de forma complexa e que não depende só de nós, individualmente. A origem de cada representação, do facto de poder haver múltiplas representações do mesmo evento ou tema, pessoa ou grupo, dependendo do ponto de vista em que nos encontramos em relação ao outro é um tema que tem vindo a ser discutido e teorizado ao longo da história das ciências sociais e humanas. Tal como o porquê de serem criadas, de as mantermos ou as mudarmos, e qual o impacto que elas têm na vida de todos nós, humanos, nas interacções diárias pontuais, ou nas estruturadas e de longa duração.

No final do ano de 2019, decorrente da participação num projecto intitulado *Islamophobie savante et médiatique : Étude transnationale des discours et de leur impact*, com a Universidade de Laval do Canadá, em parceria com o CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, da Faculdade de Ciências Humanas da FCH, em parte concomitantemente à redacção desta dissertação, foi desenvolvido um trabalho transnacional sobre representação do Islão, partindo da análise do discurso. No campo mediático, analisando artigos de opinião dos principais jornais de cada país; no campo da literatura não-académica, analisando a produção literária sobre o tema; e no campo etnográfico, junto das comunidades islâmicas e dos seus representantes. Se, num primeiro momento, foi analisado o terreno francófono (Canadá, França e Bélgica), posteriormente o projecto pretendeu alargar o espectro ao terreno ibérico, analisando Portugal e Espanha. Foi nesta circunstância que sucedeu a participação em questão.

Foi decidido na altura, por questões logísticas, que seria melhor a presente dissertação ser algo que complementasse empiricamente o referido projecto, fazendo uma análise com um foco mais geral, sem foco no tema específico da representação da Islamofobia e que pretendesse analisar que representações são feitas do Islão pelo discurso jornalístico de opinião. Na realidade, a ideia prévia para esta dissertação era, ela própria, sobre a temática da representação, apenas o objecto era diferente. Sendo a ideia deste trabalho a de fazer uma análise do discurso mediático usando a sua abordagem crítica, foi definido fazê-lo analisando, primeiro quantitativamente, o jornalismo de opinião nos cinco jornais online que

faziam parte do *corpus* do projecto canadiano. Estes abrangem o período dos últimos dez anos, aproximadamente (entre 01 Janeiro de 2010 a 28 de Fevereiro de 2020 – esta última data, por ser uma data prévia ao primeiro caso confirmado de COVID-19 conhecido em Portugal, que tomou conta da actualidade da produção jornalística). Para poder, deste modo, ter um panorama mais amplo, e por ser este, também, o hiato temporal analisado no projecto de onde advieram os primeiros dados.

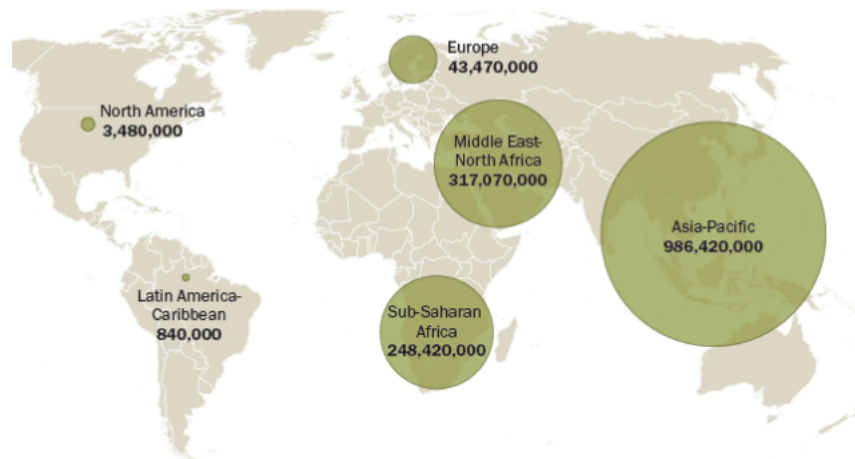
O motivo pelo qual foi escolhido analisar a produção do jornalismo opinativo, em vez do jornalismo informativo, prende-se, primeiro, com o facto de esse ter sido o discurso mediático analisado no projecto com a Universidade de Laval. Em segundo lugar, por não haver em Portugal, à data, eventos altamente polémicos relacionados com o Islão – ataques terroristas, movimentos declarados pró-Islão ou anti-Islão, entre outros - que tragam consigo o valor notícia (Mcquail, 2003, pp.347) que justifique a cobertura noticiosa de eventos passados em território português, localmente. Por último, foi escolhido este discurso de opinião sobre o Islão pelo facto de Vakil, em 2004, tê-lo apontado como sendo produzido por não-especialistas sobre o tema, mas antes “autodidactas” que produzem discurso com base na “repetição incontestada de generalizações reconfortantemente simplistas”. Sendo que esta referência de Vakil está datada, quis apurar-se, também, a sua possível validade actual ou se, por outro lado, presentemente os *opinion makers* sobre o assunto já são especialistas.

Procuram-se, assim, argumentos, reflexões e comentários, sobre um Islão externo e “global”, em que o ponto de vista é dos produtores de opinião em Portugal sobre o Islão europeu e internacional. Mas também sobre o Islão português e a forma como este é, ou não, tratado e enquadrado pelo jornalismo de opinião e pelos *opinion makers*. Desta forma, será analisada a mediatização do Islão em Portugal nos artigos de opinião produzidos pelos principais jornais portugueses, embora o contexto possa não ser necessariamente o português. Desta forma é criada uma perspectiva do género de opinião português, produzido em Portugal, que abrange o Islão português e estrangeiro.

Contexto socio-histórico da relação Islão-Portugal

Regional distribution of Muslims

Population by region as of 2010



Percentage of world Muslim population in each region as of 2010



Note: Population estimates are rounded to the ten thousands. Percentages are calculated from unrounded numbers. Figures may not add to 100% due to rounding.

PEW RESEARCH CENTER

Figura 1 – Distribuição de pessoas muçulmanas por região do mundo em 2010. Fonte: Pew Research Center.

Existem, no mundo, de acordo com o *Pew Research Center*, 1,599,700,000 de pessoas que se dizem muçulmanas, 43,470,000 na Europa, e cerca de 20,000 em Portugal, à data dos últimos resultados dos Censos de há dez anos¹, sendo que aproximadamente 745.000 pessoas não responderam a esta pergunta². Mesmo que consideremos estes os números reais, estamos perante 5,79% da população da Europa³, e 0.2%, da população nacional (ainda que quase sete vezes superior à população judaica, à data, em Portugal). Como tal, uma minoria, quando perspectivamos apenas o ponto de vista da religião. Existem, no entanto, previsões de que, mundialmente, o número de muçulmanos e cristãos será aproximadamente o mesmo

¹ Foram consultados os dados preliminares dos Censos 2021, não havendo, à data da entrega desta dissertação, resultados sobre religião.

² Fonte INE: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006396&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt (consultado em 16 de Setembro de 2021)

³ População europa - 750,378,415 pessoas. Fonte: <https://countrymeters.info/pt/Europe> (consultado em 16 de Setembro de 2021).

em 2050⁴, e que, em Portugal, a população que se diz muçulmana tenha quadruplicado por essa altura.

A juntar a estes dados, os indicados na tabela seguinte, relativos à variação entre 1991 e 2011:

Religião	1991	2001	2011	Variação 1991-2001 (%)	Variação 2001-2011 (%)
Católica	6.527.599	7.353.548	7.281.887	+13	-1
Ortodoxa	11.322	17.443	56.550	+54	+224
Protestante	36.974	48.301	75.571	+31	+56
Outra cristã	79.554	122.745	163.338	+54	+33
Judaica	3.523	1.773	3.061	-50	+73
Muçulmana	9.159	12.014	20.640	+31	+72
Outra não cristã	9.476	13.882	28.596	+46	+106
Sem religião	225.582	342.987	615.332	+52	+79
Total de respondentes	6.903.189	7.912.693	8.244.975	+15	+4
Não respondidas	1.477.758	786.822	744.874	-47	-5

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (cálculos da Equipa OM).

Figura 2 – População residente em Portugal segundo a religião e a respectiva variação registada entre 1991 e 2011.
Fonte: *Religião em Portugal, Análise Sociológica*, de José Pereira Coutinho. ICS

Se tivermos em conta a última variação decenal (+72%), e inferirmos uma variação idêntica desde então até agora (2021), chegamos à conclusão de que a população que afirma ser muçulmana residente em Portugal, poderá ser de cerca de 35.500 pessoas, cerca de 0,35% da população total em Portugal à data de hoje. Existem, também, 54 locais de culto do Islão em Portugal (Continental e Ilhas), incluindo mesquitas. Por comparação, existem 4.738 paróquias católicas apostólicas romanas.

De acordo com Nina Clara Tiesler (2000), a comunidade muçulmana a residir em Portugal é pequena, se comparada com as existentes em alguns países da Europa ocidental, e com uma origem recente. Segundo a autora, os primeiros muçulmanos chegaram a Portugal na década de 1950, sendo que a grande parte após a instauração do regime democrático no país. Desde então, a comunidade tem crescido em termos numéricos, mas a sua característica mais marcante é a sua evolução ao incorporar uma cada vez maior diversidade de nacionalidades e culturas.

⁴ Fonte *Pew Research Center*: <https://www.pewforum.org/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/> (consultado em 16 de Setembro de 2021).

A História do Islão em Portugal tem dois pontos de análise temporais diferentes que devem servir esta contextualização, embora estes não sejam mutuamente exclusivos. O primeiro é a História do séc.VIII, em que se deu a conquista pelos muçulmanos que, após dominarem o norte da África, chegaram à Península Ibérica em 711, e da posterior chamada “Reconquista Cristã”, entre os séculos VIII e XV. Em 1139, deu-se a vitória na batalha de Ouriques pelo futuro rei português D. Afonso I.

Embora o domínio muçulmano na Península Ibérica chegasse, definitivamente, ao fim com a queda do reino de Granada no século XV, as contribuições culturais foram vastas. Além de possibilitarem diversas inovações nas áreas de matemática, medicina e astronomia, os conhecimentos islâmicos da bússola e do astrolábio seriam mais tarde fundamentais para os apelidados “Descobrimientos”. Além disso, os muçulmanos introduziram na Península Ibérica o conhecimento da fabricação da pólvora e do papel, e novas culturas agrícolas como a laranjeira e a amendoeira. Centenas de palavras utilizadas hoje nas línguas portuguesa e espanhola também têm origem árabe, como, por exemplo, açúcar, alcachofra, azeitona, tapete, masmorra e almirante.⁵

O segundo ponto de análise temporal que serve esta contextualização é o da História contemporânea, que bebe de uma narrativa eurocentrista e pós-ditadura, mais focada na imigração. Devido ao passado colonial, à ditadura que durou quase todo o século XX em Portugal, e ao período de transição após a descolonização, surgiu a noção do “muçulmano português” como resultado da imigração das antigas colónias, ou seja, o “Islão português” (Tiesler, 2005) que começou a ser transferido para o continente, tendo sido criada a reconciliação com a narrativa passada de expulsão de muçulmanos para criar um “Portugal católico”. Os primeiros “muçulmanos portugueses” eram, assim, na sua maioria, de origem negra e asiática.

No entanto, durante o chamado “processo de democratização” e os requisitos de entrada para a União Europeia, foram tomadas algumas medidas importantes para acomodar esses recém-chegados. Foram fundados alguns órgãos políticos, legais e sócio-culturais para apoiar esses

⁵ <https://www.infoescola.com/historia/conquista-muculmana-da-peninsula-iberica/> (consultado em 15 de Janeiro de 2021).

imigrantes e prestar-lhes a assistência necessária para a “inclusão social”. Apesar dos argumentos do Lusotropicalismo de Portugal (Pinto, 2009) e da narrativa do “Portugal pluri-religioso” durante a “normalização” do processo de democratização, houve um sentimento anti-muçulmano profundo que foi emergindo, nomeadamente desde os ataques terroristas às torres gémeas, em Nova Iorque, a 11 de Setembro de 2001 (Tiesler, 2005).

Para além de construir a “comunidade portuguesa” como implicitamente não integrando a população muçulmana (Araújo, 2019), uma ideia-chave transmitida no campo político é a de que em Portugal existem “bons muçulmanos” (Mamdani, 2004; Sayyid, 2014). Na senda desta lógica existe, também, de acordo com Araújo, uma ausência de visibilidade mediática em torno da população muçulmana portuguesa. De acordo com o *Islamophobia European Report*, esta invisibilidade muçulmana e o seu silêncio, não só no discurso mediático, mas também em assuntos políticos, sociais, culturais e públicos parecem criar, conforme referido, uma imagem de comunidade bem integrada⁶.

Devido à falta de dados relativos às discriminações que os muçulmanos enfrentam nas suas vidas quotidianas - por exemplo, as associações muçulmanas não mantêm dados estatísticos sobre qualquer tipo de evento discriminatório – seria, de acordo com o mesmo relatório, fácil afirmar que Portugal é isento de islamofobia. Do pouco que tem sido reportado, no que diz respeito a práticas islamofóbicas, encontramos esporádicos ataques de vandalismo a locais de culto (por exemplo, dois incidentes na mesquita de Lisboa, em 2015⁷ e Fevereiro de 2017⁸, respectivamente), e um outro evento passado em Albufeira, onde foi proibido o acesso de duas turistas britânicas a uma piscina, por estarem a usar “burkinis”, em Julho de 2017⁹.

A nível político, o evento de discriminação mais visível ocorreu - e ocorre, uma vez que o processo perdura ainda - na Mouraria, em Lisboa, desde 2006, quando a comunidade muçulmana local tentou construir uma mesquita. Desde então tem sido sujeito a diversos

⁶ http://www.islamophobiaeurope.com/wp-content/uploads/2018/07/EIR_2017.pdf (consultado em 15 de Setembro de 2021)

⁷ <https://observador.pt/2015/01/09/mesquita-de-lisboa-alvo-de-vandalismo-durante-manha/> (consultado em 15 de Setembro de 2021).

⁸ <https://www.publico.pt/2017/02/12/sociedade/noticia/-mesquita-de-lisboa-vandalizada-foi-acto-isolado-diz-ima-1761776> (Consultado em 15 de Setembro de 2021).

⁹ <https://www.mirror.co.uk/news/uk-news/brit-tourists-burkinis-made-humiliating-10888091> (consultado em 15 de Setembro de 2021).

obstáculos¹⁰, nomeadamente o facto de os moradores resistirem durante anos à ideia da construção, assinando petições alegando que uma mesquita prejudicaria a paisagem antiga da cidade.

Sobre a visibilidade académica do Islão em Portugal

Na sua maioria, a literatura científica em Portugal sobre o Islão parte, maioritariamente, de uma abordagem antropológica e sociológica, e documenta uma variedade de trajectórias de migração, práticas religiosas, questões de igualdade de género, formação de identidade, integração social e cultural e experiências quotidianas dos muçulmanos (Brandão, 2016; Santos, 2009; Faria, 2007; Mapril, 2005; Abranches, 2007).

Encontram-se, também, estudos centrados na análise descritiva da situação religiosa das minorias no contexto português (por exemplo, Vilaça, 1999), e numa análise sociodemográfica da população muçulmana em Portugal. Um exemplo é o que Nina Clara Tiesler designou como a “nova presença islâmica” (Tiesler, 2000, 2005), que contrastaria com aquela histórica dos muçulmanos. Alguns estudos nesta linha de investigação dizem respeito às representações (enviesadas) do Islão e dos muçulmanos em esferas específicas: nos *media* (por exemplo, Carvalho, 2008; Toldy, 2012; Ferreira, 2016); na justiça (por exemplo, Jerónimo 2016); e na escola (por exemplo, Santos, 2009). Assim como estes, também as questões relacionadas com a produção de conhecimento, a identidade nacional e a presença histórica do Islão na Península Ibérica.

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, têm sido publicadas obras que apresentam a noção de um Período Islâmico na história portuguesa. Nesta área, incluem-se os trabalhos de AbdoolKarim Vakil sobre uma perspectiva histórico-política do Islão, a islamofobia no contexto (pós-)colonial (por exemplo, Vakil, 2003a, 2003b, 2004) e a meta-análise feita por Maria Cardeira da Silva (2005) aos estudos sobre árabes e muçulmanos em Portugal.

Por fim, a discussão académica sobre ameaças à segurança e o terrorismo na Europa, e, por conseguinte, em Portugal, dentro da área disciplinar de relações internacionais e de ciência

¹⁰ Uma das últimas notícias relativas ao andamento do processo de construção: <https://www.publico.pt/2020/08/01/local/noticia/vou-resistir-maximo-puder-inquilinos-predios-expropriados-construcao-mesquita-mouraria-desocupar-1926160> (consultado em 15 de Setembro de 2021).

política, que se focam no islamismo, na Jihad e no fundamentalismo islâmico (por exemplo, Vegar, 2007; Raposo, 2009; Costa e Pinto, 2012). Estes estudos elaboram sobre a ideia de que Portugal está sob ameaça precisamente devido à sua história enquanto parte do Al Andalus, território que os jihadistas pretendem, segundo estes, reaver¹¹.

No Relatório Europeu de Islamofobia 2017¹², no que respeita a Portugal, podemos comprovar que a percepção geral da amostra, é a de que não existe islamofobia em Portugal. No entanto, o mesmo relatório veio ajudar a desconstruir parte desta ideia:

“The claim that there is no Islamophobia in Portugal does not have a substantial basis as the concept is relatively new in the Portuguese academic realm of research. The education system, the *media*, and political and legal institutions need to behave more carefully and take the necessary steps to correct people’s misconceptions on Islam and Muslims. Portugal is an intensively Catholic country; Catholicism is a part of Portuguese identity and the collective memory is full of negative narratives, mostly distorted, regarding past events.”(pp.498)

Sem qualquer pretensão de definir ou sequer abordar a islamofobia enquanto conceito que, na opinião de vários autores internacionais, ainda carece de muita discussão (Iqbal, 2010a, 2010b; Bleich, 2011; Bahdi & Kanji, 2018), a intenção desta investigação é a de aumentar o espólio científico sobre o tema da representação do Islão no que respeita à análise do discurso mediático em Portugal, particularmente nos artigos de opinião de cinco dos jornais portugueses.

Nesta investigação

Partindo da pergunta “De que forma é tratado o tema do Islão pelo jornalismo de opinião nos principais jornais diários online e electrónico¹³ em Portugal?” esta investigação propõe-se responder às seguintes questões de investigação: a) Quais os temas dominantes no

¹¹ Por exemplo, a entrevista presente em NÓS – Jornal Online UMINHO (24 de Janeiro de 2017), com o título “Jihadismo é uma ameaça para todos os países europeus”. Consultado a 28 de Janeiro de 2021, em <http://www.nos.uminho.pt/Article.aspx?id=2252>.

¹² http://www.islamophobiaeurope.com/wp-content/uploads/2018/07/EIR_2017.pdf, consultado em 15 de Setembro de 2021.

¹³ Embora a metodologia de recolha dos dados tenha sido idêntica para todos os cinco jornais, uma vez que o jornal *Observador* nunca teve suporte em papel, e se auto-define como electrónico, foi decidido que seria intitulado desta forma.

jornalismo de opinião produzido entre 2010 e 2020 sobre o Islão nos jornais *Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, na sua versão online, e no jornal electrónico *Observador*? b) Existe representação de um Islão português nos artigos de opinião dos jornais online e electrónico analisados? E, se sim, difere daquela feita relativamente ao Islão não-português? c) Qual o background profissional dos produtores de opinião sobre o Islão em Portugal?

O presente estudo tem, então, três etapas de análise: a primeira, de análise quantitativa descritiva do *corpus*, como o número de artigos por jornal e por ano, e o background profissional dos dos/as autores/as dos artigos de opinião que o compõem; a segunda, de análise de conteúdo, de modo a perceber quais as principais temáticas encontradas e quais as palavras mais significativamente associadas às palavras-chave; e a terceira, e última, que se prenderá com a já referida ACD, com vista a uma análise mais profunda dos significados criados.

Para tal, no **Capítulo 1**, são abordadas as teorias dos efeitos bem como as teorias da recepção dos *media*, percebendo a evolução nesse campo teórico e a “influência” que podem ter ou não nas suas audiências (1.1); logo de seguida, procura-se reflectir sobre o campo mediático, a partir da teoria de *campo* de Pierre Bourdieu (1989), e sobre a influência do jornalismo em relação a outros campos, como o político, o económico ou o social(1.2); e termina-se este capítulo analisando os géneros jornalísticos, de um modo geral, e o jornalismo de opinião e o papel dos seus produtores, de um modo particular (1.3).

No **Capítulo 2**, começa por fazer-se uma análise das teorias sobre significação e representação nos *media* a partir dos textos e discurso mediáticos (2.1); no segundo subcapítulo são elencados vários estudos realizados sobre a representação do Islão no discurso mediático, em vários países da Europa, e alguns fora do seu espaço geográfico (2.2); por último, no que respeita ao enquadramento teórico, são elencados estudos realizados sobre a representação do Islão nos *media* em Portugal (2.3).

No **Capítulo 3** são explicados os critérios de compilação do *corpus* e a metodologia utilizada, também com recurso ao *software Sketch Engine*, uma ferramenta de análise

linguística e semântica, que, através do seu algoritmo, gere e analisa textos originais com milhares de milhões de palavras e que consegue identificar instantaneamente a frequência de cada uma das palavras do *corpus*, além de analisar quais as relações e padrões ali presentes. Refere-se também a componente de análise de conteúdo e discurso a ser realizada no Capítulo 4, para poder responder à pergunta de partida e às questões de investigação a que esta dissertação se propõe.

No **Capítulo 4** começam por ser analisados os artigos que compõem o *corpus*, quantitativamente, percebendo quem são os seus produtores mais assíduos e verificando os picos de produção mais expressivos e quais as frequências de utilização das palavras-chave consideradas (“Islão” e “muçulmano/a/os/as”); de seguida, é realizada uma análise de conteúdo, elencando as temáticas mais frequentes; após esta, dá-se lugar à análise das palavras mais significativas associadas às palavras-chave, com a ajuda da funcionalidade *Worsketch*; por fim, é efectuada uma análise crítica do discurso contido nos artigos que contêm o maior número de coocorrências significativas, com a ajuda da ferramenta *Concordance*. No quinto e último capítulo são retiradas as conclusões e sugeridas futuras pistas de investigação.

Tendo em conta que a produção científica sobre o Islão em Portugal não é, como foi referido, ainda vasta, pretende-se, com esta investigação, contribuir para a área das ciências da comunicação, e para a discussão sobre a visibilidade e tratamento mediático do Islão, nos *media* portugueses.

Parte I - Enquadramento Teórico

Capítulo 1. “Quem Decide em Quem Vota Sou Eu!”(?): *Media*, Poder e Opinião

Para perceber o papel dos *media* e o poder que as suas mensagens possam ter sobre a sua audiência, precisamos de “prestar atenção detalhada às estruturas e estratégias desses discursos e aos modos como estes se relacionam com dispositivos institucionais, por um lado, e com a audiência, por outro” (Dijk, 2017: 74). De forma a perceber estas relações, importam, neste primeiro capítulo, três reflexões: 1) a discussão sobre a influência e os efeitos que os *media* poderão ou não ter sobre as suas audiências, de acordo com as Teorias da Comunicação, e se os seus efeitos condicionam, geram e mantêm a hegemonia daquele que pretende ser o poder vigente da sociedade em que se inserem; 2) a definição e compreensão da noção de *campo* jornalístico, com base no conceito de Pierre Bourdieu (1997), para que possamos perceber quais as relações de poder, as clivagens e os obstáculos dentro do campo jornalístico e mediático (intra-campo) e entre este e os outros campos (político, económico, religioso, social, etc. – inter-campo) para compreender que influências podem existir entre os vários campos; e 3) compreender o género de jornalismo de opinião na sua génese e evolução, quem são e qual o papel dos seus produtores, de forma a perceber quais os motivos e interesses da sua acção enquanto emissores de opinião.

Estas três reflexões encontram-se divididas em três sub-capítulos que pretendem discutir o papel do jornalismo de opinião, na imprensa portuguesa, na construção da representação de uma ideia de Islão pelos portugueses.

Assim, no primeiro sub-capítulo, colocar-se-ão em diálogo algumas teorias do estudo sobre os possíveis efeitos dos *media* nas suas audiências, da perspectiva das ciências da comunicação. Após este primeiro diálogo, o segundo sub-capítulo irá dar exemplos de casos concretos de influências exercidas dentro do campo jornalístico e entre este e outros campos, nomeadamente o político. No último sub-capítulo far-se-á a explicação das funções do género opinativo, que servirá de objecto deste estudo, em contraponto a outros géneros jornalísticos, para melhor perceber quem, como e para que serve este género específico dentro do campo jornalístico. Esta ordem dentro do capítulo pretende partir da reflexão sobre

o poder dos *media*, em geral, para o possível poder específico que o jornalismo de opinião e os seus actores possam ter na criação e limitação de significados na construção da sociedade e do mundo.

1.1. A Comunicação de massas e o poder dos *media* em questão: das teorias dos efeitos às teorias da recepção

O termo “comunicação de massas” foi cunhado no final dos anos trinta, a par com todas as evoluções tecnológicas e sociais no mundo democrático ocidental até então (McQuail, 2003: 13). No que diz respeito ao conceito de Comunicação, a discussão é vasta, mas optamos pela definição de Gerbner (1967), por ser uma que serve particularmente a ideia de que a comunicação humana envolve mais do que o meio que a faz chegar de emissor a receptor: “Communication in the broadest "humanizing" sense is the production, perception, and grasp of messages bearing man's notions of what is, what is important, and what is right.” (pp. 41).

Assim, destacam-se três características essenciais da comunicação: primeiro, é dirigida a uma audiência relativamente grande, heterogénea e anónima; segundo, pode ser caracterizada como pública, rápida e transitória; e terceiro, o comunicador dos *media* de massa geralmente trabalha através de um complexo, corporação ou organização, incorporando uma extensa divisão do trabalho e um investimento económico associado (Gerbner, 1967).

Esta comunicação de massas pressupõe-se que seja feita pelos apelidados “*media* de massas”. Este termo quer descrever os “meios de comunicação que operam em grande escala, atingindo e envolvendo virtualmente quase todos os membros de uma sociedade em maior ou menor grau. Refere-se a meios de comunicação familiares e há muito estabelecidos, como jornais, revistas, filmes, rádio, televisão e música gravada.” (McQuail, 2003: p.4).

A ideia de que os *media* de massas detêm poder teve como base, primeiro, a observação da sua vasta disseminação e impacto desde o aparecimento da imprensa. De acordo com McQuail (2003), a circulação de jornais nos EUA atingiu o pico em 1910. A juntar a esta disseminação e impacto, a Primeira Grande Guerra (1914-1918) revelou a mobilização dos

jornais e do cinema como instrumento que servisse os propósitos bélicos nacionalistas dos Estados em disputa. Os resultados da influência e dos efeitos dos *media* sobre as “massas” pareciam não deixar dúvidas relativamente à eficiência da utilização desta propaganda.

Este efeito viu-se reforçado com o uso da propaganda comunista na União Soviética aquando da Guerra Fria, e na Alemanha nazi, onde os *media* entraram ao serviço da propaganda pressionados pelas elites dos partidos dirigentes. Assim, em meados do século XX, havia já uma ideia fortemente defendida da eficácia que a comunicação de massas e os seus meios teriam na formação de opiniões e na influência sobre os comportamentos.

Já em Portugal, até ao ano de 1974, o Estado Novo Salazarista exercia “condicionamentos políticos e ideológicos que cercearam a liberdade dos meios de comunicação, restringindo-os a relações de clientelismo e colaboração com as estruturas dominantes do regime.”, apesar de alguns deles que “resistiram e lutaram contra o regime, de uma forma mais ou menos declarada.” (Garcia, 2017).

Apesar das relações de clientelismo, ao contrário do que aconteceu com as ditaduras italiana ou alemã, que viam nos *media* aliados que contribuíam para a propagação das mensagens que queriam passar de modo a controlar as massas, Salazar não vangloriava os *media* e não os incentivava, pelo contrário, queria controlar todo o tipo de produção e difusão mediática: “para Salazar, longe de serem uma benesse no processo de condução política do povo, seriam um estorvo ou um embaraço, queurgia controlar para suprir os seus supostos efeitos nefastos.”(Garcia, 2017).

Não obstante as limitações feitas à comunicação, a desconfiança de Salazar, apelidado por alguns historiadores como “o mais insípido dos ditadores” (Kershaw, 2016) por não querer um culto do líder, um militarismo assertivo, nem um expansionismo imperialista, em relação aos *media* revelava, também, a importância que lhes dava enquanto possíveis agentes “na configuração social e no condicionamento do exercício da política”(Garcia, 2017), receando assim um papel relevante no que diz respeito ao controlo das massas.

O conceito de massas foi muito discutido na comunidade científica, uma vez que as “massas” eram definidas maioritariamente como um grande agregado, como sendo indiferenciadas,

carentes de uma ordem ou organização e predominavam as associações negativas ao conceito. De acordo com Bramson (1961), o termo “massas” referia-se à multiplicidade das “pessoas comuns” vistas habitualmente como não educadas, ignorantes e potencialmente irracionais, sem regras e mesmo violentas.

No entanto, outras definições positivas surgiram, principalmente na tradição socialista. Conforme Williams: “não há massas, só maneiras de ver pessoas como massas”, referindo-se ao lado positivo da acção ligada aos “movimentos de massas” e “acção de massas” (1961: 289). McQuail diz ainda que os *media* de massas se tornaram, no que diz respeito à cultura, “uma fonte básica de definições e imagens da realidade social e a expressão mais alargada da identidade comum.” (2003: 4) Ou seja, que ajudam a definir e a assegurar as representações daqueles que consomem os meios de comunicação de massas em geral. Os estudos de comunicação de massas assentam, então, na premissa de que os *media* têm efeitos significativos nas sociedades onde se inserem, apesar de existir pouco consenso sobre a sua natureza e extensão, como veremos.

Ao longo dos tempos, o desenvolvimento do pensamento acerca dos efeitos dos *media* foi sofrendo alterações (McQuail, 2003). Dependendo da influência, por exemplo, de factores contextuais, de espaço e de tempo, de acordo com os interesses governamentais, as mudanças tecnológicas dos contextos em que se inserem os *media*, os acontecimentos da história, ou das preocupações da opinião pública em cada momento.

Assim, os *media* começaram por ser considerados como “todo poderosos” (McQuail, 2003: 23) – do início do séc.XX até ao fim dos anos 30 – uma vez que teriam um considerável poder na formação de opiniões e crenças de acordo com a vontade dos seus controladores (cf. Bauer e Bauer, 1960), tendo por base a observação da enorme popularidade da imprensa e dos ‘novos *media*’ – cinema e rádio, à data – que estavam presentes em muitos aspectos do dia-a-dia, bem como nos assuntos públicos, como vimos, na propaganda da I Guerra Mundial (por exemplo, Lasswell, 1927 e Jowett e O’Donnell, 1986) .

No seguimento do estudo dos efeitos da propaganda da primeira Grande Guerra, surgiram surgiu, por exemplo, a formulação da Agulha Hipodérmica, ou Balas Mágicas (Lasswell, 1927), que pressupunha as mensagens dos *media* como uma injeção/tiro que entrariam no

seu receptor depositando ideias e comportamentos, independentemente de qualquer outra circunstância que dissesse respeito ao contexto pessoal, cultural, ou social do mesmo.

Uma outra abordagem, contrária à primeira, aos possíveis efeitos cognitivos indirectos dos *media* foi a de Lazarsfeld e Stanton (1949) com a teoria *Two-Step Flow* de comunicação, baseada no estudo que lhe deu origem *The People's Choice* (1944) onde se apurou que **o conteúdo difundido pelos *mass media* chega, em primeiro lugar, aos *Opinion Leaders*, que recolhem, interpretam, e difundem o significado das mensagens para o restante público.**

Portanto, embora inicialmente a percepção dos efeitos dos *media* fosse, aparentemente, difícil de refutar e encarada como directa, com o decorrer dos anos, e acima de tudo a partir dos anos 60, os investigadores começaram a perceber a necessidade de ter novas variáveis em conta. São exemplos disto estudos como o de Cantril (1940), com o estudo sobre o impacto assimétrico da transmissão radiofónica na opinião pública; ou mesmo a revisão da teoria de Lazarsfeld já referida, que passou de *Two-Step Flow* a *Multi-Step Flow*, passando a incluir os efeitos das interacções pessoais, ou seja, passa a ter como efeitos possíveis aqueles relacionados com características sociais e psicológicas dos receptores, os decorrentes de contactos pessoais e da conjectura social, e com os tipos de motivações para dar atenção aos *media*, chegando àquele que se apelida de Modelo dos Usos e Gratificações.

Ao longo da evolução deste modelo foi sendo cada vez mais notório que não é apenas a mensagem que provoca o efeito, mas antes a predisposição da audiência de incorporar os variados efeitos que uma mesma mensagem pode ter em diferentes indivíduos, tendo em conta as ‘necessidades da audiência’ (McQuail, Blumler e Brown, 1972). Tal como Schramm, Lyle, e Parker (1961) afirmaram, “In a sense, the term "effect" is misleading because it suggests that television "does something" to children (...) Nothing can be further from the fact. It is the children who are most active in this relationship. It is they who use television rather than television that uses them.”

Contribuiu, também, para esta perspectiva mais multidireccional, Berelson (1959: 8), que entende que “a comunicação de massas não actua em regra como causa necessária nem

suficiente de efeitos sobre a audiência, mas funciona mais através de um nexo de factores de mediação”, ou seja, a relação de causalidade atribuída aos efeitos dos *media* nas audiências não se pode analisar por si só, não tendo em consideração aquilo que a audiência procura, ou valida ela mesma, tomando por base a sua matriz de valores e interesses.

No âmbito das teorias dos efeitos cognitivos dos *media*, existem, ainda, as teorias dos efeitos a longo-prazo, entre elas a teoria de *Agenda-Setting*, e a de *Knowledge Gap*. Começemos pela de *Agenda-Setting*. Embora a ideia tenha sido primeiramente abordada no livro *Public Opinion* de Walter Lippmann (1922), foram Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972) a teorizá-la, com base num estudo empírico desenvolvido durante as eleições nos EUA, em 1968.

Esta teoria defende que os temas que se tornam prementes numa determinada sociedade são construídos pelos temas escolhidos primeiramente pelos *media*. Assim, o mundo que conhecemos além do nosso ambiente familiar e laboral, aos quais pertencemos, é aquele que os *media* constroem com base nos temas e acontecimentos que considerem ter valor-notícia: “When connecting to the world outside our family, neighborhood and workplace, we deal with a second-hand reality created by journalists and *media* organizations. . However, due to time and space constraints, the mass *media* focus their attention on a few topics that are deemed newsworthy.” (McCombs e Valenzuela, 2020) .

Através deste papel na construção da realidade, ao longo do tempo, os temas proeminentes nos *media*, tornam-se os temas proeminentes na opinião pública: “those aspects of public affairs that are prominent in the *media* usually become prominent in public opinion.” (McCombs e Valenzuela, 2020).

Mais recentemente, surge a ideia adicional de *agenda-melding* (McCombs, Shaw e Weaver, 2014, pp.788), que nos diz que, associados à proliferação de meios, de canais de comunicação, e das redes sociais e dos seus conteúdos, não existe um único *agenda-setting*, transversal a todos os *media*, mas vários, dependendo do meio e dos conteúdos através dos quais a comunicação circula, resultando assim numa “fusão” (*melding*) de *agenda-settings*.

A segunda teoria dos efeitos cognitivos dos *media* a longo-prazo referida é a de *Knowledge Gap*, cunhada por três investigadores da Universidade do Minnesota em 1970, Philip J Tichenor, George A. Donohue, e Clarice N Olien. Esta teoria afirma haver diferenças na apreensão dos conteúdos mediáticos, mediante o nível de acesso aos *media* (aqui associado ao *status* socio-económico) que o receptor detém:

“as the infusion of mass *media* information into a social system increases higher socioeconomic status segments tend to acquire this information faster than lower socioeconomic status population segments. Hence the gap in knowledge between the two tends to increase rather than decrease.” (Donohue, Tichenor e Olien, 1973)

No entanto, no final dos anos 70, surgiu uma nova abordagem, o “construtivismo social” (Gamson e Modigliani, 1989) que adopta o ponto de vista de que os efeitos mais significativos dos *media* decorrem da construção de significados, usando metodologias qualitativas e de maior escala. Estas construções são depois oferecidas de forma sistemática às audiências, onde são incorporadas ou não, com base numa certa negociação, nas estruturas pessoais/subjectivas de construção de significado, muitas vezes marcadas por identificações colectivas existentes *a priori*.

Estes significados, que se podem traduzir como efeitos, são construídos pelos próprios receptores, num processo de mediação que envolve uma larga influência dos seus contextos. Existem, assim, dois aspectos principais, no que diz respeito a este paradigma emergente dos efeitos: primeiro, os *media* “constroem” modelos sociais e mesmo a própria História, ao fixarem no imaginário dos receptores representações da realidade, de formas padronizadas e previsíveis; segundo, os indivíduos que constituem as audiências constroem para si próprias a sua visão da realidade social e o lugar que nela ocupam, em interacção com as construções simbólicas oferecidas pelos *media* (McQuail, 2003). Tendo, assim, em consideração tanto o poder dos *media* como o poder de escolha das audiências, assumindo sempre um processo de negociação permanente, desenvolvendo assim as chamadas teorias da recepção.

Neste sentido, Stuart Hall, da área dos Estudos Culturais, continua a ser dos autores mais relevantes no que às teorias da recepção diz respeito, alargando a ideia do construtivismo à

ideia da codificação (os pressupostos que estão na forma como o emissor cria e faz chegar a mensagem) e descodificação (a forma como o receptor se apropria da mensagem, que significado lhe dá) da mensagem através da significação, ou do que o autor apelida de “discurso significante”.

Em *Culture, media, language* (1980) Hall, no capítulo *Encoding/Decoding*(1973), traduz esta ideia no diagrama abaixo:

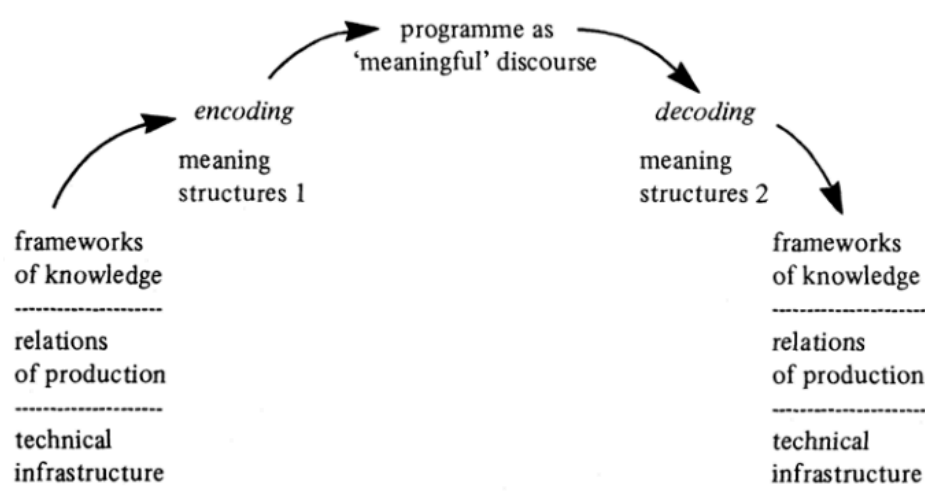


Figura 3 - Diagrama Encoding/Decoding por Stuart Hall

De forma sucinta, e citando o autor:

«Clearly, what we have labelled in the diagram ‘meaning structures 1’ and ‘meaning structures 2’ (...) do not constitute an ‘immediate identity’. The codes of encoding and decoding may not be perfectly symmetrical. The degrees of symmetry - that is, the degrees of ‘understanding’ and ‘misunderstanding’ in the communicative exchange - depend on the degrees of symmetry/asymmetry (relations of equivalence) established between the positions of the ‘personifications’, encoder-producer and decoder-receiver. But this in turn depends on the degrees of identity/non-identity between the codes which perfectly or imperfectly transmit, interrupt or systematically distort what has been transmitted. The lack of fit between the codes has a great deal to do with the structural differences of relation and position between broadcasters and audiences, but it also has something to do with the asymmetry between the codes of ‘source’ and ‘receiver’ at the moment of transformation into and out of the discursive form. What are called ‘distortions’ or ‘misunderstandings’ arise precisely from the lack of equivalence between the two sides in the communicative exchange. Once again, this defines the ‘relative autonomy’, but ‘determinateness’, of the entry and exit of the message in its discursive moments.» (Hall, 1973, pp.201-202)

Esta adição da criação de significado que cada indivíduo desenvolve, tenta comprovar mais uma vez as limitações do(s) efeito(s) que os *media* têm sobre as suas audiências e que a discussão sobre como percebê-los é vasta e está em constante evolução/mutação. Mais ainda, dependem de factores contextuais e temporais.

Em jeito de conclusão, e aproveitando o resumo de McQuail (2003), os *media* podem, então, causar nas suas audiências: uma mudança intencional e/ou não-intencional; uma mudança menor (em forma ou intensidade); facilitar a mudança (pretendida ou não); reforçar o que existe (nenhuma mudança); e/ou prevenir (evitar) a mudança, sendo que qualquer destas mudanças pode ocorrer a nível individual, das instituições, das sociedades e da sua cultura.

Em suma, existem duas dimensões muito importantes onde os efeitos e a recepção dos *media* podem e devem ser localizadas e analisadas. São elas o tempo (a duração dos efeitos) e a intencionalidade (efeitos planeados e não planeados). Importa perceber, também, os meios de produção em que o discurso dos *media* (mensagem) é produzido, a forma como é transmitido, e todo o background e contexto singular, e de grupo, em que é recebido pelas audiências, concluindo assim um poder limitado, embora existente.

1.2. O “campo” mediático e a “influência do jornalismo”

Sendo que, como vimos no sub-capítulo anterior, os *media*, ou as suas mensagens, não têm um efeito único e directo como as primeiras teorias dos efeitos criam no início do seu desenvolvimento, também o poder e a influência do jornalismo, em particular, revela ser limitado. Pierre Bourdieu, sociólogo francês (1997), fez uma análise do *campo* jornalístico, de modo a compreender a forma como este se estrutura.

Percebamos, primeiro, o conceito de Campo: "Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior deste espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças.", afirma Bourdieu (1997, pp.57).

Ou seja, o *campo* enquanto espaço social é composto por determinada homogeneidade, que implica diferenças inter-campo, características que tentam, constantemente, marcar a diferença de outros campos como o campo político, o campo religioso, o campo médico, o campo jurídico, etc.; e uma série de diferentes factores que implicam heterogeneidade interna, isto é, diferenças intra-campo, que tentam manter as diferenças, as semelhanças, e a reprodução de relações de poder dentro do próprio campo.

De acordo com Neveu ([2001] 2005), em França, no campo jornalístico, “entre 1960 e 2000, a profissão de jornalista triplicou os seus efectivos, tendo-se verificado um maior crescimento, sobretudo no período de 1980 a 1990, período em que os detentores de carteira profissional passaram de 16619 para 26614” (pp. 29). Já em Portugal, só a partir do 25 de Abril de 1974, e acompanhando as mudanças sociais e políticas associadas à queda da ditadura de Salazar, se começa a ver um aumento exponencial no número de jornalistas. “Entre 1975 e 1980 ocorre um arranque sustentado no crescimento, com o registo de 821 novos jornalistas (...) em 1987, o número integra já 1281 profissionais, chegando ao início de 1990 com aproximadamente o dobro.” (Garcia, 2009, pp.64).

Ora, este rápido crescimento, numa profissão que, tal como outras, implica prática, aquisição de conhecimento, construção de pensamento crítico e constante vigilância relativa à própria subjectividade, trouxe mudanças na concepção e percepção da profissão, e uma consequente

necessidade de produção científica do estudo das condições de produção em que a profissão era construída. Na década de 80 havia um vácuo de literatura científica sobre o jornalismo em Portugal (Garcia, 2009), e começou a tentar perceber-se de que forma a profissão poderia ser analisada de vários outros pontos de vista, nomeadamente de um ponto de vista sociológico, da morfologia da profissão, das suas práticas profissionais, da estrutura e condições de produção em que o jornalismo era construído, a partir da forma como os próprios jornalistas eram formados.

“O recurso à noção de *campo* pode ser o instrumento de um pensamento duplamente relacional. Convida a pensar o espaço do jornalismo como um universo estruturado por oposições simultaneamente objectivas e subjectivas, a entender cada título e cada jornalista na teia das estratégias, das solidariedades e das lutas que o ligam a outros membros do campo. Convida, por outro lado, à análise do campo jornalístico na sua relação com outros espaços sociais.” (Neveu, 2005, pp.45)

Em 1997, a obra de Bourdieu foi a criadora de uma das primeiras grandes polémicas sobre a relação entre a comunidade científica e os *media*. Uma das análises fundamentais do seu livro *Sobre a Televisão*¹⁴ é, como já temos vindo a ver, aquela que é feita relativamente ao campo jornalístico. Ora, nos dias de hoje, importa perceber, também, quem são os dominantes e os dominados dentro do campo jornalístico, e questionarmo-nos sobre se os jornalistas estão prestes a abdicar da luta pela transformação e/ou conservação do seu campo.

Importa pensar que condições de produção tem o jornalismo e têm os jornalistas dos dias de hoje, e se ao invés de um campo jornalístico, fará mais sentido falar num *campo* mediático onde estão, também, incluídos os jornalistas, e outros meios/plataformas/canais de distribuição e acessos diferenciados.

¹⁴ Composto por três textos – os dois primeiros reproduções de um curso do Collège de France transmitido pela televisão francesa – este livro de Pierre Bourdieu dissecou e reflecte sobre os mecanismos de censura, dominação e reprodução que estão por trás das imagens e discursos exibidos na Televisão. *Sobre a Televisão*, best-seller em França, gerou polémica, a ponto de o autor acrescentar à edição de 1997 um posfácio em resposta às críticas recebidas chamado “A influência do jornalismo”. Este é um livro criado para alertar para os perigos que os mecanismos ali descritos representam para todas as esferas culturais, perigos que também ameaçam a vida democrática e política. Ao insurgir-se contra o pouco espaço que a televisão concede ao pensamento crítico, Bourdieu luta para que esse instrumento democrático não se converta em instrumento de opressão simbólica. Fonte: <http://www.recensio.ubi.pt/modelos/sinopses/sinopse.php3?codsinopse=821>, consultado em 21 de Setembro de 2021.

Para pensar este campo mediático, faz sentido pensar, primeiro nas funções atribuídas aos *media*. De acordo com a teoria funcionalista dos *media*, amplamente abordada por Lasswell (1948), as principais funções da comunicação na sociedade são a vigilância sobre o ambiente, a correlação das partes da sociedade nas respostas ao meio e a transmissão da herança cultural. Em 1960, Wright acrescenta a estas três funções-chave, a do entretenimento. McQuail (2003) resume, divide e define as funções/tarefas dos *media* na sociedade, em cinco: primeiro, a função de informar, em que os *media* providenciam informação acerca do que acontece na sociedade em que se inserem e no mundo; indicam relações de poder; e facilitam a inovação, a adaptação e o progresso. Em segundo, a função de correlacionar, em que os *media* explicam, interpretam e comentam o sentido dos acontecimentos e da informação; providenciam apoio para as autoridades e normas estabelecidas; socializam; coordenam actividades separadas; constroem consensos; e decidem ordens de prioridade e assinalam estatutos relativos. Em terceiro, a função de continuidade, em que os *media* expressam a cultura dominante e reconhecem subculturas e novos desenvolvimentos culturais; e forjam e mantêm a comunalidade dos valores. Em quarto, a função de entretenimento, em que os *media* providenciam entretenimento, diversão e meios de descanso; e reduzem a tensão social. Por último, a função de mobilizar, em que os *media* batalham por objectivos sociais nas esferas da política, militar, de desenvolvimento económico, do trabalho e às vezes da religião.

Depois de uma perspectiva global das funções dos *media*, analisemos a morfologia da profissão de jornalista, em particular, partindo daquelas que são as suas premissas, sempre de um ponto de vista, maioritariamente, sociológico. Apesar de, numa multiplicidade de definições, modelos e orientações, a profissão de jornalista e o jornalismo poderem ser ditas como tendo começado em diversos períodos de tempo diferentes, existem características que são transversais às várias definições de jornalista e do jornalismo.

Alguns exemplos são a importância da recolha da informação (*news-gathering*), mais conhecida no modelo anglo-americano, que pressupõe, uma “relação profunda com o terreno, uma agenda de contactos” (as fontes), “uma série de técnicas e truques para a recolha rápida de apontamentos, e “a triagem da informação e a mestria na conversação” (Neveu, 2005, pp.16); a premissa da centralidade do factual no jornalismo, que está ligada a um traço

mais anglo-saxónico do jornalismo (Neveu, 2005), em que predomina o discurso sobre a objectividade, na base da transmissão de factos onde, do ponto de vista mais romântico, o jornalista aparece retratado enquanto “cão de guarda” (do inglês “watchdog”), no qual tem um princípio de responsabilidade social; e a imprensa enquanto “quarto poder”.

Todas as características mencionadas colocam a profissão de jornalista como tendo um *status* diferenciado das demais profissões. Em *Elementos do Jornalismo* (2005), aliás, Bill Kovach e Tom Rosenstiel definem uma lista de nove factores fundamentais, alegadamente, para o exercício da profissão de jornalista, que dão ideia desta definição largamente romântica, conforme foi apelidada por Neveu (2005): A primeira obrigação do jornalismo é a verdade; a sua primeira lealdade é com os cidadãos; a sua essência é a disciplina da verificação; os seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam; deve servir como um vigilante independente do poder; deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso; tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno; deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada; os seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência (Kovach e Rosenstiel, 2005).

Ora, um autor que colocou em questão estes deveres e responsabilidades, não apenas da profissão, mas das próprias empresas de *media* foi Bourdieu (1997). O autor defende, no seu livro *Sobre a Televisão*, a existência do uso dos *media* por parte dos “intelectuais”, dos “ditos” especialistas, numa tentativa de controlo e manipulação da opinião pública, para que esteja de acordo com as ideias dos “líderes de opinião”, porque são quem, ao fim e ao cabo, detém o poder político/económico/cultural, etc.

Tal como o autor afirma, relativamente à censura da indústria do jornalismo televisivo,

“o acesso à televisão tem, como contrapartida, uma formidável censura, uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao facto de que o assunto é imposto, de que as condições de comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita” (Bourdieu, 1997, pp.19).

Neste último aspecto, um pouco como a limitação do espaço de caracteres faz à imprensa.

Esta circunspecção temática acontece na televisão, e em todos os outros *media*, como vimos, uma vez que, ao mesmo tempo que transmitem uma mensagem, omitem outras, através do *Agenda-setting* decidido por cada *medium*, só dando aos seus receptores aquilo que encaixa no que decidem ser de interesse público e, desde a mercantilização do jornalismo e a informação de mercado, nos moldes ou linha editorial da empresa de *media* de que o meio de comunicação em causa faça parte.

O que vimos acima são alguns dos “mecanismos anónimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda a ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (Bourdieu, 1997, pp.20), servindo assim para a possível manutenção do *status quo* e para reforçar os estereótipos e o controlo.

Outra ideia que decorre da chamada “visão romântica da profissão” (Neveu, 2005) é a de que o jornalismo tem um papel activo na manutenção da democracia, através da difusão de notícias importantes para as tomadas de decisão dos cidadãos (de interesse público), e não apenas interessantes para o público (interesse do público) que, segundo Martins:

“decorre do direito-dever dos jornalistas a informar, para satisfação do direito do público a ser informado, e que obedece a balizas tão definidas quanto possível (...) Em jornalismo, interesse público não coincide, forçosamente, com interesse nacional, não traduz o interesse das audiências (...) enquadra-se no conceito se contribui para que os cidadãos tomem decisões informadas e conscientes” (2017, pp.194).

Agora, importa perceber como defender a difusão de notícias tendo sempre como premissa o interesse público, quando a lógica comercial dos *media* subjuga o campo a tantos outros fatores, além dos que, supostamente, são aqueles a ter em conta no jornalismo. Mas não é só a esfera económica que pesa nas pressões exercidas no (e pelo) jornalismo. Aliás, a reivindicação do poder, da influência associada ao jornalismo é, ela própria, uma ferramenta de manutenção do poder do campo jornalístico nas relações inter-campo.

Enumeremos um exemplo de influência do campo mediático sob outros campos. A forma como os *media* (re)trataram o escândalo sexual entre o presidente dos Estados Unidos da América, na década de 90, Bill Clinton, e a estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky,

definiu e condicionou o desenrolar do caso perante a opinião pública, tendo por conseguinte influenciado dois outros campos: o político e jurídico.

O primeiro, o político, pela forma como o presidente – figura máxima de poder político naquele país - foi exposto na sua intimidade e retratado nos meios de comunicação noticiosos; o segundo, o jurídico, pela forma como a própria sala de audiências e o julgamento foram transmitidos, expondo à pressão da opinião pública os agentes do campo jurídico.

Numa era pós-escândalo Watergate, protagonizado pelo presidente dos EUA Richard Nixon (entre 1969-1974), a relação entre o campo do jornalismo e o campo da política deixou de ser de reverência (do primeiro para com o segundo campo), e passou a ser de constante questionamento. Ora, isto associado ao exponencial crescimento tecnológico dos últimos 70 anos – com o aparecimento da televisão, da internet - o jornalismo e os *media* começaram a ter primazia na manutenção de um qualquer poder hegemónico, conforme a sociedade em que se insiram.

Adoptando a perspectiva de que todas as instituições sociais são instituições de *media* (Altheide e Snow, 1991), e tendo em conta esta evolução da influência inter-campo, na comunicação política, passou-se de um modelo publicito-dialógico (Mazzoleni, 2004), em que a comunicação política mediatizada está no centro – e o sistema político se cruza e é influenciado pelo sistema dos *media* - para um modelo mediático (Mazzoleni e Bracciale, 2018), em que o sistema dos *media* engloba o sistema político, tal como podemos observar nas figuras abaixo:

Modelo Publicito-Dialógico:

(G. Mazzoleni, 2004)

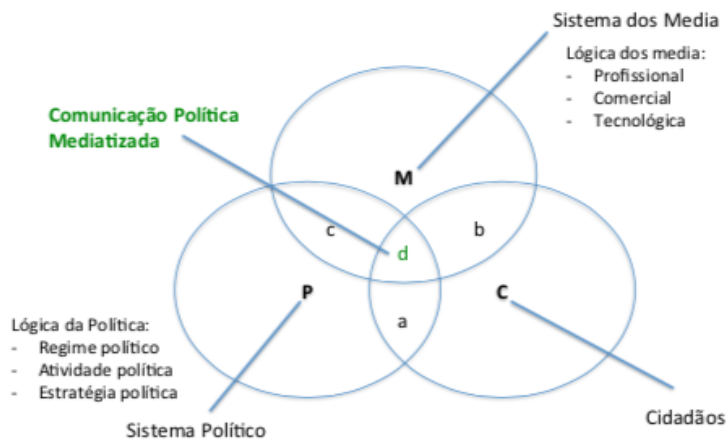


Figura 4 - Modelo Publicito-dialógico de Mazzoleni, 2004

Modelo Mediático:

(G. Mazzoleni, 2018)

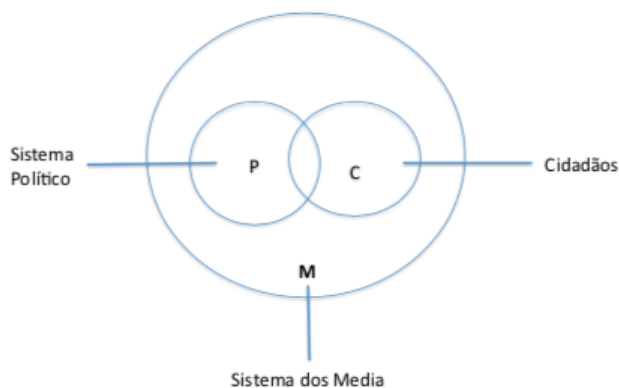


Figure 5 - Modelo Mediático de Mazzoleni e Bracciale, 2018

Assim, mais uma vez, concluímos que, se é verdade que existem correntes que acrescentam ou divergem sobre a(s) influência(s) do/no jornalismo, por um lado nas e das instituições e, por outro, nas e das audiências, esta influência é sempre relativa e dependente de muitos outros factores sociais, económicos, de dependência intra e inter-campo. Se, por um lado, as funções, categorias e relações dentro do campo jornalístico criam dependências e relações

hierárquicas de poder intra-campo, por outro lado, a dependência mútua entre o campo jornalístico e o campo político (dando o exemplo presente neste enquadramento) e, incontornavelmente, o campo económico, transversal a todos, também cria assimetrias e hierarquias complexas nas relações inter-campo. Não se trata, neste caso mais restrito do jornalismo, bem como dos *media* em geral, de uma relação de causalidade de um para um, embora a sua influência, inegavelmente, exista.

1.3. As funções dos géneros: O jornalismo de opinião e o papel dos seus produtores

Vimos, no primeiro sub-capítulo, a teoria *Two-Step Flow* de comunicação, que nos dizia que as mensagens são recolhidas, interpretadas e codificadas, primeiro, pelos *opinion leaders* e, apenas depois, consumidas pelas massas, pelo público em geral. Vimos, também, no segundo sub-capítulo, que existem inter-dependências entre o campo dos *media* e os outros campos, como o político. Aqui chegados, importa agora aprofundar a reflexão sobre o papel dos *opinion leaders* na construção de significado das mensagens mediáticas que chegam ao público.

Ora, relacionar e condicionar a produção dos *media* às expectativas das audiências é uma das principais características de qualquer género e/ou formato mediático. O filme ou a série procuram passar uma mensagem que vai ao encontro daquela que prevê que a sua audiência queira. O programa de entretenimento procura gratificar a audiência dando-lhe aquilo que prevê que seja mais ou menos a sua expectativa. A informação pretende reportar aquilo que é de interesse público e, de alguma forma, importante para o público.

Também a opinião, como já vimos, ajuda a formar, em diversos níveis, a opinião pública. Começamos pelo próprio género de opinião e aquilo que o define. De uma forma geral, os géneros, no âmbito das Ciências da Comunicação, são “tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas, que se reflectem na forma, no conteúdo e na estrutura” (Bakhtin, 1986, pp.60). Foi escolhido o conceito definido por Mikhail Bakhtin (1986), filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes, por ser um autor que pensa, também, a linguagem. Adequa-se a este

trabalho uma vez que se pretende analisar o discurso do jornalismo de opinião enquanto construtor de significados e, por consequência, de representações.

Assim, o autor define, ainda, duas categorias de género: primários, referindo-se à comunicação oral; e secundários, fazendo referência à comunicação escrita. Os géneros jornalísticos enquadram-se, assim, na categoria de secundários e pertencem ainda a um grupo mais vasto que é o dos géneros mediáticos, cuja configuração é determinada por suportes tecnológicos (meios de comunicação) que condicionam o uso de códigos de expressão linguística, garantindo a recepção de audiências dispersas, heterogéneas e anónimas (Wright, 1968, pp.16).

Os géneros mediáticos definem-se, ainda, por serem uma “promessa de conteúdo, ou de uma possibilidade de conteúdo, uma espécie de contrato previamente acordado entre emissor e receptor” (Temer, 2009, pp.180-181). Para McQuail (200, pp.336) o género mediático é definido pelo seu enquadramento enquanto “categoria de conteúdo”, que possui uma das quatro características abaixo: Uma identidade colectiva mais ou menos reconhecida de modo idêntico pelos produtores (os *media*) e pelos receptores (audiências); relação desta identidade colectiva com finalidades (informar, entreter ou outras variantes), formato (duração, estrutura, linguagem, etc.) e significado (referência à realidade); identidade estabelecida através do tempo e de acordo com convenções comuns; e, por último, um dado género seguirá uma estrutura previsível de narrativa ou uma sequência de acção, assente num fundo previsível de imagens e com um repertório de variantes de temas básicos.

Neste pacto entre produtor e receptor de *media*, os géneros são instrumentos que auxiliam a indústria dos *media* a produzir conteúdos coesos e estereotipados, procurando a sintonia com as expectativas das audiências. No que diz respeito ao jornalismo em particular, McQuail (2003, pp.341) atribui ao jornal diário o papel de “arquétipo” ou “protótipo” dos outros meios de comunicação. Assim, os novos *media*, quer os electrónicos (Rezende, 2000; Temer, 2002) quer os digitais (Seixas, 2009; Bertocchi, 2010) – aqui no sentido dos mais recentes – traduzem e reproduzem o que já foi feito e consagrado pelo jornalismo da imprensa diária, remediando-a (Bolter e Grusin, 2000).

À teoria funcionalista dos *media* – no sub-capítulo 1.2 – a teoria crítica vem contrapor a estratégia de dominação das massas pela indústria cultural, que tem múltiplas táticas, entre elas a estereotipação (Adorno e Horkheimer, 1972). Os estereótipos são indispensáveis à antecipação das experiências vividas pelos receptores. De acordo com Melo e Assis, “a estereotipação não se restringe aos conteúdos ideológicos das mensagens, mas se amplia para incluir também (...) tudo aquilo que se responsabiliza por conferir identidade aos produtos mediáticos.” (2016, pp.46). Além disto, esta estereotipação permite que “a audiência, consciente ou inconscientemente, identifique as diferentes mensagens a ela endereçadas” (2016, pp.46), permitindo a identificação das diferenças entre uma telenovela, um telejornal e um artigo de opinião de um jornal diário.

Assim, os géneros, os seus formatos e tipos, “definem o modelo de atitude do espectador(...), determinando assim, em larga medida, o modo como o teor (do conteúdo) é percebido” (Melo e Assis, 2016, pp.47) pelo receptor. Como diria Marques de Melo (2003, pp.11), os géneros jornalísticos “correspondem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de actualidade, a partir das formas de expressão adotadas nas empresas e refletindo em certo sentido o consenso corporativo”. Os géneros têm, na sua génese, duas características: a capacidade de agrupar formatos diferentes e a sua função social.

Tenhamos em conta os pressupostos das respectivas funções sociais de cada um dos géneros jornalísticos (Melo e Assis, 2016): do informativo - vigilância social; do opinativo - fórum de ideias; do interpretativo - papel educativo, esclarecedor; e do utilitário - auxílio nas tomadas de decisões quotidianas. Os dois géneros jornalísticos hegemónicos são o informativo, que surgiu no séc.XVII, e o opinativo, que surgiu no séc.XVIII. As diferenças e frequência da utilização de ambos os géneros dependem da zona do mundo. Nos “países latinos”, predomina o “jornalismo argumentativo, onde a versão dos factos assume até uma dimensão passional.(...) O século XX veio reciclar os géneros hegemónicos, e daí surgiram os “géneros complementares” - os restantes da lista acima descrita. (Melo, 2010, pp.2).

Importa, a partir de agora, focarmo-nos no jornalismo argumentativo, reflectido no género opinativo. No que diz respeito ao género opinativo e aos seus formatos: o editorial reflecte

um posicionamento institucional, não sendo assinado por um autor específico; o artigo é, geralmente, “produzido por um especialista, que julga um acontecimento passível de controvérsia a partir de seu repertório”; e o comentário, que é considerado como “produção de um(a) jornalista com vasta experiência, que analisa certa ocorrência – em geral, relacionada a algum assunto trabalhado, na mesma edição, por um formato do género informativo – relacionando-a a fatos anteriores e fazendo projecções de possíveis desdobramentos.” (Melo, 2010, pp.52).

De acordo com Rebelo (2002, pp.134), o editorial destaca-se pelo estatuto superior, uma vez que “espelha (...) pelo menos do ponto de vista formal, a posição da empresa jornalística. (...) tem um lugar certo na paginação do jornal.” Acrescentando até que “a sua feitura obedece, frequentemente, a um ritual que reforça a carga simbólica de que está revestido”. Fowler (1991) acrescenta que o estilo particular do jornal, não só é reflectido em todo o seu género opinativo, como reflecte os processos económicos e sociais em que o jornal se insere. O estilo, sugere ainda o autor, codifica a ideologia, que é, conseqüentemente, incorporada na linguagem e enraizada pelas práticas discursivas e sociais existentes. Vejamos, agora, com mais detalhe, o caso português, no que respeita ao *Espaço Opinião*, particularmente na imprensa, às suas formas e temáticas.

Durante os anos 80 e 90, Portugal sofreu grandes alterações sociais, políticas, económicas, e também nos *media*, nomeadamente durante o processo de estabilização do Estado democrático à sua maturação, e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986, que colocaram o país na economia de mercado, durante o período pós-ditadura. No que diz respeito aos *media*, em particular a partir dos anos 90, esta transformação “deu-se em três sentidos: privatização, comercialização e concentração da propriedade dos diversos *media*, passando estes a ser sinónimo de instituições que garantem e reflectem a democracia, nomeadamente nos seus *Espaços Opinião*, onde simbolicamente se confrontam os discursos”. Isto aliado aos anos de “plena promoção dos valores de cidadania, associados ao ‘direito de informar’ e ‘direito de ser informado’, como direitos que visam o reforço do ideal democrático” vieram impulsionar e consolidar os *media* enquanto “campo social de mediação e especializado no controlo da palavra pública” (Figueiras, 2003).

De acordo com a mesma autora, este “imaginário social” representado pelos *media* enquanto barómetro da democracia, “local onde as questões são dadas a conhecer, são publicitadas e as opiniões se submetem ao juízo crítico dos pares”, reflecte a matriz cultural da democracia ateniense. Na imprensa, em particular, este modelo realiza-se em duas etapas: a primeira, em que o jornal “apresenta os vários discursos e as estratégias argumentativas dos protagonistas socialmente reconhecidos para tal.”; e a segunda, que “é feita pelo leitor, a quem cabe optar pelo modelo democrático que pretende, tendo em conta o seu mapa cognitivo e a sua representação social da democracia e modelo de Espaço Público”. (Figueiras, 2003)

De acordo com Figueiras (2003), no que diz respeito à forma do *Espaço Opinião* em Portugal, este pode assumir diversas formas, das quais se destacam o Editorial, a Coluna de Opinião, as Cartas ao Leitor e os Inquéritos de rua. Estes são espaços que foram sendo institucionalizados enquanto secção nos jornais portugueses, tendo estabilizado a partir do final da década de 1980. O investimento na visibilidade destes espaços chegou com a década de 90 e foi visível nas “promoções feitas em outdoors, anúncios de televisão ou nas auto-promoções feitas aos seus *Opinion Makers* de referência”.

Desde então, e mais recentemente, em 2016, fomos testemunhas e votantes na eleição presidencial cujo vencedor foi o Presidente da República reeleito, também, este ano, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que foi comentador da actualidade em televisão generalista durante mais uma década, evento este que poderíamos equiparar toscamente ao exponencial máximo da validação por parte do público de um *Opinion Maker*.

Nesta ordem de ideias, vejamos, por último, quem são, habitualmente, os *Opinion Makers* em Portugal. De acordo com a socióloga Antónia Barriga e o seu trabalho de investigação de Doutoramento (2008), os colunistas/produtores de opinião sobre política dividem-se entre: aqueles que exercem uma actividade político-partidária; aqueles que exercem uma actividade profissional que seja “qualificável/qualificante”, por exemplo, empresarial, técnica, académica e cultural; e os que têm uma presença mais regular nos *media* no que diz respeito ao “tempo/antiguidade” e “frequência/assiduidade”, uma vez que se constata conseqüente o “valor” da opinião que emitem.

Nesta última categoria, a autora subdivide os produtores de opinião em outras duas subcategorias: primeira, a dos jornalistas – directores, subdirectores, jornalistas de “prestígio”; e segunda, a de outros actores que “adquiriram/reforçaram a visibilidade social e mediática através dos espaços de opinião (ainda que tenham ligações com as categorias anteriores)” (Barriga, 2008, pp.76). Também Bourdieu (1997), como vimos antes, refere estes actores na sua obra, quando se refere aos “intelectuais mediáticos”.

Este “recrutamento” dos colunistas, por ter tão distintas e imprecisas variáveis (profissão, posição que ocupam, visibilidade, reconhecimento/prestígio social), resulta, na opinião da autora, na existência de um “recrutamento (entre as elites) dos colunistas” que traduz este grupo de actores, eles próprios, numa elite - aqui na definição de Rocher (1971, pp.19), enquanto “as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que exercem, contribuem para a acção histórica duma colectividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas ideias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam”.

Portanto, vimos ao longo deste capítulo quatro pontos principais para esta investigação. Primeiro, que os *media* têm um papel na formação da opinião pública e contribuem para as suas construções de significado do mundo, ainda que tendo em conta uma ampla variedade de factores, vários níveis e de várias formas. Segundo, que, em Portugal, o *Espaço Opinião* foi muito importante enquanto plataforma de discussão de ideias, e barómetro da saúde democrática desde o fim do Estado Novo e da adesão do país à Comunidade Europeia. Terceiro, a importância do *agenda-setting* na construção de opinião pública e como isso pode limitar, em certa medida, os temas debatidos. Por último, que os *Opinion Makers* são quem, muitas vezes, acaba por recolher, interpretar e traduzir as mensagens que chegam ao público, e que estes *Opinion Makers* são, eles próprios, maioritariamente recrutados entre as elites. Exploraremos, no próximo capítulo, o caminho que leva à criação de representações através da linguagem e discurso dos *media*, e quais aquelas criadas em relação ao Islão.

Capítulo 2. Discurso e Representação (do Islão) nos *Media*

Além de perceber o papel dos *media*, e dos artigos de opinião, na construção de representação das suas audiências, importa também entender de que forma estas últimas constroem significado e formam essas mesmas representações. Neste capítulo, será feito um enquadramento sobre a forma como o discurso é uma prática social e exerce poder, e de que forma o discurso condiciona ou não a construção de significado do mundo.

Depois, veremos que representação do Islão, e que discussões, existem na própria produção académica sobre o tema, nomeadamente em alguns *media* em países da Europa como o Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Países Baixos e França; e, de forma a tentar perceber a produção fora da Europa, também a Rússia, China, Índia, e os EUA. Por último, será feito um enquadramento da representação do Islão nos *media* portugueses, através dos trabalhos existentes encontrados sobre o tema.

2.1 – Texto e Discurso: Significação e Representação nos *Media*

De forma a que seja possível organizar em categorias e nomear discursivamente o mundo que nos rodeia, todas as pessoas passam pelo processo de significá-lo. Esse significado é criado por meio de vários processos e em vários contextos. De início são os nossos pais – ou quem nos cria – naquilo que Berger e Luckmann (2004) chamam, no seu livro *A Construção Social da Realidade*, de socialização primária (durante os primeiros anos de vida, durante as primeiras interações sociais), que nos dizem ou mostram como devemos expressar-nos. É nesta fase que aprendemos como ‘chamar’ pessoas de acordo com o que significam para nós, estranhas e familiares, por exemplo; que aprendemos a nomear objectos, animais, locais, etc.; em que aprendemos como verbalizar pedidos com vista a satisfazer as nossas necessidades, como pedir água ou comida; e, por consequência, é nesta fase que aprendemos as diferenças entre o que é uma coisa e o que é outra. Este processo, esta primeira aprendizagem, serve-nos como base de como significar o mundo.

Depois desta socialização primária, é na fase seguinte, a da socialização secundária (escola, pares, etc.), que aprendemos como devemos e não devemos referir-nos discursivamente a

algo, o que é, já de si, uma aprendizagem não apenas de léxico ou construção frásica, mas também uma aprendizagem social e política, uma construção da realidade que nos rodeia e não de outra. A linguagem e o discurso passam a ser, então, uma forma de nos expressarmos, mas, acima de tudo, uma forma de expressarmos a sociedade, família, comunidade e instituições dentro das quais crescemos. Assim, o discurso é, acima de tudo, uma prática social que reproduz e replica o que somos enquanto actores e agentes sociais de determinado contexto social. O discurso é aquilo que aprendemos, e repetimos, da realidade que nos rodeia.

Algo que o discurso mediático, maioritariamente, não tem é interacção directa, não é um diálogo, não acontece na tradicional designação de face-a-face (Spitulnik, 2000). Logo, esta definição de discurso mediático será, segundo Mary Talbot (2007), insuficiente. Assim, uma mais adequada será a de que o discurso mediático circula e atravessa todas as instituições sociais e está profundamente intrincado na vida e interacção diárias de quase toda a gente. Ainda mais, os *media* substituíram largamente outras instituições - como a Igreja, por exemplo - como primeira fonte de entendimento do mundo.

Aquilo a que Durant (2010, pp.21) chama de ‘desentendimento interpretativo’ advém de algo como um diálogo entre duas pessoas, (com experiências partilhadas e backgrounds sociais/económicos e culturais semelhantes), sobre um tema em que cada uma das duas pessoas retirou um significado diferente do texto lido. Aqui, mais uma vez, entenda-se texto como “texto público e mediático” (Durant, 2010) como, por exemplo, um filme, as notícias ou um artigo de opinião na imprensa escrita. É, aliás, o primeiro texto aqui referido - o filme - que é dado como exemplo na obra do autor: dois amigos que vão ao cinema e que têm um desentendimento, que parte de diferentes pontos de vista sobre o significado de campo (‘countryside’), e sobre os papéis sociais das personagens que ali habitam.

Assim, este ‘desentendimento interpretativo’ demonstra que a conversação, o diálogo, de acordo com Durant, parte não só de um diálogo, mas de algo dialógico, ambíguo. E envolve uma cooperação que depende da interacção das contribuições feitas por ambas as partes, para um contínuo entendimento à medida que a dialogia ocorre, através da procura de uma perspectiva comum. De significado partilhado.

Ora, este consenso daquilo que será um significado partilhado acontece, no caso dos artigos de opinião, por exemplo, aquando do entendimento, que pode ser parcial ou total, do leitor (das audiências) com o texto. Neste caso, este processo desenrola-se como um diálogo que é feito através da argumentação e da retórica, presentes no **discurso** de opinião, que são o que irá significar aquilo que é argumentado ao leitor, e que passar a ser, em maior ou menor grau, a forma como o leitor significa aquele tema/assunto de que trata o artigo. Mais uma vez, é neste processo dialógico que é possível a constante correcção e negociação de significados enquanto forma de construir, através da informação partilhada, uma perspectiva comum. (Durant, 2010, pp.22).

Sendo que o discurso tem, então, um papel fundamental na construção da realidade, as implicações do poder e influência do discurso mediático são claras, na perspectiva de Talbot (2007). Acima de tudo nos anos em que o consumo de *media* se tornou uma larga parte da realidade diária da maioria das pessoas. Por exemplo, em 2020, o consumo de notícias em Portugal foi feito, em 80% dos casos, online, incluindo através das redes sociais, sendo que o Facebook continua a ser a aplicação preferida por 77% dos respondentes¹⁵. Os *smartphones* tornaram-se, então, ferramentas que, não só nos acompanham para todo o lado, como se tornaram a principal fonte de consumo de textos noticiosos: no mesmo ano, o suporte mais utilizado para a consulta destes textos mediáticos era, exactamente, o *smartphone* (70%). Assim sendo, com toda a interacção diária com o discurso mediático, o seu entendimento (estudo) revela-se crucial.

Norman Fairclough (1995) foi um dos autores pioneiros na abordagem crítica da análise do discurso. Nesta corrente, o discurso desempenha um papel enquanto ferramenta e processo de manutenção de poderes vigentes das sociedades. O autor defende que o discurso dos *media* afecta e é afectado por relações de poder dentro do sistema social, incluindo relações de classe, género, e etnia (pp.12). Já Roger Fowler, em *Language in the News – Discourse and Ideology in the Press* (1991), diz que os textos mediáticos e o discurso dos *media*, e o diálogo que estes têm com as suas audiências, servem, também, como estratégia de quem está em lugares de poder, para mais eficientemente conseguir manipular política e

¹⁵ Reuters International Digital News Report 2020, consultado em <https://www.digitalnewsreport.org/>.

socialmente as audiências, contribuindo para perpetuar, reproduzir, ou naturalizar diferentes ideologias, conceito muito trabalhado, também, por Stuart Hall (1985).

Existe, no entanto, na perspectiva de Mary Talbot, também analista crítica do discurso, uma diferença entre texto e discurso. **Texto** é, assim, o produto observável da interacção, ou seja, um objecto cultural; e **discurso** é o processo de interacção em si, ou seja, uma actividade cultural. O texto é, então, o tecido no qual o discurso é manifestado, seja falado ou escrito – jornais, literatura, séries televisivas, programas de rádio, etc. – produzido por uma pessoa ou mais (2007). Ora, quando falamos sobre algo cultural, como sejam esta actividade ou objecto cultural, que são o discurso e o texto, torna-se imprescindível entender o que é a cultura. Cultura, então, é um conceito amplamente entendido como “significados partilhados”. Nos tempos que correm, segundo Mary Talbot, os *media* são basilares na circulação destes significados (2007). Stuart Hall designou esta circulação de significados enquanto ‘circuito cultural’¹⁶ – que é uma forma de olhar mais finamente o esquema que vimos na *Figura 1- Diagrama Encoding/Decoding por Stuart Hall*, no Capítulo I deste trabalho.

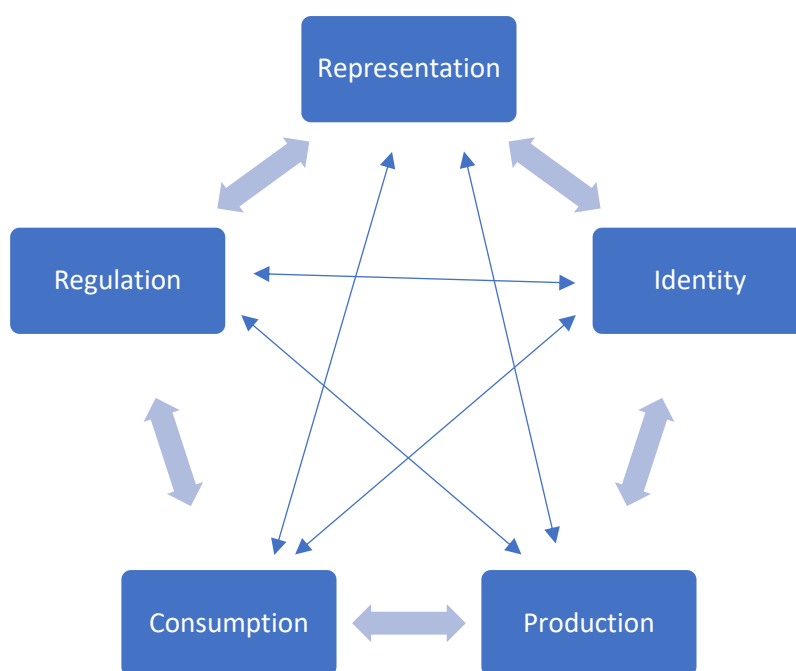


Figure 6 - The Circuit of Culture (adaptado por Mary Talbot 2007, de Hall 1997)

¹⁶ Este foi primeiramente trabalhado por Paul Du Gay e Stuart Hall: Hall, Stuart e Du Gay, Paul (Eds.), (1996), *Questions of Cultural Identity*, SAGE Publications, Sage.

É, então, neste circuito cultural, que, através desta procura, negociação e naturalização de significados partilhados, são criadas as representações que temos do mundo. Assim sendo, quando o autor de um artigo de opinião constrói o seu argumento, e produz um texto que contém o discurso em volta de determinado valor e/ou posição ideológica, pretende, através da argumentação, que as suas audiências dialoguem com o texto e o signifiquem (codifiquem) e legitimem de acordo com a ideologia ali contida, partilhando dela.

A este processo chamariam, diversos autores, de “ideologia do consenso” (Fowler, 1991; Hall, 2017; Hartley, 1982; Chibnall, 1977). Esta pressupõe, de uma forma simplista, que, para um grupo de pessoas ou para uma determinada sociedade, é assumido como facto que existe a partilha de determinados interesses, crenças e valores, e que toda a gente os tem em comum, ou seja, todos concordam que X é Y e que acontece porque Z. Fowler defende, ainda, que este consenso adopta contornos muito problemáticos quando em relação com as lógicas públicas, políticas e comerciais que advêm da mercantilização da imprensa, em particular, e dos *media*, em geral. No próximo sub-capítulo será reflectida a representação que é feita do Islão nos *media*, elencando diversos estudos sobre o tema.

2.3 – (Que) Islão nos *Media*?

Os *media* de massas têm um papel importante na criação, reprodução, naturalização e propagação de ideologias (Hall, 2021; Gitlin, 2003), contribuindo largamente para uma produção cultural de conhecimento global (Poole, 2002). Os textos mediáticos funcionam como suportes discursivos e visuais providenciando, assim, recursos através dos quais as audiências constroem uma cultura comum, da qual se apropriam, fazendo, conseqüentemente, parte dela (Van Dijk, 1991). Ora, muitos dos trabalhos de investigação sobre o tema têm demonstrado como esta articulação, por parte dos *media* de massas, entre valores sociais dominantes e ideologias levam, muitas vezes, a casos de representações estereotipadas e redutoras de várias minorias (Hall, 2021; Saha, 2012; Van Dijk, 1991).

No caso particular do Islão e dos muçulmanos, são vários os estudos feitos sobre a sua representação nos *media*. Edward W. Said estudou vastamente o tema da representação do Oriente no Ocidente, na sua obra *Orientalism* ([1978] 2003), mas é no seu livro *Covering Islam – How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World* (

[1981] 1997), que elabora sobre a representação do Islão e dos muçulmanos nos *media*. Uma das primeiras conclusões de Said é a de que o Islão e os muçulmanos são tendencialmente representados pelos meios de comunicação ocidentais de uma forma homogênea, além de negativa. Esta homogeneidade é transmitida quando são apresentados como uma “massa” única, uniforme e sem diferenças relevantes entre si.

Said sustenta esta posição baseando-se na ideia de que, em primeiro lugar, notícias, opiniões e jornais são o resultado de um grande número de condicionantes da experiência humana e da vida em sociedade, porquanto não definem verdades objectivas e indiscutíveis; e em segundo lugar, de que existem determinadas retóricas reflectidas no discurso que não passam de generalizações relativamente ao Islão e aos muçulmanos, como, por exemplo, a relação entre Islão e terrorismo, que é apresentada como inevitável e natural, quando, na verdade, não representa a grande maioria dos crentes e/ou praticantes da religião. Assim, afirma o autor, fica esquecida e omissa a complexidade das dinâmicas que existem entre os muçulmanos, por exemplo, a nível geográfico.

Além de Said, muitos são os autores e autoras que têm estudado este tema academicamente, no que respeita a vários contextos geopolíticos como, por exemplo, a **Europa** (Ehrkamp, 2010; Poole, 2002, 2016; Tsagarousianou, 2016; Abadi, D’Haenens e Koeman, 2016; Mertens, 2016a, 2016b; De Cock e Du Pont, 2016); a **América do Norte** (Said, [1978] 2003, [1981] 1997; Ibrahim, 2010; Kumar, 2010; Shaheen, 2009; Alsultany, 2012); a **América Latina** (Ahlin e Carler, 2011); a **Ásia** (Ahmed, 2010, 2012; Green, 2013; Lams, 2016; Verschooten, Amanullah e Nijs, 2016); e **Oceânia** (Ewart, 2012; Kabir, Shah, 2010; Kabir, Nahid, 2011; Patil, 2015).

De todos os estudos aqui referidos, o único que faz uma meta-análise é o de Ahmed e Jörg Matthes (2016), analisando 345 estudos académicos feitos sobre o tema, que reflectem os anos entre 2000 e 2015, tendo sido um dos seus objectivos o de analisar o papel dos *media* na construção de uma identidade muçulmana e islâmica, de modo a elaborar um panorama geral das representações presentes nos *media* das diferentes sociedades incluídas nesta pesquisa.

No estudo de Roza Tsagarousianou (2016), que reúne trinta anos de análise do discurso europeu ocidental relativo ao tema do Islão entre as décadas de 1990 e de 2010, a autora

aponta várias particularidades e evoluções nas práticas discursivas dos *media* durante este período, começando por apontar uma progressiva transformação na percepção dos muçulmanos na Europa, passando de uma “presença exótica” a detentores de valores, aspectos culturais, e predisposições políticas designadas de “radicais, ameaçadoras, e incompatíveis” com os “valores e modo de vida europeus”. Esta “incompatibilidade” é ainda, de acordo com a autora, potenciada por uma progressiva convergência de discursos e políticas relacionadas com estes temas.

Nos anos 1980 e início dos anos 1990, e apesar dos vários fluxos migratórios ocorridos a partir de 1950, no pós-segunda guerra mundial, as comunidades europeias tinham, ainda, contactos muito localizados e restritos, nomeadamente em termos geográficos, com o Islão. Com o passar dos anos e o nascimento de segundas e terceiras gerações, a visibilidade do Islão foi crescendo exponencialmente, assim como a sua presença nos debates públicos. Assim, a ideia “exótica” do Islão e dos muçulmanos, passou a ser confrontada com uma interacção, cooperação e, também, competição entre muçulmanos e não-muçulmanos em vários espaços: por exemplo, públicos, laborais, educacionais, ou de consumo.

Havendo diferentes perspectivas sobre diversos assuntos – Por exemplo, papéis de género ou educação – foi criada uma ideia de choque de culturas que levou a situações de disputa e confronto, por exemplo, aquando da tentativa de construção de edifícios de culto e de partilha, como mesquitas e centros comunitários, ou da utilização visível de vestuário diferente da maioria, marcando assim uma diferença nas aparências. No Reino Unido, por exemplo, um dos catalisadores desta diferença foi o caso Salman Rushdie, com a edição do seu livro *Versículos Satânicos*, em 1989, que potenciou e trouxe ao palco mediático estas diferenças identitárias (Poole, 2016), sendo este um dos pontos viragem da ‘discriminação racial’ para a ‘discriminação cultural ou étnica’, ou Islamofobia (Gilroy, 1992).

Esta ideia de diferença passou pela mudança de uma representação mediática que evoluiu, também ela, de “exótica” a “fundamentalista”, tendo sido criada e argumentada por meio de alguns acontecimentos-chave na Europa. Em França, por exemplo, com o início do ‘*affaire du foulard*’ – ou caso do véu - no final dos anos 1980, em que as crianças muçulmanas deixaram de poder usar véu islâmico, niqab, hijab ou burqa nas escolas, com a justificação

de que estes eram uma ameaça ao princípio de laicidade do Estado. Assim, passou a ver-se um item de vestuário enquanto símbolo de alteridade e de choque, ou *clash*, cultural (Sofos e Tsagarousianou, 2013), reportando, aqui, ao conceito de Samuel Huntington de *clash* civilizacional (1997).

A juntar a França, também o governo alemão, em 2003 (Statham, 2004; Cesari, 2009), e o espanhol, em 2012 (Tsagarousianou e Sofos, 2010), criaram formas de poder banir estas peças de vestuário, sendo que, nestes casos, o motivo da ‘segurança’ já foi adicionado à questão da ameaça à laicidade do Estado. Este argumento da segurança foi ancorado, em muito, em alguns exemplos de eventos violentos, como os ataques terroristas de 1995 e 1996, em Paris; de Setembro de 2001, nos EUA; de Março de 2004, em Madrid; ou de Julho de 2005, em Londres; de 2012 e 2015, em Paris de novo, entre outros que foram tendo cobertura mediática.

Nos Países Baixos, no verão de 2001, foi feita uma campanha mediática contra a cultura “obsoleta” e “bárbara” do Islão, no seguimento de afirmações homofóbicas por parte do imã El Moumami, tornando-se este evento precursor para argumentos holandeses no espaço público que contribuíram para a ideia de um Islão “retrógrado”. A juntar a este evento, também o assassinato, perpetrado pelo holandês Mohammed Bouyeri, do pintor, também holandês, Theo van Gogh, em 2004, contribuiu para alimentar um discurso já negativo, sobre o Islão, tendo agravado, inclusivamente, comportamentos relativos às comunidades muçulmanas.

Assim, estes exemplos pontuais de violência e terrorismo vieram alimentar a narrativa da alteridade cultural, relativamente ao Islão, uma vez que são estas que têm, maioritariamente, representação mediática. Assim, as vozes de pessoas muçulmanas comuns, em cada um destes países europeus, e muitos outros, continua a estar numa posição de desvantagem, não podendo fazer-se ouvir entre as vozes “islamofóbicas dominantes” e as dos “muçulmanos radicais”. O próprio termo Islamismo, passou de termo que significava “algo que se refira ao Islão”, para um termo manchado por uma conotação “quasi-criminal” nas últimas décadas. (Tsagarousianou, 2016).

Com esta ideia de uma forma de cultura e religião dissociadas dos “valores e modo de vida” europeus, nomeadamente a partir da década de 2000, o Islão assumiu contornos no debate público europeu enquanto condutor de fundamentalismo cultural e religioso, extremismo político, e terrorismo. Assim, termos como ‘fundamentalismo’, ‘jihad’ e ‘terrorismo’, passaram a fazer parte integrante do discurso usado por políticos, comentadores e pessoas comuns em contextos discursivos diários, aquando da referência ao Islão e às comunidades muçulmanas. O próprio termo ‘Islão’ carrega consigo uma conotação política, geográfica e étnica (d’Haenens e Bink, 2007). A ideia de massa homogénea, já referida, é então, também, a de uma entidade político-cultural que dificilmente será compatível com as normas e valores “ocidentais” (Poole, 2002). Esta representação redutora do Islão não é acidental ou inocente, mas advém, antes, de uma longa tradição de mal-entendidos, de apropriação selectiva da História, de formas particulares de ver o presente, da construção de *regimes de verdade* (Said, [1978] 2003) e, em última análise, do exercício do poder para construir e regular a presença muçulmana em diversos países europeus (Tsagarousianou, 2016).

Num estudo comparativo entre jornais da Flandres e dos Países Baixos, Mertens (2016b) trata os factos relativos à cobertura que representa o que refere como ‘Islão interno’ e ‘Islão externo’, isto é, a diferença discursiva quando os jornais tratam o Islão do próprio país em eventos internos ao mesmo, e o Islão de outros países, representado em relação a eventos em outros países que não aquele a que o jornal pertence. O autor chega à conclusão de que a cobertura do Islão externo é caracterizada, maioritariamente, pelo tema da violência; por uma inferior representação feminina; e com uma abordagem mais institucional do que o Islão interno.

O mesmo estudo refere ainda as diferenças na representação do Islão tendo em conta as diferenças de ideologia política dos jornais da amostra, chegando à conclusão de que os jornais com ideologia de esquerda cobrem mais o Islão externo, enquanto os de ideologia de direita o fazem mais relativamente ao Islão interno, bem como são aqueles cujo foco principal está em eventos violentos. Também Ichau e d’Haenens (2016) confirmaram estas duas conclusões relativamente ao território da Flandres, e são vários os estudos que reflectem a prevalência de notícias internacionais ao invés de locais, nas quais o conflito está, invariavelmente, presente (d’Haenens e Bink, 2007; Poole, 2002).

Esta prevalência das temáticas de conflito, seja físico, cultural ou ideológico, vem reforçar a ideia, já construída, de que o Islão é violento, tem uma cultura e religião conservadoras e posições fundamentalistas. Elizabeth Poole (2002) refere-se a este fenómeno enquanto uma “estrutura de representação” criada pelos *media* (“Framework of representation”, no original), ou seja, um conjunto de temas e tópicos sobre o Islão, que os *media* consideram ter valor-notícia, e conexões entre eles que criam significados simbólicos, deixando pouca margem para ideias e representações alternativas, plurais ou complexas.

No respeitante aos países fora da Europa, elencar-se-ão dois estudos, que incluirão também a Rússia, que, apesar de ser um país europeu, tem uma dimensão e geografia muito diferentes de países europeus mais a Oeste de si. No estudo de De Smaele e De Booser (2016), foram então analisadas as práticas discursivas de dois dos principais jornais nacionais, *Kommersant’ e Rossijskaya Gazeta*, ambos baseados em Moscovo. As conclusões, foram as de que existia uma atenção “marginal” relativa ao Islão nestes jornais, durante os seis meses em que foi realizada a amostragem, entre 2011 e 2012, quando comparados com os restantes estudos referidos anteriormente.

Neste estudo sobre a cobertura dos jornais russos, o foco dado ao Islão e aos muçulmanos é, maioritariamente aquele que refere o Islão externo e, mais especificamente, eventos passados no Médio Oriente, nomeadamente a apelidada de “primavera árabe”, que parece ser o evento com mais destaque. Assim, as temáticas abordadas são a política, seguida de temas relacionados com violência, como o terrorismo, crimes, casos jurídicos, ou guerras. Tanto muçulmanos como não-muçulmanos estão representados em cobertura relativa ao Islão, embora os segundos estejam em maioria. Em ambos os jornais os resultados são semelhantes.

Relativamente à China, Lams (2016), num estudo que tem como amostra a cobertura, entre 2008 e 2009, do *Renmin Ribao*, o jornal diário e principal *medium* oficial do Partido Comunista Chinês, baseado em Beijing desde 1949, um ano após o fim da Guerra Civil chinesa, analisa a hipotética existência de um “Outro ameaçador” (Said, [1981]1997). De acordo com os resultados, existem algumas diferenças na narrativa criada relativamente a

Islão e muçulmanos, se comparados com os restantes estudos. Existe, sim, um retrato associado, maioritariamente, ao terrorismo e aos grupos fundamentalistas, mas estes são referentes, na sua esmagadora maioria, a actores externos, ao Islão externo.

No entanto, internamente, as referências do jornal chinês negativas vão no sentido de o Islão externo poder influenciar o interno, especificamente a comunidade Uyghur, presente na China, chamando a esta influência de “sangu shili”, ou “três forças”, sendo estas o separatismo, o extremismo religioso, e o terrorismo, que estão associadas mais ao líder da comunidade, que foi exilado, do que propriamente à comunidade de muçulmanos Uyghur. Esta narrativa vem, como a maioria das narrativas do referido jornal, no sentido da propaganda que fomenta a unidade nacional e a harmonia, refugiando-se no medo da ameaça interna. O factor religioso não é o foco da cobertura, sendo que a mesma é retratada, invariavelmente, de forma positiva, e como sendo uma religião que se baseia nos valores da paz e do amor, completamente dissociada do terrorismo e da violência. O foco é, assim, acima de tudo, político.

2.4 – (Que) Islão nos *media* em Portugal?

Após uma primeira revisão sobre que Islão está, e de que forma está, representado nos *media* em alguns países que não Portugal, importa fazer o retrato dos estudos feitos sobre o Islão nos *media* em Portugal. A forma como a imigração e as minorias são representadas no discurso mediático em Portugal, nomeadamente na imprensa escrita de opinião, tem vindo a sofrer mutações desde os anos 1960. Entre os anos 1960 e os anos 2000, Portugal passou de um país “tradicionalmente de emigrantes” a um país em que 6% da população era estrangeira e em que mais de 10% da população activa era constituída por emigrantes (Ferin, 2003). Deu-se um primeiro fluxo de imigração na década de 1960, de origem cabo-verdiana; entre 1974 e 1977 ocorreu um segundo, associado ao “fim do Império”, que resultou em cerca de 800.000 retornados das colónias portuguesas. Uma terceira corrente, nos anos 1980, foi aquela que trouxe imigrantes dos PALOP e do Brasil, estes últimos a propósito da desilusão

com o apelidado plano Collor de Mello¹⁷. Em 2003, data do artigo de Isabel Ferin Cunha, o número de imigrantes reportado em Portugal estimava-se que fosse de cerca de 400.000.

Assim, e segundo a autora, isto fez com que os discursos públicos da imprensa de opinião portuguesa sofressem alterações. Se, durante décadas anteriores, os portugueses foram o *Outro* nos países para onde emigraram, e durante quatro séculos sempre se relacionaram com um *Outro* no seu território de origem - tendo em conta as colónias, os territórios ultramarinos, o Império Colonial – passaram também a ser adoptados discursos públicos, nos e pelos *media*, até cerca de 1992, baseados numa lógica de “sequela da descolonização”(Ferin, 2003, pp.1). Isto porque as questões relativas à imigração ainda não estariam “suficientemente perceptíveis, enquanto as relativas aos grupos étnicos surgem ainda, na percepção pública, numa perspectiva de continuidade da descolonização e do Império”.

Após 1992, a par com as políticas de imigração adoptadas pela Europa, há um “momento de tensão, perplexidade e temor sobre esta nova realidade, que se reflecte na construção de um novo discurso sobre o *Outro*”. Assim, existe, entre 1992 e 1998, um discurso que se divide entre aquele de matriz colonial e um discurso de aproximação às políticas europeias¹⁸, e a assunção oficial dessas políticas, com excepção para as necessidades de mão-de-obra exigidas pelo modelo de desenvolvimento adoptado na altura; entre 1998 e 2003, período

¹⁷ O plano Collor de Mello um conjunto de reformas económicas e planos de estabilização da inflação criados durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992). O novo pacote económico, cujo nome original era Brasil Novo ficou conhecido como Plano Collor, e incluía, entre outras medidas de estabilização, a troca da moeda (de cruzado novo para cruzeiro, sem corte de zeros), a criação de um imposto sobre operações financeiras, o congelamento de preços e salários por 45 dias, o aumento das tarifas de serviços públicos (gás, luz e telefone, entre outros), a extinção de 24 empresas estatais e a demissão de 81 mil funcionários públicos, bem como o confisco de poupanças. As principais medidas de estabilização da inflação foram acompanhadas de programas de reforma de comércio externo, como a *Política Industrial e de Comércio Exterior*, e um programa de privatização intitulado *Programa Nacional de Desestatização*.

¹⁸ Acordo de Schengen e criação do Sistema de Informação Schengen e a 1ªRegularização Extraordinária (Dec. Lei 212/92, 12/10/92), e a aprovação de um novo Quadro Legal de Entrada, Permanência e Expulsão de Estrangeiros (Lei 59/93 de Março).

que a autora apelida de “Na Rota da Globalização”, e que reflecte uma progressiva consciencialização dos actores sociais, quanto à dimensão global do fenómeno imigração.

No mesmo artigo de Isabel Ferín Cunha podemos, ainda, perceber que a temática dominante na imprensa de opinião portuguesa sobre este *Outro* é a criminalidade, sempre relacionada com as minorias étnicas. Além disto, “os *media* e os diferentes actores presentes no espaço público tendem, ora a vitimizar, ora a criminalizar o *Outro* – imigrante legal, clandestino/documentado ou identificado como pertencente a uma minoria étnica” (2003, pp.3).

De acordo com Vakil (2004), desde o ataque às Torres Gémeas e ao Pentágono nos EUA, em 2001, que em Portugal, e “na ausência de especialistas com conhecimento de primeira mão dos contextos políticos, sociológicos, económicos, culturais, ou sequer religiosos, do mundo islâmico ou do Islão contemporâneo” fez com que fosse dada legitimidade, “à força”, a alguns “autodidactas”, com base na repetição incontestada de generalizações “reconfortantemente simplistas”.

Naquilo a que os *media* apelidaram de “Guerra ao Terror” (Vakil, 2004), nos anos subsequentes aos eventos referidos acima, as questões predominantes relativas ao Islão com representação nos *media* têm dito respeito à “indiferenciação do temporal e do religioso”, à “irreconciliabilidade da democracia”, ao “anti-modernismo”, à “irracionalidade político-religiosa”, à “violência congénita” e à “subjugação e escravidão da mulher”, vindo sendo construídas “em torno dos mesmos tópicos da retórica e polémica anti-islâmica, e com o mesmo essencialismo redutor e orientalista que caracterizam o discurso sobre o Islão no Ocidente desde o Iluminismo” (pp.18).

De acordo com Araújo (2019), o discurso mediático sobre o Islão, os muçulmanos e a islamofobia é “praticamente ausente”, sendo projectada uma ideia do país enquanto “exemplo de abertura à pluralidade religiosa”. E, diz a autora, após analisar as narrativas islamofóbicas presentes nas narrativas académicas, políticas, mediáticas e do comentário social no ciberespaço desde o ano 2000, que a retórica por detrás desta ideia assenta em três premissas: a primeira, a vocação histórica portuguesa para a tolerância e a interculturalidade que advém da teoria do Luso-tropicalismo (Castelo,1998), onde a figura do muçulmano foi

mobilizada pelo Estado Novo na “projecção da imagem do poder colonial como protector do Islão” (Vakil, 2004, pp.31); a segunda, a de uma ideia liberal de uma população plural e diversa (Asad, 2003), de uma “elite bem-integrada” na sociedade portuguesa que, segundo Araújo, “apaga a islamofobia vivenciada por populações muçulmanas racializadas e socioeconomicamente mais desfavorecidas no país; e a terceira, e última, a de uma concepção reducionista da islamofobia enquanto preconceito e ignorância (Sayyid, 2014), e que a caracteriza como sendo identificada somente quando promovida pelos partidos de extrema-direita.

A autora refere, ainda, que existe uma “negação discursiva da islamofobia” e que esta “contribui quer para invisibilizar as continuidades das governamentalidades coloniais, quer para legitimar a ausência de quaisquer iniciativas oficiais e políticas públicas” que digam respeito à comunidade do Islão em Portugal. As narrativas de islamofobia mais identificadas dizem respeito a duas questões fundamentais. A primeira, em que “os muçulmanos são percebidos como *estando* na Europa, mas *não sendo da* Europa”, sendo, assim, uma “presença intrusiva” que não se coaduna com a narrativa da Europa enquanto espaço homogéneo e num tempo linear (Asad, 2003). Deste modo, Portugal seria “um país fundacional e naturalmente homogéneo (isto é, branco e cristão)” e que apenas se tornou diverso pela “imigração recente decorrente de processos de globalização” (Araújo, 2018). Esta “oposição binária entre Ocidente/Europa/Portugal” e entre “Islão/Oriente”, constrói a figura do muçulmano enquanto exterior à nação, ao mesmo tempo que “invisibiliza como a história do Islão é constitutiva de Portugal” (Araújo, 2019).

A segunda questão fundamental presente nas narrativas de islamofobia mais identificada por Araújo (2019) é uma outra “construção binária entre ‘bons muçulmanos’ e os ‘maus muçulmanos’”. Desta forma, em Portugal “é evidente que o muçulmano só poderá ser aceite na medida em que abdicar daquilo que o distingue enquanto muçulmano” e que, “ainda assim, mesmo que ‘assimilado’ e ‘ocidentalizado’, a categoria de ‘bom muçulmano’ está etnicamente marcada”, pelo que o muçulmano não poderá ser totalmente europeu (Sayyid, 2014). A autora conclui que estas binariedades de “nós/eles” impregnam as narrativas analisadas, e que estas “situam o Islão e a figura do muçulmano na externalidade da ideia da Europa”. Mais, que essa fronteira pode ser “atravessada pelo ‘bom muçulmano’, desde que

este sacrifique o seu carácter muçulmano, assimile os valores da ‘civilização ocidental/europeia’ e, sobretudo, se abstenha de denunciar a islamofobia” (Araújo, 2019).

Num estudo para o Observatório político da FCSH-UNL, a que Verónica Ferreira (2016) deu o título de *Representações Mediáticas Da “Noite Que Mudou A Alemanha”: A Violência Sexual Como Veículo De Islamofobia?*¹⁹, verificamos que as “representações mediáticas nacionais referentes ao incidente da passagem de ano na cidade alemã de Colónia estiveram, em primeiro lugar, condicionadas pelas fontes internacionais que os jornalistas e as redações selecionaram”, sendo que reproduziam as representações mediáticas inglesas – BBC, The Guardian e Reuters. No entanto, existem diferenças no “tratamento jornalístico”, uma vez que “o Expresso não relaciona os incidentes de Colónia com o debate sobre os refugiados, o *Observador* fá-lo de forma crítica e o Público limita-se a mencionar o debate sem uma perspetiva crítica, embora não dê notoriedade aos movimentos de extrema-direita nacionalista e xenófoba como o *Observador*.”

A esta análise, junta-se aquela de que “é notória a divisão discursiva entre os agressores «imigrantes», «norte africanos e árabes» – os Outros orientais – e as «mulheres», desprovidas de adjetivos que aludam à sua etnia”, existindo uma

“visão dicotómica entre os «árabes» e «norte-africanos» desordeiros, violentos e misóginos – desrespeitadores dos valores da liberdade, escolha e consentimento associados aos direitos universais acima problematizados – e os alemães (europeus) definidos por contraposição – mesmo que implícita – como ordeiros, pacíficos e respeitadores dos direitos das mulheres.” (Ferreira, 2016, pp. 13)

Assim, mais uma vez, à semelhança do denotado anteriormente, existe, também neste estudo, esta visão dicotómica do “Nós”/“Outro”, uma oposição do europeu ao muçulmano. Este estudo conclui, ainda, que a cobertura realizada – que se foca, maioritariamente, nas informações de relatos relativas à origem étnica dos supostos perpetradores dos actos violentos – sofreu uma “consequente instrumentalização por parte das forças conservadoras e de extrema-direita, com o objetivo de garantir apoios à alteração da política de acolhimento

¹⁹ A autora retirou a expressão do título do artigo de João de Almeida Dias, «A noite que mudou a Alemanha e o amanhã de Merkel», *Observador*, 21/01/2016, disponível em: <http://observador.pt/especiais/noite-mudou-alemanha-amanha-merkel/>.

a refugiados” e que “os corpos das mulheres e o discurso feminista sobre direitos das mulheres” foram, na altura, “instrumentalizados ao direcionar o medo causado pela violência de género (...) contra o homem «árabe» ou «norte- africano» violento, que, de acordo com este tipo de representações, não respeita a liberdade pessoal e sexual da mulher livre ocidental”. Isto terá tido, segundo a autora do artigo, o objetivo de justificar políticas de restrição de asilo dentro de uma narrativa securitária e paternalista de proteção das mulheres.

Com esta dicotomia “muçulmano”/“europeu”, verificamos que, também nos *media* portuguesas, o *clash* cultural referido por Poole (2004), no caso respeitante aos *media* ingleses, e a “estrutura de representações” a que recorrem para se referir às comunidades muçulmanas, criam e reproduzem a ideia de um “Islão” e de “muçulmanos” enquanto massa homogénea, sendo estes muito raramente associados a características e temas que não sejam os relacionados com a violência e a oposição aos “valores vigentes”, tornando-os “externos” ao país, externos à “Europa”, externos aos valores “ocidentais”.

Capítulo 3. Metodologia

O discurso de opinião apresenta uma estrutura específica dentro do discurso mediático²⁰, baseando-se, em grande parte, no uso da argumentação e da retórica. Dentro da teoria metodológica de análise do discurso encontramos três modos discursivos: aquele que se foca nas características do **discurso enunciativo** (por exemplo, Charaudeau, 1973 ou Kerbrat-Orecchioni, 1986), outro que se concentra na **performatividade e pragmática do discurso** (por exemplo, Oliveira, 2016 ou Mello, 2011), e, por último, aquele que concerne ao discurso de opinião, o que respeita à **argumentação e retórica** (Amossy e Zavaglia, 2007; Durant e Lambrou, 2009). A retórica foi, originalmente, pensada por Aristóteles (Lutzke e Henggeler, 2009), e gira em torno da aplicação prática do “triângulo de retórica” *logos, pathos, ethos*:

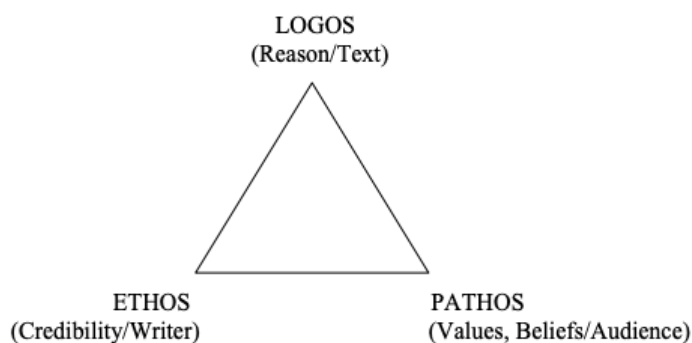


Figure 7 - Triângulo de Retórica (J Lutzke, MF Henggeler, 2009, em adaptação de Aristóteles)

Assim, dentro da retórica discursiva, existem três características: o *logos*, que invoca a razão, isto é, que expõe um argumento, o ponto de vista do emissor do discurso; o *pathos*, que invoca emoções, crenças, valores e empatia da audiência; e o *ethos*, que apela à credibilidade do emissor do discurso e/ou do texto mediático – e, neste caso, também, do *opinion-maker* que produz o artigo de opinião.

Dentro da metodologia de análise do discurso será usada, neste estudo, a abordagem crítica, pelo que esta é aquela que tem o discurso em conta, não apenas enquanto prática discursiva, mas também enquanto prática social (Fairclough, 1995; Talbot, 2007). Esta abordagem analisa, assim, o discurso enquanto influenciado, mesmo que de forma inconsciente, pelas

²⁰ Ver sub-capítulo 1.3 do Cap.I, *As funções dos géneros: O jornalismo de opinião e o papel dos seus produtores*.

perspectivas, contextos, crenças, valores, ideologias e representações do emissor (Dijk, 1998, 2017; Garrett e Bell, 1998; Fowler, 1991).

Mary Talbot (2007) diz que “discourses are bodies of knowledge and practice that shape people. They give positions of power to some but not others” (pp.13). Tendo esta afirmação em conta, e de acordo, também, com Norman Fairclough (2015), o próprio conceito de ‘liberdade de expressão’ é um mito, uma vez que são poucos aqueles que beneficiam de lugares enquanto emissores de discurso mediático e público. O discurso é, assim, também, tratado enquanto instrumento para relações de dominação, manutenção do poder vigente e exercício de poder (Berger e Luckmann, [1966] 1999; Fairclough, 2015; Mooney e Evans, [1999] 2015). Quando proferido pela instituição dos *media*, pretende, ainda, construir e normatizar uma determinada visão sobre uma realidade social - “dominant structures stabilize conventions and naturalize them” (Wodak, 2006, pp. 3).

Porquanto o método de análise crítica de discurso (doravante designada de ACD) não tem apenas em conta o discurso literal, o mesmo vai além do significado subjacente à linguagem utilizada, preocupando-se também com o contexto em que o mesmo é proferido, seja no que respeita ao cariz social, como ao histórico ou político, que são também tidos em conta (Wodak, 2006). Esta é uma análise que pretende, partindo de uma perspectiva, acima de tudo, semântica, colocar em evidência as relações de força, de poder e de dominação presentes no discurso, bem como as possíveis desigualdades, alteridades e violência simbólica ou verbal presentes. Este método tem, no entanto, desvantagens, acima de tudo pelo potencial de parcialidade e possível enviesamento por parte de quem analisa o *corpus* linguístico (Fowler, 1996; Orpin, 2005; Widdowson, 1996; Tornberg e Tornberg, 2016).

Tendo em conta que tais desvantagens existem, e não sendo possível rejeitar a subjectividade do investigador de forma absoluta em qualquer metodologia qualitativa, partimos para a análise com essa consciência, e garantindo o apoio constante em literatura que diz respeito à metodologia usada (ACD), bem como àquela que concerne ao tema em si, e aos objectivos da investigação. Mais ainda, tentou reduzir-se a subjectividade fazendo duas análises, uma primeira, quantitativa, de descrição do *corpus* e do background dos produtores de opinião, bem como dos picos de produção e cada jornal, e uma posterior, de conteúdo, onde, primeiro, se elencam os temas dos artigos e as respectivas contagens dentro de cada um, analisando

mais finamente as principais temáticas e as palavras mais significativamente associadas àquelas chave. Assim, sendo que se torna possível corroborar ou não, mutuamente, as várias análises realizadas, contribui-se da melhor forma para a objectividade do estudo.

No projecto de investigação *Islamophobie savante et médiatique : Étude transnationale des discours et de leur impact* » (desenvolvido em parceria entre o CECC- Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da FCH-UCP e a Université de Laval- CRSH) – do qual nasceu a ideia de criar o presente estudo, e de onde são provenientes os dados utilizados para o *corpus* aqui analisado - o método utilizado então combinou a análise linguística (lexical e semântica) e a análise do discurso assistida pela análise crítica do discurso assistida pelo *software* Sketch Engine²¹, que doravante designaremos de SE. Este referencial metodológico permitiu, numa primeira abordagem quantitativa, identificar os termos e conceitos mais recorrentes no *corpus* da imprensa e, em seguida, numa abordagem qualitativa, analisar a forma como estes campos lexicais se articulam com os principais argumentos e teses defendidos pelos jornalistas, colunistas e redatores de jornais online e digitais portugueses.

O *corpus* de jornais analisado ali inclui cinco dos títulos da imprensa diária portuguesa: ***Público, Observador, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias***. Ao todo foram analisados 1.553 artigos recuperados online, directamente dos sites próprios de cada jornal, com base em palavras-chave definidas pela equipa do projecto, bem como as suas associações com outras palavras (coocorrências) em redes lexicais semânticas. Em seguida, a partir da leitura das frases e parágrafos onde aparecem essas associações de termos estatisticamente significativos, identificaram-se os principais temas, argumentos e processos de significação que são usados repetidamente, mesmo sistematicamente, por jornalistas e colunistas. Esta segunda etapa da análise qualitativa foi a base do estudo crítico de discurso desenvolvido.

Uma vez que o projecto *Islamophobie savante et médiatique : Étude transnationale des discours et de leur impact* » (Université de Laval- CRSH) pretendeu desenvolver uma análise específica sobre a temática da Islamofobia, as palavras-chave analisadas eram mais relacionadas com a mesma, e em grande número ('Islão', 'Islâmico/a/os/as', 'Islamista', 'Islamismo', 'Muçulmano/a/os/as', 'Hijab', 'Hidjab', 'Véu', 'Lenço', 'niqab/nikab',

²¹ www.sketchengine.co.uk.

‘burqa/burka’, ‘jihad’, ‘terrorista’, ‘terrorismo’). Nesta dissertação optou-se por, neste estudo, reduzir a amplitude e, simultaneamente, tentar ter uma perspectiva menos focada no fenómeno da Islamofobia e mais focada no Islão de um modo geral. Foi, então, reformulado o *corpus* de análise apenas com base nas seguintes palavras-chave: **‘Islão’, por ser a palavra que define a religião em si; ‘muçulmano/a/os/as’, por serem as palavras que definem os/as praticantes da religião.**

Apesar da redução de amplitude e do foco mais abrangente, o período de análise corresponde ao mesmo que o do primeiro projecto, ou seja, **abrange todos os artigos de opinião disponíveis nos motores de busca dos jornais diários online referidos que contêm as palavras-chave ‘Islão’ e ‘Muçulmano/a/os/as’, entre 1 de Janeiro de 2010 e 28 de Fevereiro de 2020.** Uma vez que o *corpus* será composto, ainda assim, por um total de 494 artigos de opinião, fica garantida, também, a robustez da amostra, por serem todos os artigos que, ao longo do espaço temporal indicado, contêm as palavras-chave elencadas.

A decisão do intervalo de tempo analisado foi feita pela equipa canadiana do projecto em parceria com a Universidade de Laval, e prende-se com alguns factores. O primeiro é o de o Islão associado ao terrorismo ter sido objecto, na primeira década do séc.XXI (2000-2010), de numerosos estudos após os eventos ocorridos a 11 de Setembro de 2001, quando foram feitos colidir dois aviões comerciais contra os edifícios que compunham as Torres Gémeas, do complexo empresarial World Trade Center, nos Estados Unidos da América. O ataque foi orquestrado pela organização da Al-Qaeda, organização nascida da guerra Afegã-soviética entre 1979-89 para combater os Mujahideen.

O segundo factor a contribuir para a escolha do espaço temporal, de acordo com a equipa canadiana, tem que ver com o facto de, na segunda década do séc.XXI existir um foco menos centrado nos eventos dos EUA, por outro lado, ser a década em que existe maior tensão em termos de debates em torno do Islão, e em que foram exacerbadas as polarizações sociais, nomeadamente no Canadá e na Europa, tanto no que se refere a ataques terroristas, como à criação de leis que condenassem a Islamofobia nestes países, até àquelas criadas para proibir o uso do véu, por exemplo, na Bélgica, em 2011 e, novamente, em França, em 2010. A juntar a isto, o facto de também terem ocorrido mais de trinta ataques terroristas, só em França e na Bélgica, durante este período.

No que respeita à escolha do dia 28 de Fevereiro de 2020 como sendo a última data de recolha de artigos de opinião no terreno de investigação português, esta prende-se com o facto de, a partir dos primeiros dias de Março, a produção noticiosa e de artigos de opinião poder estar ‘contaminada’ pelo imperativo da actualidade referente aos primeiros casos de Covid-19 confirmados em Portugal.

Para fazer a análise do primeiro *corpus* deste estudo, aquele que contém todos os artigos de opinião com as palavras-chave ‘Islão’ e ‘muçulmano/a/os/as’, dos jornais analisados entre 2010 e 2020, recorreu-se à ferramenta de análise *Sketch Engine*. O SE é uma ferramenta de análise linguística e semântica, desenvolvida pela *Lexical Computing Limited* desde 2003, que, através do seu algoritmo, gere e analisa textos originais com milhares de milhões de palavras (*corpus* linguístico) e que consegue identificar instantaneamente a frequência de cada uma das palavras do *corpus* (através da sua função de *Wordlist*²²). Além disto, consegue ainda analisar quais as relações e padrões ali presentes (através da sua função *Word Sketch*²³), em mais de noventa línguas, cada uma delas com um *corpus* integrado no sistema de mais de cinquenta mil milhões de palavras, com vista a reproduzir a amostra o mais representativa possível.

O SE é muito útil, acima de tudo quando se tratam *corpora*²⁴ extensos, cuja análise manual tomaria muito tempo e estaria mais sujeito a erro humano. Com a funcionalidade de *Wordsketch* podemos identificar o nível de significância (*logdice*) de determinadas coocorrências de palavras associadas às palavras-chave do estudo. Trata-se de uma medida estatística para identificar colocações e expressar a sua significância. Esta ferramenta permite, ainda, encontrar exemplos de uso em contexto das coocorrências cujo *logdice* é mais significativo (na função *Concordance*²⁵). O *logDice* não é afetado pelo tamanho do *corpus* e, portanto, pode ser usado para comparar pontuações entre *corpora* de diferentes dimensões.

²² <https://www.sketchengine.eu/guide/wordlist-frequency-lists/> (consultado em 25 Setembro de 2021)

²³ <https://www.sketchengine.eu/guide/word-sketch-collocations-and-word-combinations/> (consultado em 25 de Setembro de 2021).

²⁴ Do latim, plural de *corpus*.

²⁵ <https://www.sketchengine.eu/quick-start-guide/concordance-lesson/> (consultado em 25 de Setembro de 2021).

O presente estudo terá, então, três etapas de análise: a primeira, de análise quantitativa descritiva do *corpus*, como o número de artigos por jornal e por ano, e o background profissional dos dos/as autores/as dos artigos de opinião que o compõem; a segunda, de análise de conteúdo, de modo a perceber quais as principais temáticas encontradas e quais as palavras mais significativamente associadas às palavras-chave; e a terceira, e última, que se prenderá com a já referida ACD, com vista a uma análise mais profunda dos significados criados.

3.1 Critérios para a compilação do *corpus* analisado

No projecto de parceria entre CECC e Universidade de Laval, foram recolhidos, através dos motores de busca dos jornais (*Público, Observador, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias*), em cada um dos seus websites, todos os artigos de opinião, com data entre 1 de Janeiro de 2010 e 28 de Fevereiro de 2020 que resultaram da pesquisa das palavras-chave referidas anteriormente. Após esta primeira recolha, foram revistos e eliminados todos os que não dissessem respeito a artigos de opinião, como sendo entrevistas e notícias, e os artigos que apareceram repetidos no seu conteúdo (embora, por vezes, mesmo com links de acesso diferentes)²⁶. Foram criados quatro *corpora* diferentes, um por cada jornal, sendo que **no caso do Diário de Notícias e do Jornal de Notícias foi decidido** pela equipa do projecto com a Universidade de Laval **que seriam tratados como um só corpus**. Tal justificou-se com base no argumento de se tratarem de dois *corpora* mais reduzidos que os restantes e de pertencerem ao mesmo grupo editorial. Assim, estes dois jornais **serão tratados, doravante, como um jornal apenas**.

A compilação do *corpus* foi algo diferente do projecto de cujos dados a presente investigação fez uso. Assim, e tendo em conta que é possível pesquisar em todos os *corpora* pelas palavras-chave pretendidas, o SE foi usado, neste estudo, para três funções: a primeira, *Wordlist*, para procurar os artigos onde as palavras-chave ‘Islão’ e ‘Muçulmano/a/os/as’ estavam presentes e qual a frequência absoluta de cada uma delas; a segunda, *Wordsketch*, para perceber quais as coocorrências com *logdice* mais forte, isto é, acima de 10.00²⁷, e,

²⁶ Esta situação aconteceu, maioritariamente, no *corpus* do Correio da Manhã, também o mais extenso.

²⁷ Este valor de significância mínima foi decidido no primeiro projecto, *Islamophobie savante et médiatique : Étude transnationale des discours et de leur impact* » (CECC-FCH e Université de Laval- CRSH), e é também o valor mínimo aconselhado pela equipa criadora do *software Sketch Engine*.

assim, entender que tipo de palavras estão associadas às palavras-chave, de forma a perceber que tipo de representações ali estão presentes; e, por último, a função *Concordance*, para perceber quais os artigos em que estavam contidas as palavras-chave.

Desta forma, sendo que o SE elenca todos os artigos em que as palavras-chave estão presentes, e as diversas frases – contextos - em que tal acontece, foi possível perceber a frequência com que cada uma delas aparece em cada artigo (ver Anexo M, pp.184), critério usado para selecionar, depois, os artigos a serem analisados qualitativamente na análise crítica de discurso. Parte-se, assim, do pressuposto de que quantas mais vezes forem utilizadas as referidas palavras-chave, mais hipóteses existem de poder analisá-las em contexto, e mais focados no tema os artigos serão.

No que respeita à análise temática, foi feita uma leitura individual de cada artigo (título, *lead* e corpo do artigo), sendo feita uma contagem dos temas mais frequentes contidos em cada um deles. Uma vez que muitos dos artigos continham vários destes temas, quando assim aconteceu, foram contabilizados várias vezes de acordo com aqueles em que se enquadravam. Por último, de modo a responder à questão de investigação “Existe representação de um Islão português nos artigos de opinião dos jornais online e electrónico analisados?”, foi analisado se cada artigo se referia a um tema/evento passado em Portugal e que fizesse referência ao Islão português¹, ou não.

Foram algumas as limitações deste estudo. A primeira prendeu-se com o facto de os dados serem vastos e o presente trabalho carecer de limitações. A segunda está relacionada com a questão de que, embora os resultados tenham uma validade corroborada a cada passo da análise, ela acontece apenas de uma das perspectivas da representação. Assim, realizando uma análise de conteúdo e de discurso, portanto de mensagem/linguagem, não foi possível analisar o lugar da produção e da recepção deste discurso. Logo, para tentar analisar que possíveis efeitos têm os *media*, nomeadamente os artigos de opinião dos jornais, na representação do Islão em Portugal, seria necessário fazer um estudo da recepção destas matérias pelas suas audiências. Mais ainda, seria importante perceber a perspectiva da produção, por parte das empresas de *media* e *opinion makers*, para dar lugar a pensar as escolhas nesta fase prévia.

Parte II – Análise e Interpretação dos Dados

Capítulo 4. Análise e Interpretação dos Dados

Pretende-se, assim, partindo da pergunta “De que forma é tratado o tema do Islão pelo jornalismo de opinião nos principais jornais diários online e electrónico²⁸ em Portugal?” esta investigação propõe-se responder às seguintes questões de investigação: a) Quais os temas dominantes no jornalismo de opinião produzido entre 2010 e 2020 sobre o Islão nos jornais *Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, na sua versão online, e no jornal electrónico *Observador*? b) Existe representação de um Islão português nos artigos de opinião dos jornais online e electrónico analisados? E, se sim, difere daquela feita relativamente ao Islão não-português? c) Qual o background profissional dos produtores de opinião sobre o Islão em Portugal? Por “Islão português” entenda-se o Islão em Portugal ou questões/eventos ocorridos em Portugal, ou seja, que tenham que ver com o Islão português.

4.1 Análise Quantitativa

Nesta primeira análise quantitativa, será feita uma descrição do *corpus* total e por cada jornal, observando os picos de produção e os temas associados a eles, bem como compreendendo quem são os mais assíduos produtores de opinião de cada jornal, e qual o seu background profissional e/ou académico. Assim, pretende-se compreender se estes são especialistas no tema do Islão, ou não, respondendo à terceira questão [c)] de investigação.

Foram, conforme referido, analisados os artigos de opinião produzidos entre 1 de Janeiro de 2010 e 28 de Fevereiro de 2020, recolhidos dos jornais online *Público*, *Observador*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, que contivessem as palavras-chave “Islão” e/ou “muçulmano/a/os/as”.

²⁸ Embora a metodologia de recolha dos dados tenha sido idêntica para todos os cinco jornais, uma vez que o jornal *Observador* nunca teve suporte em papel, e se auto-define como electrónico, foi decidido que seria intitulado desta forma.

Tabela 1 - Total de artigos por jornal

Jornal	Nº total de artigos (<i>corpus</i>)
<i>Público</i>	67
<i>Observador</i>	33
<i>Correio da Manhã</i>	322
<i>Diário de Notícias + Jornal de Notícias</i>	72
Total de artigos (<i>corpus</i>)	494

Podemos, *a priori*, perceber que o menor número é produzido pelo jornal ***Observador***. No entanto, importa referir que este último foi **criado apenas no ano de 2014**, o que faz automaticamente, com que a sua produção seja muito inferior em número de artigos. Já o o maior número de artigos no período analisado é produzido pelo jornal *Correio da Manhã* seguido, por ordem decrescente, pelo Diário de Notícias + Jornal de Notícias e pelo Público. Embora o Correio da Manhã seja o jornal que maior número produz, os seus artigos contêm, de um modo geral, um número de caracteres muito inferior aos restantes, pelo que, embora a frequência de produção seja claramente superior, o número de palavras do seu *corpus* não será tanto assim.

Dentro do *corpus* de cada jornal, foram extraídas, no software *SE*, na função *Wordlist*, as frequências absolutas de cada palavra-chave, por jornal. Em alguns jornais aparecem termos que não estão presentes noutros, mas que incluem uma das duas palavras-chave e que foram, também, incluídos na análise. Por exemplo, ‘islão-do-terrorismo’, ‘não-muçulmano’, ‘anti-muçulmano’, e/ou ‘Hindu-muçulmano’.

Tabela 2 - Número de artigos por Jornal com a *palavra-chave* ‘Islão’

Jornal	Nº artigos com palavra-chave ‘Islão’	Nº de ocorrências palavra-chave ‘Islão’	% do total de artigos²⁹ de cada jornal (<i>corpus</i>)
<i>Público</i>	30	165	44,12%
<i>Observador</i>	21	86	63,64%
<i>Correio da Manhã</i>	105	134	32,61%
<i>Diário de Notícias</i> + <i>Jornal de Notícias</i>	38	111	52,78%

No que concerne à palavra-chave “Islão”, percebemos que, o seu número de ocorrências é mais elevado no jornal *Público* (165 vezes) por comparação aos restantes, e que, embora o jornal *Observador* conte com menos quatro anos de produção, a frequência deste termo continua a ser, pelo menos, mais de metade das ocorrências dos restantes. Percebe-se, ainda, que, embora o *corpus* do *Correio da Manhã* seja muito superior em número de artigos, faz uma utilização menor da palavra-chave “Islão” que o *Público*, no que respeita ao número de vezes em que é usada. Quando olhamos para a percentagem do total de artigos em que esta palavra-chave surge percebemos que é no *Observador* (63.64%) e no *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias* (52,78%) que ela é mais representativa, e que é no *Correio da Manhã* (32.61%) que a percentagem do total de artigos é a mais baixa.

Table 3 - Número de artigos por Jornal com a *palavra-chave* ‘Muçulmano/a/s’

Jornal	Nº artigos com palavra-chave ‘Muçulmano/a/s’	Nº de ocorrências da palavra-chave ‘Muçulmano/a/s’	% do total de artigos³⁰ de cada jornal (<i>corpus</i>)
<i>Público</i>	65	270	95,59%
<i>Observador</i>	31	149	93,94%
<i>Correio da Manhã</i>	280	393	86,96%
<i>Diário de Notícias</i> + <i>Jornal de Notícias</i>	70	220	97,22%

²⁹ O total de artigos refere-se ao total de artigos em análise em cada um dos jornais, e não ao total absoluto de artigos em análise.

³⁰ O total de artigos refere-se ao total de artigos em análise em cada um dos jornais, e não ao total absoluto de artigos em análise.

Já no que diz respeito à palavra-chave “muçulmano/a/os/as” podemos perceber que a percentagem da sua utilização no total de artigos é maioritária, ultrapassando sempre, pelo menos os 85%. Enquanto, com a palavra-chave “Islão”, o número de ocorrências mais elevado era a do *Público*, neste caso percebemos que acontece maioritariamente no *Correio da Manhã* (393 vezes), tal como no número de artigos.

Podemos, assim, verificar que a palavra-chave “Islão” é muito menos usada que a palavra-chave “muçulmano/a/os/as”, o que pode querer dizer que existem muitas mais referências acerca dos praticantes da religião, do que sobre ela.

Tabela 4 - Número de artigos com as duas palavras-chave em simultâneo

Jornal	Nº artigos com ambas as palavra-chave	% do total de artigos de cada jornal (<i>corpus</i>)
<i>Público</i>	28	41.80%
<i>Observador</i>	19	57.58%
<i>Correio da Manhã</i>	62	19.25%
<i>Diário de Notícias</i> + <i>Jornal de Notícias</i>	36	50.00%

É notória a diferença de concomitância das duas palavras no Jornal *Correio da Manhã*, uma vez que acontece em apenas 19.25% do total de artigos, em relação aos restantes jornais, onde acontece em 40 a 57%. É este, então, aquele onde parece haver uma mais nítida separação entre os artigos que tratam o Islão e os que, de alguma forma, referem os muçulmanos/as.

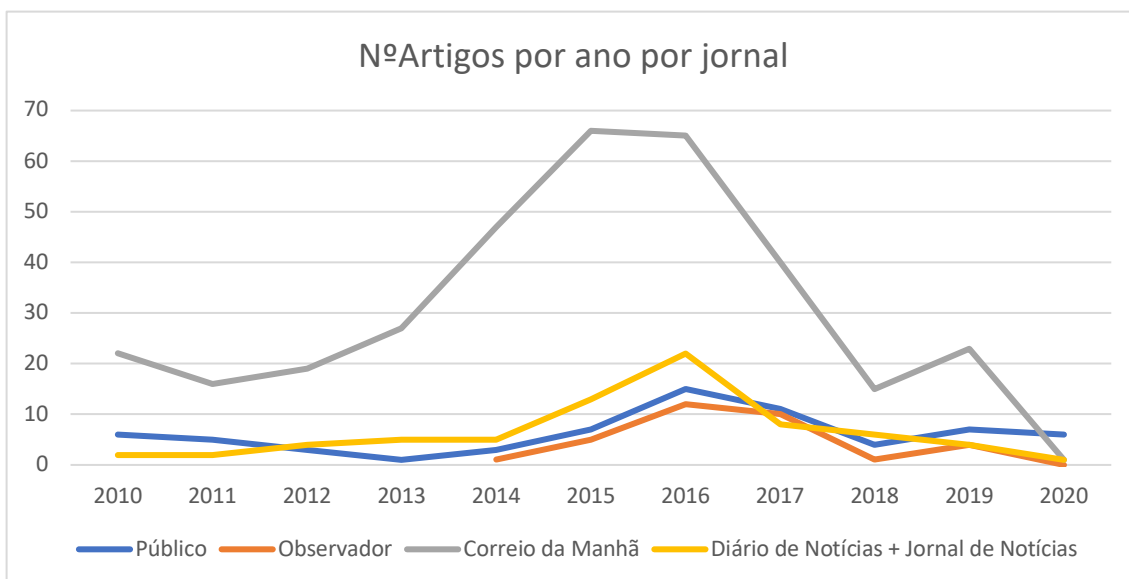


Figura 8 - Número de artigos por ano, por jornal

Tendo em conta a produção de artigos de opinião que referiram as palavras-chave em análise, podemos verificar, pelo gráfico acima, que a produção foi, entre 2010 e 2020, muito superior no Correio da Manhã, enquanto a dos restantes jornais foi semelhante entre si. Apesar de o *Observador* apresentar um número inferior de artigos – cerca de metade do *Diário de Notícias + Jornal de Notícias* e do *Público*. Se considerarmos apenas a produção de todos os jornais a partir desse ano, constata-se que a do *Observador* é análoga à do *Público* e do *Diário de Notícias + Jornal de Notícias*. No entanto, e apesar da diferença, em número de artigos, entre o Correio da Manhã e os restantes jornais, a produção mais assídua em todos eles, relativamente ao tema, acontece principalmente entre 2015 e 2017.

As duas análises seguintes, da produção e produtores por jornal, e dos temas dos artigos, foram realizadas com base na listagem das temáticas e contagens de ocorrências presentes em cada um dos artigos, por jornal, com frequências absolutas e relativas à totalidade produzida por cada um dos jornais. Esta informação que pode ser consultada no Anexo 3 desta dissertação.

4.1.1 Análise da produção e produtores por jornal

Público

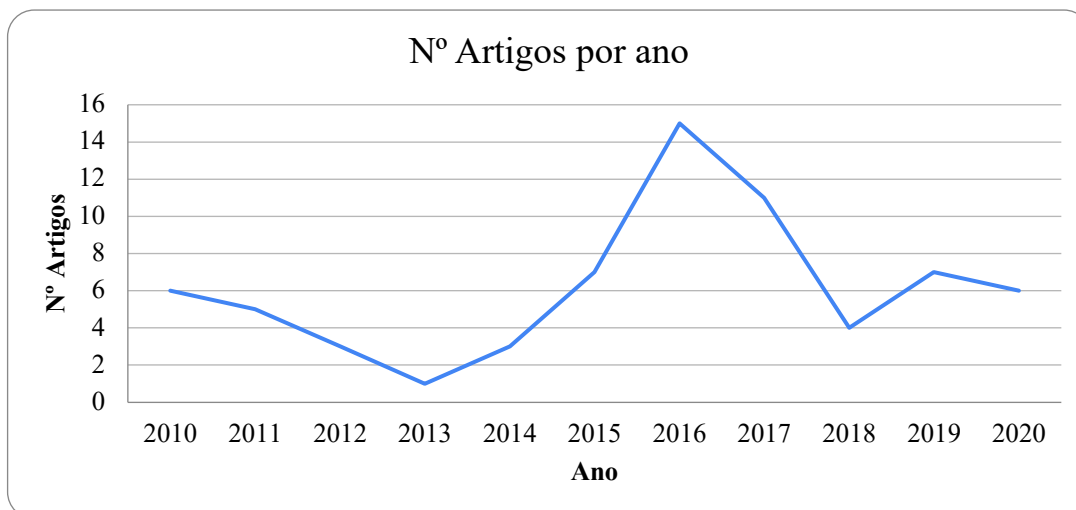


Figura 9 - Número de artigos por ano do Jornal Público

No jornal *Público* é notório o pico de produção no ano de 2016, com 15 artigos de opinião produzidos sobre o tema, 22,4% do total de artigos produzidos nos, quase, dez anos aqui em análise. Neste ano, sete destes artigos abordam a temática do vestuário feminino associada ao Islão, principalmente no que respeita à discussão sobre se deve ser proibido, ou não, o uso deste vestuário, nomeadamente em países como França e Inglaterra. Porém, a maioria refere-se, ou parte da situação ocorrida no verão desse ano, em que a polícia multou, numa praia de Nice, em França, uma mulher enquanto esta utilizava um burkíni, o que levou a “aquecer o debate sobre a proibição”³¹ do seu uso, e do uso de burqa, niqab, hijab e/ou véu. Um deles relaciona, ainda, directamente a indumentária à violência logo no título “Da burka ao colete de explosivos”. Catorze destes retratam eventos em países que **não** Portugal.

Table 5 - Os três *autores/as com maior produção* de artigos do Público

Autor	Nº Artigos Opinião
José Pedro Teixeira Fernandes	10
Álvaro de Vasconcelos	4
Rui Tavares	4

³¹ <https://www.dn.pt/mundo/guerra-ao-burkini-policia-de-nice-multa-por-demasiada-roupa-na-praia-5354099.html> (consultado em 1 de Setembro de 2021).

Relativamente aos três autores com maior número de artigos produzidos, verificamos que José Pedro Teixeira Fernandes é quem mais produz. O *opinion maker* é investigador e docente na área de Ciências Sociais e Humanas³², Álvaro de Vasconcelos, o segundo mais assíduo produtor ao longo da década em estudo, foi Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia³³, e Rui Tavares, o terceiro que mais produz opinião sobre o tema do Islão durante aquele período, é escritor, historiador e ensaísta, além de ex-deputado do Parlamento Europeu e investigador³⁴. Tendo em conta o seu background profissional, podemos perceber que nenhum deles é especialista no tema sobre o qual, neste caso, escreve, mas antes sobre temas maioritariamente relacionados com a política e a segurança.

Observador

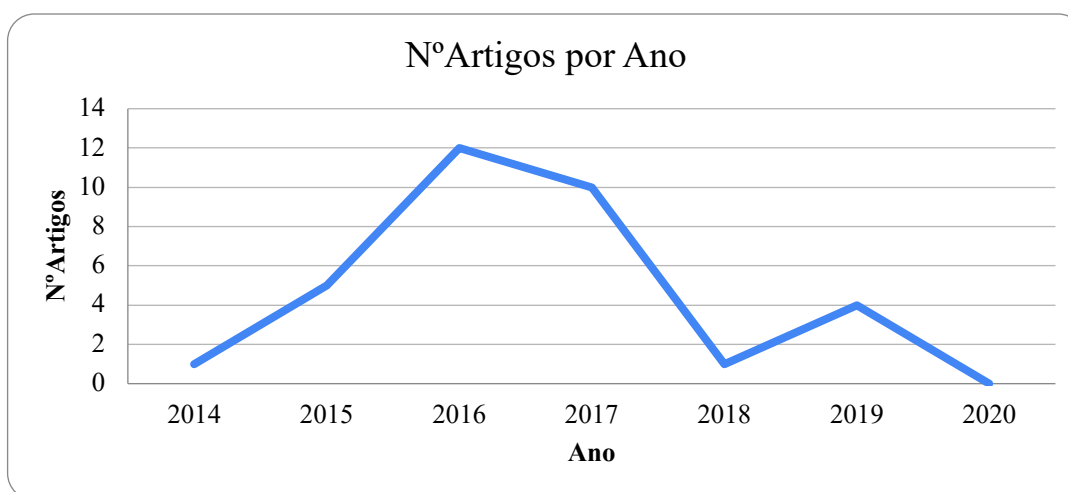


Figura 10 - Número de artigos por ano do Jornal Observador

Apesar do jornal *Observador* ter sido criado apenas em 2014, podemos perceber que os picos de produção são iguais aos dos restantes jornais. Tal como aconteceu em relação ao jornal *Público*, a maior produção de artigos do *Observador* sobre o tema do Islão aconteceu entre 2015 e 2017, sendo o ano mais profícuo, também, o de 2016. Neste caso, os artigos também abordaram os temas da indumentária das mulheres – como o burkíni ou o niqab – e a discussão sobre o seu uso, bem como eventos que associam o Islão e os muçulmanos ao terrorismo e o debate que denota as diferenças de valores, colocando sempre em oposição o Islão e a Europa. Mais uma vez, os artigos relacionam-se à actualidade noticiosa sobre a

³² <https://www.linkedin.com/in/jos%C3%A9-pedro-teixeira-fernandes-b6139b17/?originalSubdomain=pt> (consultado em 3 de Setembro de 2021)

³³ <https://www.iss.europa.eu/author/%C3%A1lvaro-de-vasconcelos> (consultado em 3 de Setembro de 2021)

³⁴ <https://ruitavares.net/biografia/> (consultado em 3 de Setembro de 2021)

proibição do uso de indumentária associada ao Islão, e se devem ser usados ou não. Assim, podemos depreender que o debate, durante este período, está fortemente ancorado no *agenda setting* de países como a França, Inglaterra ou a Bélgica. Todos países que debatiam o tema à data.

Nos anos de 2015, os artigos estão relacionados com a violência e o terrorismo, e em 2017, esta associação entre Islão e terrorismo continua a ser a única temática abordada. Também no ano de 2016 o tema vai além do uso de vestuário religioso e aborda esta temática. O tópico do terrorismo associado ao Islão vai beber, novamente, à actualidade, sendo que neste caso maioritariamente francesa, embora não só. São exemplos dos eventos mais debatidos o caso do ataque ao jornal Charlie Hebdo a 7 de Janeiro de 2015; a 13 de Novembro do mesmo ano, o ataque à sala de espectáculos do Bataclan, em Paris; em 22 de Março de 2016, um atentado numa estação de metro em Bruxelas; em Julho do mesmo ano, uma carrinha dirigiu-se a uma multidão numa das mais movimentadas avenidas de Nice, em França; e em 22 de Maio de 2017 um atentado suicida num concerto de uma cantora pop estadunidense que matou 22 pessoas, em Manchester, Inglaterra.

Existe, também, nos artigos produzidos durante este período de pico, a relação de oposição que, neste caso, é, não só entre Islão e Europa, mas também entre “O Ocidente e o Islão”³⁵ e “O Ocidente e o mundo muçulmano”³⁶. No *Observador*, todos os eventos retratados são referentes a países que **não** Portugal.

Table 6 - Os três autores/as com maior produção de artigos do Observador

Autor	NºArtigos Opinião
Maria João Marques	9
Rui Ramos	6
Pe Gonçalo Portocarrero de Almada	4

No que respeita aos três maiores produtores dos artigos, encontramos, em primeiro lugar, Maria João Marques, administradora na área do imobiliário e colunista. Apesar de ter

³⁵ Vasco Pulido Valente, *Observador*, 10 de Junho de 2017.

³⁶ Vasco Pulido Valente, *Observador*, 23 de Abril de 2017.

começado no jornal *Observador*, é, desde Abril de 2020, colunista do jornal *Público*³⁷. Esta é, dos produtores deste jornal, a autora que mais escreve sobre o tema do vestuário religioso e da “condição feminina” no Islão, mesmo não sendo especialista, nem em estudos de género nem em Estudos do Islão. Rui Ramos, em segundo lugar no pódio de mais assíduos produtores, é historiador e investigador na área de Estudos de Política, além de autor e de ter sido colunista em outros dois dos jornais aqui em análise, o *Correio da Manhã* e o *Público*³⁸. Mais uma vez verifica-se que não é especialista no tema do Islão, tal como todos os autores/as elencados até aqui.

Por último, o terceiro maior produtor de opinião para o jornal *Observador* sobre esta temática é o Pe Gonçalo Portocarrero de Almada, ordenado sacerdote no ano de 1986, exercendo o ministério no âmbito da prelatura da Opus Dei desde então, além de ser autor de vários livros como *Os Defeitos de Maria* ou *Porque não – Casamento entre pessoas do mesmo sexo*.³⁹. Neste caso, não só não se trata de um perito no tema como, pelo contrário, pertence a uma organização da Igreja católica, criando, automaticamente, uma oposição nos valores aquando da criação da sua produção. Porém, não existe nenhum produtor mais frequente que pertença pratique a fé do Islão.

³⁷ <https://www.linkedin.com/in/maria-jo%C3%A3o-marques-6176b182/?originalSubdomain=pt> (consultado em 4 de Setembro de 2021).

³⁸ <https://observador.pt/perfil/rlramos/> (consultado em 4 de Setembro de 2021).

³⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Gon%C3%A7alo_Portocarrero_de_Almada (consultado em 4 de Setembro de 2021).

Correio da Manhã

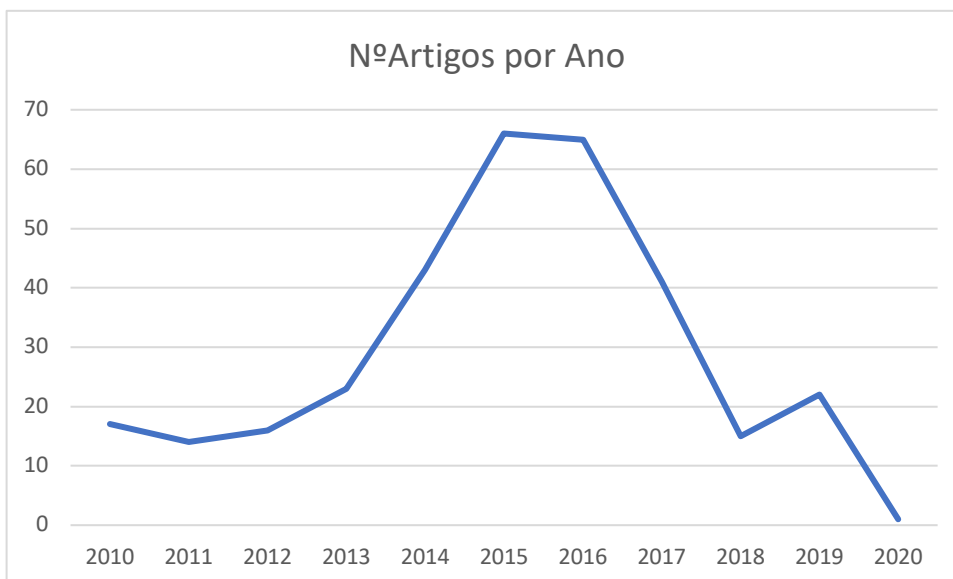


Figura 11 - Número de artigos por ano do Jornal Correio da Manhã

Embora tenha também havido uma maior produção entre os anos de 2015 e 2017, também no ano de 2014, no caso do *Correio da Manhã*, a produção de artigos sobre o Islão foi elevada (semelhante à de 2017), no que difere ligeiramente dos restantes. No entanto, relativamente às temáticas, são, maioritariamente, as mesmas, e seguem a linha dos jornais anteriores. Produzem, assim, opinião sobre terrorismo ou violência associada ao Islão, o papel da mulher no Islão e as diferenças de valores/choque de civilizações, na oposição já referida entre Islão/muçulmano/a/os/as e a Europa/Ocidente. Mais uma vez vemos corroborada a ideia do debate ancorado no *agenda setting* de países que **não** Portugal.

Table 7 - Os três **autores/as com maior produção** de artigos do *Correio da Manhã*

Nome	Nº Artigos
Francisco José Viegas	64
João Vaz	43
José Diogo Quintela	22

No que concerne aos seus produtores mais assíduos, por ordem decrescente de produção, temos Francisco José Viegas, que foi jornalista em vários jornais portugueses e director da Casa Fernando Pessoa, autor e apresentador de programas culturais na televisão pública e privada de sinal aberto, bem como em rádio, autor de vários livros de vários géneros literários, editor, deputado independente nas listas do PSD, e Secretário de Estado da Cultura

no Governo de 2011-2015⁴⁰. Mais uma vez, a ligação política, e neste caso também à produção cultural. Outro dos mais profícuos produtores de opinião para o *Correio da Manhã*, no período em estudo, é João Vaz, colunista do *Correio da Manhã*. No entanto, na pesquisa feita, tal como para os outros produtores de opinião, não foi possível encontrar qualquer informação sobre João Vaz além de três fotografias (todas direccionavam para o website do *Correio da Manhã*) e o nome. Facto curioso, tendo em conta a legitimidade necessária que se pressupõe à produção de opinião, referida anteriormente⁴¹. Além destes, também José Diogo Quintela é dos maiores produtores de opinião sobre o tema. Humorista, argumentista, actor, criativo, autor do livro *Falar é Fácil* e empresário, foi colunista no *Correio da Manhã* entre 2015 e 2018, do *Público* entre 2013 e 2015 e, actualmente, é-o, também, para o jornal *Observador*. Nenhum deles é, assim, especializado na temática do Islão, tal como nos dois jornais anteriores.

Diário de Notícias + Jornal de Notícias

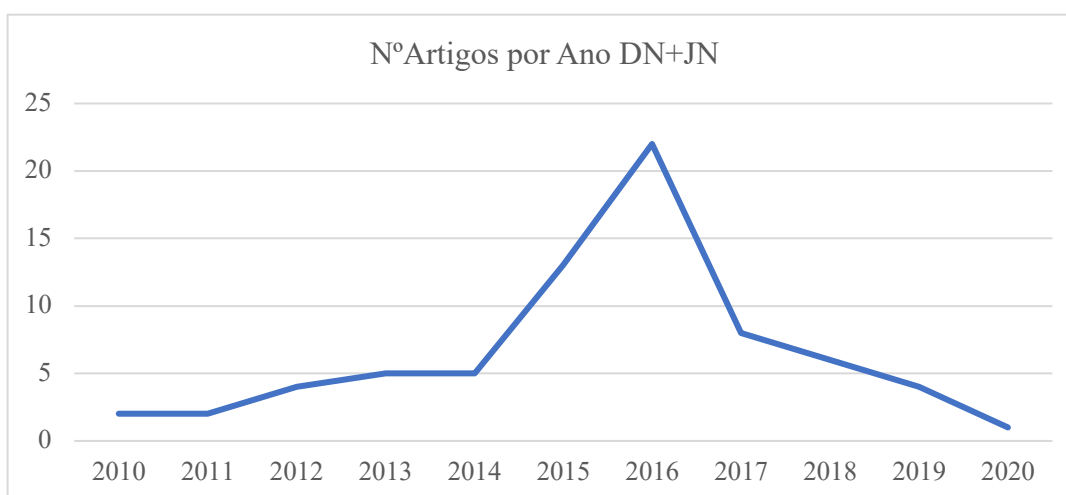


Figura 12 - Número de artigos por ano do Diário de Notícias + Jornal de Notícias

No caso específico do *Diário de Notícias + Jornal de Notícias*, o pico de produção de opinião relativamente ao tema do Islão, no período analisado, acontece entre 2015 e 2016, sendo este último o mais fecundo. No que respeita a temas associados ao Islão e aos muçulmanos neste ano, tal como nos jornais analisados anteriormente, são os que têm que

⁴⁰ <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/primeiro-ministro/pm/secretarios-de-estado/sec/conheca-a-equipa/secretario-de-estado/francisco-jose-viegas.aspx> (consultado em 4 de Setembro de 2021).

⁴¹ Ver Capítulo 1.3 *As Funções Dos Géneros: O Jornalismo De Opinião E O Papel Dos Seus Produtores*.

ver com violência, terrorismo, ou criminalidade, a questão dos refugiados e das políticas de imigração, e aqueles que, mais uma vez, através, de símbolos de vestuário feminino, entre outros, evocam o choque de civilizações e opõem discursivamente países europeus ou o “Ocidente”, ao Islão e/ou ao/s/às muçulmano/a/os/as. Também no *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias*, os eventos retratados não são, na sua larga maioria, referentes a Portugal em particular.

Tabela 8 - Os três **autores/as com maior produção de artigos**

Diário de Notícias + *Jornal de Notícias*

Autor	Nº Artigos Opinião
Leonídio Paulo Ferreira	14
Maria João Tomás	9
Ferreira Fernandes	7

Quanto aos produtores de opinião do *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias* mais assíduos no período analisado encontramos, em primeiro lugar, Leonídio Paulo Ferreira. Subdirector e jornalista do *Diário de Notícias*, e autor do livro *Encontros e Encontrões de Portugal no Mundo*⁴². Maria João Tomás é investigadora e docente de História Comparada das Religiões, especializada em Estudos Islâmicos e do Médio Oriente⁴³, sendo a **única especialista no tema do Islão** de todos os 12 maiores *opinion makers* sobre o tema no período e jornais analisados. Ferreira Fernandes é jornalista, tendo colaborado com vários jornais – incluindo o *Público* – e foi director do *Diário de Notícias*. É também autor de livros como *Os Primos da América* e *Frases que fizeram História em Portugal*. Verificamos, no caso deste jornal, além da existência de uma especialista, uma preponderância de jornalistas na produção mais assídua sobre o tema.

Após esta primeira análise quantitativa da produção de opinião dos jornais e dos seus produtores (*opinion makers*), podemos concluir o seguinte: 1) à excepção do *Correio da Manhã*, todos os outros produziram artigos de opinião em número semelhante, com as duas palavras-chave e durante o período em análise; 2) os picos, entre 2015 e 2017, e os temas

⁴² <https://www.dn.pt/autor/leonidio-paulo-ferreira.html> ; <https://www.wook.pt/autor/leonidio-paulo-ferreira/4663377> (consultado em 4 de Setembro de 2021).

⁴³ <https://www.linkedin.com/in/maria-jo%C3%A3o-tom%C3%A1s-99499b53/?originalSubdomain=pt> (consultado em 4 de Setembro de 2021).

dessa produção são semelhantes, com foco na associação do Islão à violência/crime/terrorismo e/ou a questões de diferença de valores, opondo Islão e muçulmano/a/os/as a Europa e Ocidente; 3) muitos dos *opinion makers* transitam ou transitaram de uns jornais para outros; 5) os produtores de opinião mais assíduos sobre o tema e no período analisado são investigadores e/ou docentes académicos, jornalistas com lugares de destaque na hierarquia dos jornais – ex-director ou director adjunto –, estão ou estiveram associados a cargos políticos em Portugal ou na União Europeia, fazem parte da Igreja católica, são humoristas ou empresários; e 6) de acordo com o que foi possível apurar, os/as autores/as mais assíduos/as dos artigos analisados neste período não são especialistas na temática do Islão em particular, existindo apenas uma *opinion maker* que o é. Podemos, assim, ver corroborada a questão elencada por Vakil (2004)⁴⁴, quando afirmava que, na generalidade, não existiam especialistas sobre o tema a produzir opinião em Portugal.

4.2 Análise Qualitativa

“Os *opinion makers* condicionam e constroem, assim, a realidade social e reconstroem-na ao terem um vasto domínio da interpretação da mesma, através da «opinião». Este domínio permite preservar o seu universo simbólico próprio e reconhecido socialmente e permite, também, a expansão e reforço desse domínio simbólico. Este poder social dos *opinion makers* tende a perpetuar a reprodução do seu grupo social de pertença tanto no espaço «opinião» como, numa perspectiva mais ampla, na sociedade.”

Figueiras (2002) in *Os Opinion Makers na imprensa de referência portuguesa*.

Esta análise acontece em três fases. Primeiramente, é analisado o conteúdo da globalidade dos artigos recolhidos no que refere às **temáticas**, e ao facto de o mesmo se referir a **eventos/questões que retratam Portugal** (Islão interno) **ou algum outro país/países** (Islão externo)⁴⁵. Nesta primeira parte serão colocados em destaque os principais temas transversais a todos os jornais, o que permitirá responder à primeira questão de investigação desta dissertação: “a) Quais os temas dominantes no jornalismo de opinião produzido entre 2010 e 2020 sobre o Islão nos jornais *Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, na sua versão online, e no jornal electrónico *Observador*?”. Serão, além

⁴⁴ Ver capítulo 2.4 – *(Que) Islão em Portugal?*

⁴⁵ Ver Anexo C – Quadro de Análise de Conteúdo pp.148.

dos temas, contados os artigos que contêm referência ao Islão português e aqueles que contêm referência ao Islão estrangeiro, o que responderá à primeira parte da segunda questão de investigação: “b) Existe representação de um Islão português nos artigos de opinião dos jornais online e electrónico analisados?”. Deste modo, em caso de resposta positiva, será feita uma comparação entre a representação de um e de outro, constatando as suas semelhanças e diferenças e respondendo à segunda parte da segunda questão de investigação: “E, se sim, difere daquela feita relativamente ao Islão não-português?”.

Na segunda fase desta análise qualitativa, com o apoio da ferramenta *Wordsketch*, serão identificados os termos que são mais frequentemente associados às **palavras-chaves estudadas e que apresentam um alto nível/índice de significância com relação a estas (frequência e proximidade co-textual)**. Estes termos serão analisados no co-texto das frases e enunciados que constroem sua significação em discurso.

Por último, com a ajuda da funcionalidade *concordance*, analisar-se-á criticamente o discurso de **um artigo emblemático de cada jornal, ou seja, aquele com o maior número de coocorrências significativas, e que contenha, simultaneamente, as duas palavras-chave**, num total de quatro artigos. Aqui será analisada a semântica associada ao Islão de uma forma mais fina, mais uma vez na tentativa de compreender se o discurso contido no artigo em questão valida, ou não, as evidências das análises anteriores.

4.2.1 Análise de Temas

No que respeita à análise temática, foi feita a leitura de cada artigo (título, *lead* e corpo do artigo), e uma contagem dos temas mais frequentes contidos em cada um deles. Uma vez que muitos dos artigos continham vários destes temas, quando assim aconteceu, foram contabilizados várias vezes de acordo com aqueles em que se enquadravam. Por último, foi analisado e contabilizado se, em cada artigo, existiam referências ao Islão português, ou a um tema/evento relacionado com o Islão passado em Portugal.

Destacaram-se, assim, catorze temas⁴⁶: **Violência ou Terrorismo**⁴⁷, sempre que o artigo trata um evento que contém violência e/ou terrorismo, ou faz uma associação directa de um outro assunto a esses eventos violentos envolvendo o Islão; **Religião**⁴⁸, sempre que um artigo tem como tema principal a crença ou prática religiosa ou está associado a um tema religioso. São exemplos os que têm como evento de referência uma visita do Papa Francisco ao Egípto⁴⁹ ou ao Iraque⁵⁰; a **Diferença de Valores “ocidentais” e “orientais”/ “Choque de civilizações”**⁵¹, sempre que um artigo menciona estas expressões, ou semelhantes, ou destaca as diferenças de valores entre “mundo ocidental” e “mundo islâmico”; **Símbolos Religiosos e/ou o Papel da Mulher**⁵²; sempre que o tema do artigo tem que ver com, ou faz referência a, símbolos associados ao Islão, na sua maioria de vestuário feminino, como sejam a *burqa*, o *niqab*, o *hijab* e/ou o véu, e com o papel da mulher no Islão; **Primavera muçulmana**⁵³ ou **Primavera Árabe**⁵⁴, todas as vezes que um artigo se refere a um destes termos; **Refugiados e/ou Imigração**⁵⁵, sendo que estes dois temas aparecem juntos por serem referidos, na maioria das vezes, em conjunto no mesmo artigo; **Explicação do Islão**⁵⁶, sempre que um artigo constrói o seu texto com base em explicações que tenham que ver com a doutrina ou a prática do Islão, como sejam, por exemplo, as definições ou análise dos seus textos religiosos; **Securitarismo/Narrativa do medo**⁵⁷, sempre que um artigo

⁴⁶ Para informação quantitativa consultar Anexo C – Quadro de Análise de Conteúdo (pp.148)

⁴⁷ Alguns exemplos são “Daesh quer incendiar a França”, Jorge Almeida Fernandes, *Público*, 17 de Julho de 2016; “Morrer de pé em Paris”, *Observador*, 9 de Janeiro de 2015; “Terroristas como peixe na água”, Ferreira Fernandes, *Diário de Notícias*, 23 de Março de 2016; “Fora os muçulmanos”, Rui Pereira, *Correio da Manhã*, 12 de Dezembro de 2015.

⁴⁸ Por exemplo “O Papa Francisco e o Islão”, P. Gonçalo Portocarrero de Almada, *Observador*, 16 de Fevereiro de 2019.

⁴⁹ “Dois Homens Beijam-se”, Manuel S. Fonseca, *Correio da Manhã*, 07 de Fevereiro de 2019.

⁵⁰ “O Papa Francisco no Iraque”, Frei Bento Domingues O.P., *Público*, 07 de Julho de 2019.

⁵¹ Alguns exemplos são “O islão não é um papão, mas...”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 01 de Janeiro de 2018; “Sai o chinês para entrar a mesquita”, Miguel Alexandre Ganhão, *Correio da Manhã*, 15 de Janeiro de 2015; “Os dias difíceis do professor Boaventura”, José Manuel Fernandes, *Observador*, 16 de Janeiro de 2015.

⁵² Alguns exemplos são “Niqab de alta costura”, Maria João Marques, *Observador*, 06 de Abril de 2016; “Fundamental não é a roupa, Fernanda Cachão, *Correio da Manhã*, 30 de Agosto de 2016; “Burquini ou biquíni”, Domingos Lopes, *Público*, 22 de Agosto de 2016; “Nem burqa nem niqab”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 01 de Dezembro de 2016.

⁵³ “Jihad: há 15 anos a matar portugueses”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 18 de Janeiro de 2016.

⁵⁴ Alguns exemplos são “O novo islão da Primavera Árabe”, Maria João Tomás, *Diário de Notícias*, 18 de Novembro de 2011; “Dos EUA ao Brasil: a ameaça do tribalismo identitário à democracia”, José Pedro Teixeira Fernandes, *Público*, 14 de Outubro de 2018.

⁵⁵ Por exemplo, “Um tipo branco, normal.”, Manuel Loff, *Público*, 21 de Março de 2019

⁵⁶ Por exemplo, “O Islão é o que os muçulmanos fazem dele”, José Pedro Teixeira Fernandes, *Público*, 11 de Setembro de 2018.

⁵⁷ Alguns exemplos são “O caso do aeroporto”, Carlos Anjos, *Correio da Manhã*, 08 de Agosto de 2016; “A Jihad, uma ameaça para a Europa”, P. Gonçalo Portocarrero de Almada, *Observador*, 30 de Julho de 2016.

defende ou refere o argumento da segurança e/ou vigilância enquanto necessária, maioritariamente, em consequência de actos violentos e/ou actos terroristas, ou quando cria a ideia de medo, ou mesmo terror⁵⁸; **Islamofobia**⁵⁹, sempre que o tema é abordado ao longo do artigo, ou é tema central do mesmo; **História/passado islâmico português**⁶⁰, quando o artigo ilustra a História islâmica em Portugal, na sua maioria associada à “ocupação muçulmana” e à Reconquista cristã da Península Ibérica e às “heranças culturais” deixadas nesse tempo, sendo que nunca se referem a História contemporânea portuguesa; **Política/Estado**⁶¹, quando o artigo tem como tema principal um evento eleitoral ou a discussão/revisão/implementação de uma lei; **Islão “bem integrado” em Portugal**, sempre que o artigo o afirma; **crítica ao “multiculturalismo europeu”**⁶², sempre que se aborda este tema; e, por último, **crítica ao tratamento dos media sobre o tema do Islão**⁶³, tema este que surge apenas no jornal Correio da Manhã.

Destes, os temas abordados mais frequentemente nos artigos que tratam o Islão, por ordem decrescente e transversalmente a todos os jornais analisados, são: violência e/ou terrorismo; diferença de valores/choque de civilizações; e símbolos religiosos e/ou papel da mulher.

Violência/Terrorismo

Este é o tema mais frequentemente abordado, de forma transversal a todos os artigos dos jornais analisados, representando sempre mais de metade da sua produção e, em três dos casos, mais de 60% (*Público* 53.73%, *Observador* 75.76%, *Correio da Manhã* 60.56%, *Diário de Notícias + Jornal de Notícias* 62.5%), acontecendo 301 vezes na totalidade dos 494 artigos analisados. O jornal Público é, portanto, o que menos aborda

⁵⁸ Por exemplo, “O rosto do. Terror”, Ricardo Ramos, *Correio da Manhã*, 29 de Abril de 2019.

⁵⁹ Alguns exemplos são “Vamos falar sobre islamofobia?”, Marta Araújo, *Público*, 01 de Dezembro de 2017 e “Os apaziguadores”, José Diogo Quintela, *Correio da Manhã*, 21 de Novembro de 2015.

⁶⁰ Alguns exemplos são “Cristãos e muçulmanos, Cláudio Torres, *Diário de Notícias*, 29 de Dezembro de 2015; “As três religiões praticadas no tempo de D. Afonso Henriques”, Narciso Machado, *Público*, 20 de Fevereiro de 2020.

⁶¹ Por exemplo, “O Egito ‘halal’”, Maria João Tomás, *Diário de Notícias*, 01 de Junho de 2012.

⁶² Alguns exemplos são “Holanda, 15 de Março: o primeiro teste do ano à maré populista e ao eurocepticismo”, Jorge Almeida Fernandes, *Público*, 25 de Fevereiro de 2017 e “O multiculturalismo sem política”, Adriano Moreira, *Diário de Notícias*, 13 de Abril de 2016.

⁶³ Por exemplo, “O que muitos media nos ocultam”, Eduardo Cintra Torres, *Correio da Manhã*, 10 de Janeiro de 2016.

esta temática, ainda que o faça em mais de metade da totalidade dos seus artigos produzidos.

De um modo geral, no que respeita a estes temas, eles são abordados tendo como pano de fundo os ataques terroristas já referidos acima, principalmente nos picos de produção assinalados anteriormente, em que o tópico do terrorismo associado ao Islão acompanha a actualidade noticiosa, maioritariamente francesa, embora não só. São exemplos dos eventos mais debatidos o caso do ataque ao jornal Charlie Hebdo a 7 de Janeiro de 2015; a 13 de Novembro do mesmo ano, o ataque à sala de espectáculos do Bataclan, em Paris; em 22 de Março de 2016, um atentado numa estação de metro em Bruxelas; em Julho do mesmo ano, uma carrinha dirigiu-se a uma multidão numa das mais movimentadas avenidas de Nice, em França; e em 22 de Maio de 2017 um atentado suicida num concerto de uma cantora pop estadunidense que matou 22 pessoas, em Manchester, Inglaterra.

Desde logo não existe uma tendência geral de definição do que é “terrorismo”, sendo que nos deparamos com um “terrorismo” que é, por vezes, definido como “global”, sem qualquer outra explicação⁶⁴. Numa tentativa de delimitação abstrata, são usadas metáforas para definir este “terrorismo”, como por exemplo o artigo que, citando Theresa May, o refere como o **“monstro como Hércules acabou com Hidra, o que tinha corpo de dragão e três cabeças de serpente que renasciam a dobrar sempre que uma era cortada”**.⁶⁵ Assim, não só os autores/as induzem a noção de que o terrorismo não é algo material e tangível, como também inferem um sentido de alerta e receio (*moral panic*)⁶⁶ na sua escrita, sendo que um terrorismo que funcione como uma bolha ou teia conceptual, não pode ser materialmente travado. É, ainda, referido o papel das redes sociais na sua disseminação.⁶⁷ O “terrorismo” é, desta forma, perspectivado como um conceito abstracto, pouco palpável, contra o qual a Europa e/ou a “civilização Ocidental” estão a lutar, sendo a “Europa” utilizada não enquanto espaço geográfico, mas sim de valores democráticos, de igualdade e liberdade. Desta forma, induz-se a ideia de que o “terrorismo” é, acima de tudo, sinal de uma crise de valores, mais do que

⁶⁴ “Somos cristãos”, Rui Pereira, *Correio da Manhã*, 06 de Agosto de 2016.

⁶⁵ “Cortar a cabeça”, Fernanda Cachão, *Correio da Manhã*, 06 de Junho de 2017.

⁶⁶ “Os filhos de Bin Laden”, Francisco J. Gonçalves, *Correio da Manhã*, 07 de Maio de 2014.

⁶⁷ “O caso do aeroporto de Lisboa”, Carlos Anjos, *Correio da Manhã*, 03 de Agosto de 2016 e “Cortar a cabeça”, Fernanda Cachão, *Correio da Manhã*, 06 de Junho de 2017 (sendo que, neste último, esta relação é estabelecida pela ex-primeira-ministra inglesa Theresa May).

uma guerra armada, podendo inferir aqui uma relação clara de força entre o “Islão” associado e esta “Europa”.

A utilização de discurso bélico⁶⁸ – “barricada”, por exemplo - e a referência a outros ataques terroristas sempre que acontece um novo crime são muito frequentes, especialmente e acima de tudo⁶⁹, as referências aos ataques terroristas às Torres Gémeas e ao Pentágono, a 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América⁷⁰, e ao jornal Charlie Hebdo, a 7 de Janeiro de 2015, em Paris: "O 11 de Setembro vai longe e foi devorado pela amnésia das notícias. Mas o que lhe deu origem não se apagou com a morte de bin Laden. A 'jihad' irracional está aí, disseminada pelo mundo, à espera de dia e hora para novos massacres."⁷¹ Mesmo quando esta evocação não se prende com um novo acto violento, eventos anteriores são nomeados na tentativa de fundamentar um argumento de necessário reforço de segurança nacional/europeia, tratando-os como eventos essenciais a uma “aprendizagem” na defesa do “terrorismo” já enunciado.⁷²

Sendo que a semântica deste “terrorismo” denota uma associação a diferença de valores e a uma luta simbólica entre Islão e “Europa” que tem que ser travada, verificamos uma criação discursiva de violência simbólica, seja na perspectiva da vitimização desta “Europa”, seja na forma associada à violência com que se quer dissociar os valores do “monstro” deste “espaço de valores europeus”.

⁶⁸ Outro exemplo: “A Europa está em guerra” – “Terroristas como peixe na água”, Ferreira Fernandes, *Diário de Notícias*, 23 de Março de 2016.

⁶⁹ “Com os atentados, primeiro em Manchester e agora em Cabul, muitos se perguntam como são possíveis tamanhas monstruosidades. Mas não vale a pena chorar sobre o que já não tem remédio. Melhor será tentar perceber como se chegou a esta tragédia e evitar erros.” in “Terroros”, F.Falcão-Machado, *Correio da Manhã*, 02 de Junho de 2017. “Há 14 anos, a 11 de Setembro, fomos americanos e depois vimos o Iraque. Há 11 anos ainda estivemos na estação de Atocha, em Madrid” in “Andamos a dormir”, Fernanda Cachão, *Correio de Manhã*, 17 de Novembro de 2015.

⁷⁰ “Europa: o aquis da revolta ética”, Álvaro Vasconcelos, *Público*, 12 de Julho de 2017; “Os muçulmanos não têm de pedir desculpa”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 22 de Abril de 2017.

⁷¹ “Os filhos de Bin Laden”, Francisco J. Gonçalves, *Correio da Manhã*, 07 de Maio de 2014.

⁷² Outro exemplo “Começou contagem decrescente para um novo 11 de Setembro?” in “O muro das lamentações, João Pereira Coutinho, *Correio de Manhã*, 29 de Janeiro de 2017.

Diferença de Valores / Choque de Civilizações

Cria-se, a partir daquele “terrorismo”, uma dicotomia “entre Europa e Oriente, entre laicidade e a centralidade do Islão, entre a autocracia iluminada e a democracia”.⁷³ O “mundo muçulmano”⁷⁴ ou “mundo islâmico”⁷⁵, é vastamente referido enquanto comunidade imaginada hermeticamente fechada e isolada do “mundo ocidental”⁷⁶ ou do “mundo europeu”, sendo tratada como externo: “deveríamos esperar que o Mundo Islâmico resolvesse esses problemas, sem apelos ao exterior”.⁷⁷ Estas duas comunidades imaginadas (Anderson, 1983 [1991]) são tratadas num processo de **alteridade constante** de eu vs o outro, mundo islâmico vs mundo ocidental, Ocidente vs Oriente, Europa vs Islão, Mundo vs Islão, que está, quase sempre, presente: “Para **eles, lá longe**, mas também para **nós**”.⁷⁸

A título de exemplo da criação discursiva desta alteridade, Rui Moreira, actualmente presidente da Câmara Municipal do Porto, dizia, à data, haver duas narrativas sobre a ‘responsabilidade’ do terrorismo no espaço europeu, que ilustra explicitamente esta oposição:

“A opinião pública entrincheira-se, curiosamente, em dois **lados opostos da barricada**. De um lado, estão aqueles que acham que **nós, europeus e ocidentais**, temos culpa de tudo; entendem que são as políticas capitalistas, a guetização das minorias nas nossas cidades, os negócios das armas e do petróleo e as nossas intervenções no Médio Oriente que justificam o terror. Do outro lado, estão aqueles que acham que **a culpa é do Islão**, das mesquitas, das políticas de imigração, da insuficiência de meios para combater os terroristas, da nossa tolerância excessiva.”⁷⁹

No seguimento da ideia de alteridade entre “mundo islâmico” vs “mundo ocidental”, o igualmente apelidado de “Confronto de civilizações”⁸⁰ é o segundo tema mais abordado transversalmente, acontecendo 114 vezes na totalidade dos 494 artigos analisados. Apesar de, em número de ocorrências, não ser o mais elevado, é de destacar que no jornal *Observador* este tema ocupa quase metade da sua produção de opinião sobre o Islão (48.48%), enquanto nos restantes verificamos cerca de 20 a 30% da produção total de cada

⁷³ Sem título ou autor/a, *Correio de Manhã*, 12 de Junho de 2013.

⁷⁴ “Tirar partido da proximidade”, Pedro Santana Lopes, *Correio da Manhã*, 16 de Agosto de 2015.

⁷⁵ “Usar burca não significa terrorismo”, Randa Nabulsi, *Diário de Notícias*, 04 de Fevereiro de 2010.

⁷⁶ “Somos Charlie?”, Felisbela Lopes, *Jornal de Notícias*, 17 de Abril de 2015.

⁷⁷ Sem título e Sem autor/a, *Correio da Manhã*, 11 de Março de 2013.

⁷⁸ “O dilema egípcio”, Eduardo Dâmaso, *Correio da Manhã*, 19 de Agosto de 2013.

⁷⁹ “Amanhã como ontem”, Rui Moreira, *Correio da Manhã*, 27 Março de 2016.

⁸⁰ “Os islamófilos”, Alberto Gonçalves, *Diário de Notícias*, 19 de Junho de 2016.

jornal (28.36% no *Público*, 20.50% no *Correio da Manhã* e 18.06% no Diário de Notícias + Jornal de Notícias). Esta referência à teoria de Samuel Huntington (1997) pretende dar legitimidade ao discurso argumentativo dos *opinion makers* que a utilizam, numa tentativa de corroborar a relação de força entre “mundo islâmico” vs “mundo ocidental” como algo que é histórico e fundamentado academicamente.

Além dos artigos já referidos no que concerne ao tema do terrorismo, sobre esta oposição, é também de notar que existe, dentro do que é definido como *O outro/Islão*, dois “Islãos”. Muitas vezes são colocados em oposição termos como, por exemplo, “Islão esclarecido” vs “Islão ignorante”⁸¹ ou “Islão moderado”⁸² vs “Islão conservador”. Esta oposição quer aludir não só ao que se refere à violência levada a cabo por uns e não outros, mas no sentido, mais uma vez, de diferença de valores, sendo que os primeiros, em ambos os casos, se referem a quem mais se coaduna com o que é referido como “valores europeus”: “Temos de conhecer melhor o **mundo islâmico**, que está cheio de valores e civilizações que merecem todo o respeito”⁸³.

Há também, e no seguimento dessa conformização com os “valores europeus”, uma caracterização declaradamente condescendente do Islão, acima de tudo no *Correio da Manhã*, nomeadamente referindo que determinada pessoa é muçulmana “mas não é por isso que (...) não deixa de defender alguns valores louváveis”⁸⁴, ou que “os radicais do Islão também acham que os sismos se devem ao facto de as mulheres não se vestirem adequadamente.”⁸⁵; ou até mesmo no que respeita à cultura: “os partidários do ex-presidente Morsi, da Irmandade Muçulmana, atacaram a biblioteca de Alexandria para demonstrar a sua fé e, creio, para se defenderem do que vem nos livros. Em papel ou eletrónicos, continuam a ser um problema.”⁸⁶

Nesta temática, não só reconfirmamos a alteridade anterior, como também verificamos esta **relação de desigualdade**, em que o Islão só será igual se se conformar aos “valores

⁸¹ “O islão democrático de Sadiq Khan”, Bernard-Henri Lévy, *Diário de Notícias*, 14 de Maio de 2016.

⁸² “O novo islão da Primavera Árabe”, Maria João, Tomás, *Diário de Notícias*, 18 de Novembro de 2011.

⁸³ “Usar burca não significa terrorismo”, Randa Nabulsi, *Diário de Notícias*, 01 de Fevereiro de 2010.

⁸⁴ “Mundial para Salah pode já ser só sonho”, Luísa Jeremias, *Correio da Manhã*, 04 de Junho de 2018.

⁸⁵ “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 21 de Maio de 2015.

⁸⁶ “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 28 de Agosto de 2013.

européus”. Caso contrário, continuará a ser externo a este espaço simbólico. Verifica-se, mais uma vez, uma **violência discursiva simbólica, nesta relação de necessária dominação do “mundo ocidental” sobre o “mundo islâmico”**.

Papel da mulher/ Símbolos religiosos

O papel da mulher no Islão é o terceiro tema mais referido, em 113 casos da totalidade dos 494 artigos analisados, e em todos os jornais. Neste caso, este tema é abordado entre cerca de 20 a 30% do *corpus* de cada jornal (*Público* 26.87%, *Observador* 27.27%, *Correio da Manhã* 19.57% e *Diário de Notícias + Jornal de Notícias* 31.94%).

Tal como mencionado, muitos deles prendem-se com a actualidade noticiosa da questão do uso do véu, *hijab*, *niqab* ou *burqa* em França, ou usam o tema para extrapolar ou associar a outros eventos. Em qualquer dos casos, as vestimentas das mulheres e os símbolos religiosos do Islão são associados a uma **ideia de submissão e vergonha** para as mulheres “portuguesas” (o artigo omite se se refere a mulheres muçulmanas ou não). Num caso concreto, o artigo que fala da jornalista Márcia Rodrigues, que entrevistou o embaixador do Irão e o “ditador do país” vestida de **“muçulmana submissa, uma vergonha para as portuguesas e para o jornalismo”**.⁸⁷

No geral, os símbolos usados por mulheres estão associados a uma imagem negativa e são, por vezes, criadas analogias com tortura física. Por exemplo, sobre a proibição do uso da *burqa* ou *niqab* em França, é comparado o seu uso à excisão do clitóris:

“É provável que também sejam menos de duas mil as que praticam excisão – e isso não torna a sua prática mais aceitável. (...) Impedir a exibição pública de uma cultura de subalternização e humilhação da mulher é um dever democrático, mesmo que estejamos a falar de uma gota de água no oceano islâmico francês. (...) A burqa (...) é **um símbolo evidente da subjugação da mulher, que não tem de ser permitido num país que tem na liberdade e na igualdade dois dos seus valores fundadores**. (...) uma mulher escondida debaixo de um pano preto é muito mais impudico do que um homem em pêlo. Sarkozy, por uma vez, tem toda a razão.”⁸⁸

⁸⁷ Sem título, Eduardo Cintra Torres, *Correio da Manhã*, 17 de Junho de 2012.

⁸⁸ Sem título e sem autor/a, *Correio da Manhã*, 29 de Janeiro de 2010.

Outro exemplo de analogia do uso de indumentária à tortura física: “se o véu islâmico é apenas um costume, **pode ter-se ante o seu uso a mesma atitude de rejeição que se deve ter ante a excisão do clítoris**, por exemplo.” Tal comparação é justificada, de acordo com o autor, uma vez que “uma coisa e outra são idênticas no facto de poderem não ser mais do que indícios de discriminação e de violência sobre as mulheres”.⁸⁹

Mais uma vez, a narrativa aponta para a diferença de valores, no confronto já referido entre “Europa” e “Islão”: “Enquanto diligentemente não afirmarmos com contundência que os valores europeus são incompatíveis com o estatuto das mulheres no islão, estaremos a apimentar o caldo onde se desenvolve o terrorismo.”⁹⁰, misturando aqui as mesmas três temáticas mais referidas: o terrorismo, a diferença de valores e o papel da mulher. No entanto, além da diferença de valores, está presente nestas **analogias hiperbolizadas** um **discurso violento, não só simbólico como verbal**, relativamente à utilização de vestuário associado às mulheres muçulmanas.

O único jornal que refere a escolha individual de cada mulher é o jornal *Público*: “A única distinção é entre obrigar e não obrigar. Obrigar as mulheres a usar (ou proibi-las de usar) *niqab* ou mini-saia está mal. É igual. É este o **nosso** fundamentalismo liberal. A maneira como os outros se vestem - sobretudo no Verão - será sempre **ofensiva**, como a **nossa** maneira de vestir é **ofensiva** para **eles**.”⁹¹ No entanto, esta constatação parte, ela própria, da alteridade já referida. Além disso, a escolha do adjectivo “ofensiva” para definir as formas de vestir parte, ele mesmo, de uma presunção de que existe uma **relação de força** entre as diferentes formas de o fazer que pressupõem uma ofensa mútua.

Religião

Este não é um dos temas mais referidos. Porém, este é um assunto que se encontra marcadamente no discurso de todos os artigos e jornais, de forma mais ou menos notória, pelo que foi decidido colocá-lo em destaque dos restantes dez.

⁸⁹ “Em defesa do véu islâmico”, Francisco J. Gonçalves, *Correio da Manhã*, 22 de Março de 2017

⁹⁰ “Je suis já não sei o quê”, Maria João Marques, *Observador*, 23 de Março de 2016.

⁹¹ “O que se vê pelo véu”, Miguel Esteves Cardoso, *Público*, 30 de Agosto de 2010.

Esta temática enquanto foco principal dos artigos, representa nunca mais de 19% de cada jornal, e, em três dos casos, não mais de 15%, na totalidade de 65 vezes em todos os 494 artigos analisados (*Público* 7.46%, *Observador* 18.18%, *Correio da Manhã* 13.66%, *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias* 13.89%), sendo no *Observador* que a percentagem de número de artigos produzidos é mais elevada, com 18.8%. Os artigos que dizem respeito ao tema religião em concreto têm, na sua maioria, como referência alguma das viagens feitas pelo Papa Francisco ao já referido “mundo islâmico”, mas podem também dizer respeito a constatações de práticas religiosas do Islão – como sejam o Ramadão ou rezas diárias -, a enumeração de vários valores do Islão, ou colocar a religião como fundamento principal à retórica apresentada⁹².

Tal como nos temas tratados anteriormente, também neste tema a alteridade está vincadamente presente⁹³ e é um assunto que, de uma forma ou outra, prevalece discursivamente na grande maioria dos artigos, incluindo os que não o têm como temática principal. De um modo geral, é **notória a dicotomia criada entre cristãos e muçulmanos, ou entre católicos e muçulmanos**. Mais ainda, existem referências a um tratamento discriminatório e/ou violento para com os Cristãos de uma forma clara, por exemplo, logo no título “Cristianofobia: um novo holocausto?” do artigo do Pe Gonçalo Portocarrero de Almada para o jornal *Observador*⁹⁴; ou de forma subtil, ao longo do artigo de Francisco José Viegas para o jornal *Correio da Manhã*: “Há vítimas de segunda categoria, como os cristãos assassinados numa Universidade do Quênia, por uma milícia muçulmana.”⁹⁵. Aqui percebemos, através do uso da violência verbal com a referência ao Holocausto, em que muitos milhões de judeus foram assassinados, uma tentativa de vitimização exacerbada, neste caso, dos Cristãos. Em ambos os casos referidos estamos perante dois dos mais frequentes produtores de opinião de ambos os jornais, pelo que podemos inferir a relevância destes dois artigos em questão enquanto lógica retórica prevalecente da produção de opinião destes dois jornais.

⁹² “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 24 de Dezembro de 2014.

⁹³ Por exemplo, «“Nós” e “Eles”?», Victor Bandarra, *Correio da Manhã*, 22 de Novembro de 2015.

⁹⁴ “Cristianofobia: Um novo holocausto?”, P. Gonçalo Portocarrero de Almada, *Observador*, 27 de Abril de 2019.

⁹⁵ “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 06 de Abril de 2015.

Os cristãos são, ainda, colocados numa posição de resistência, e retratados como heróis quando em contexto de convivência com muçulmanos: “Quando os muçulmanos conquistaram o Egito, os cristãos já lá estavam há mais de seis séculos e têm resistido. (...) Uma comunidade heroica (igreja copta) como são todas as comunidades cristãs do Médio Oriente”⁹⁶. Novamente, a lógica discursiva de dominação no retratar dos **cristãos enquanto heróis**, dando-lhes poder, e dos **muçulmanos enquanto “vilões”** aos quais é preciso resistir, subjugando-os à ideia de inimigo.

Fica claro, em alguns dos casos, a identificação nacional/europeia à religião católica, por exemplo, com a identificação do próprio produtor do artigo enquanto católico. Isto acontece de forma directa, como no artigo de Miguel Alexandra Ganhão: “Sou católico. E o meu profeta diz: “A quem te ferir numa face, oferece a outra; a quem te arrebatar o manto, não recuses a túnica.” Confesso que está cada vez mais difícil dar a outra face.”⁹⁷. Acontece, também, de forma indirecta, por Francisco José Viegas, através da selecção de adjectivos diferentes para descrever os praticantes extremistas associados a cada religião: “Há uma longa lista de coisas que ofendem **os muçulmanos mais radicais, e os cristãos mais conservadores**”. Aqui, parecendo listar as mesmas posições relativas às duas religiões (islamismo e cristianismo), escolhe definir os cristãos como ‘conservadores’, por oposição aos muçulmanos ‘radicais’⁹⁸. Cria-se aqui a ideia de desigualdade na prática do extremismo, uma vez que o adjectivo “conservador” retrata alguém que é oposto a mudanças políticas⁹⁹, enquanto o adjectivo “radical” retrata alguém que quer reformas absolutas na política¹⁰⁰.

Mais ainda, quando o artigo se refere, por exemplo, à temática dos símbolos religiosos do Islão e/ou ao papel da mulher, prevalece a análise por comparação ao catolicismo/cristianismo: “Assim como não concordaria que um funcionário público não pudesse usar ao peito uma cruz, também não subscrevo um laicismo radical que impeça um muçulmano de usar os seus símbolos.”¹⁰¹. Cria-se, novamente, uma relação entre a **conduta correcta dos católicos/cristãos e a conduta incorrecta do Islão**, reafirmando esta ideia de

⁹⁶ “Ataque bárbaro”, Armando Esteves Pereira, *Correio da Manhã*, 10 de Abril de 2017.

⁹⁷ “Como dar a outra face?”, Miguel Alexandre Ganhão, *Correio da Manhã*, 10 de Janeiro de 2015.

⁹⁸ “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 16 de Janeiro de 2015.

⁹⁹ <https://dicionario.priberam.org/conservador> consultado a 24 de Setembro de 2021.

¹⁰⁰ <https://dicionario.priberam.org/radical> consultado a 24 de Setembro de 2021.

¹⁰¹ “Ódio religioso”, Fernanda Palma, *Correio da Manhã*, 14 de Novembro de 2010.

“identidade católica nacional/europeia”: “A maioria da população albanesa é muçulmana, mas os católicos, a segunda maior confissão do país, constituem uma minoria ativa, **não fosse a Albânia a terra de origem da madre Teresa de Calcutá. Percebe-se assim a diplomacia dos pequenos passos da pastoral papalina.**”¹⁰²

Está presente, então, de forma explícita, a noção de rivalidade entre as duas religiões em Portugal destacada, mais uma vez, por Francisco José Viegas: “um mundo conquistado para o catolicismo português, necessariamente, aponta os **muçulmanos como maiores rivais**”¹⁰³, nomeando várias situações em que católicos e cristãos são perseguidos pelo Islão noutros países¹⁰⁴. Esta noção de oposição do Islão ao cristianismo/catolicismo (e à Europa/Portugal/outros países europeus) é apontada, também, a propósito do longo processo de decisão de adesão da Turquia à União Europeia e do acordo de Refugiados tentado no início de 2016, e estagnado desde então, chegando a afirmar que a Turquia era um país “demasiado muçulmano para o clube cristão”¹⁰⁵, colocado em destaque por Fernanda Cachão.

O posicionamento da Igreja católica em relação a diversos assuntos sobre o Islão é vastamente referido, acima de tudo através da figura e do discurso do Papa Francisco: «O Papa Francisco condenou o atentado em Paris e classificou-o como “abominável, jamais justificável”. **Para um crente, e sobretudo para um cristão**, este atentado é ainda mais execrável porque é pretensamente cometido em nome de Deus e **de uma fé que condena à morte os que pensam e são diferentes de nós.**»¹⁰⁶, pondo também em evidência, através da figura do Papa, a rivalidade entre uns e outros: “Será (que) o beijo do Papa e do Imã reconcilia duas fés que, de tão próximas, tanto se odeiam?”¹⁰⁷. Há até casos em que o tema principal do artigo nomeia estatísticas sobre o número de cristãos vs muçulmanos: “no Reino Unido diminuíram 15% em dez anos os cidadãos identificados com as confissões cristãs. Ao mesmo tempo aumentaram 75% os que se afirmam islâmicos. Um em dez com

¹⁰² “Albânia”, F.Falcão-Machado, *Correio da Manhã*, 26 de Setembro de 2014.

¹⁰³ “Os grandes mitos”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 05 de Outubro de 2014.

¹⁰⁴ “situação dos cristãos perseguidos pelo fundamentalismo islâmico” in «O “Bom Pastor”», Fernando Calado Rodrigues, 01 de Maio de 2015 ou “A indignação do “Je Suis Charlie” não se verificou agora com a degolação de um padre” in «“Je suis prêtre”», Fernando Calado Rodrigues, *Correio da Manhã*, 29 de Junho de 2016.

¹⁰⁵ “Querida Turquia”, Fernanda Cachão, *Correio da Manhã*, 20 de Outubro de 2015.

¹⁰⁶ “O fundamentalismo”, Fernando Calado Rodrigues, *Correio da Manhã*, 09 de Janeiro de 2015.

¹⁰⁷ “Dois Homens Beijam-se”, Manuel S. Fonseca, *Correio da Manhã*, 07 de Fevereiro de 2019.

menos de 25 anos é islâmico e 25% dos cristãos têm mais de 65 anos.”¹⁰⁸ Constatamos, mais uma vez, o destaque da dominação sobre o Islão, também no que respeita ao tema da religião.

Por último, no que se refere a este assunto em específico, surge a associação nítida da religião à política, nomeadamente em relação à perseguição motivada por esta: “Na verdade, não há perseguições religiosas ‘quimicamente puras’. Envolvem sempre outros interesses. Até a morte de Jesus, para além das questões religiosas, teve razões políticas.”¹⁰⁹ Em conclusão, **mais do que a ameaça física, quando referidos os cristãos e os católicos, a ameaça parece ser aos valores de uma assumida identidade nacional e europeia que se quer definir como católica/cristã.**

Outros temas

Narrativa do medo e Securitismo

Na maioria dos artigos está presente, de alguma forma, alguma referência que incita ou refere o medo, ou a ameaça, como a de Francisco J. Gonçalves: “A ‘jihad’ irracional está aí, disseminada pelo mundo, à espera de dia e hora para novos massacres.”¹¹⁰. Ou a de José Rentes de Carvalho: “nenhum europeu se deve sentir salvo quando, na Europa ou fora dela, atravessa a rua”¹¹¹. Muitos são os artigos que referem, portanto, a necessidade de protecção e de vigilância contra a referida ameaça, usando-a para construir a ideia da importância de um ‘primado da segurança’: “Depois de Manchester, isto significa duas coisas: que muito já foi feito; e que ainda falta fazer quase tudo – da vigilância virtual à infiltração nas **comunidades muçulmanas**, a lista é longa”.¹¹²

Na senda da criação da ideia das tecnologias enquanto veículo de disseminação do “terrorismo”, um artigo do Correio da Manhã dá um exemplo claro da necessidade deste “primado de segurança”. O autor junta os ‘perigos da tecnologia’ ao perigo do terrorismo, a propósito de uma invasão à pista do aeroporto de Lisboa em 2016:

¹⁰⁸ “Islão”, João Vaz, *Correio da Manhã*, 23 de Maio de 2013.

¹⁰⁹ “Desvalorizar a perseguição aos cristãos”, Pe Fernando Calado Rodrigues, *Jornal de Notícias*, 29 de Abril de 2019.

¹¹⁰ “Os filhos de Bin Laden”, de Francisco J. Gonçalves, *Correio da Manhã*, 07 de Maio de 2014.

¹¹¹ “Dijsselbloem”, de J. Rentes de Carvalho, *Correio da Manhã*, 23 de Março de 2017. CM_265

¹¹² “Conversa de loucos”, João Pereira Coutinho, *Correio da Manhã*, 26 de Maio de 2017.

"O desenvolvimento das tecnologias da informação (...) tornaram-nos mais vulneráveis, a novas formas de intrusão na nossa vida(...) O risco da nossa vivência social, aumentou exponencialmente. **A tudo isto, veio juntar-se o terrorismo. (...) O medo e o pânico tomaram parte das nossas vidas. E caímos num paradoxo; não queremos perder a nossa liberdade e a nossa forma de vida, sendo que em paralelo, passamos a exigir segurança absoluta.**(...) não existe mais segurança com a mesma liberdade. Sempre que aumenta a segurança, isso significa que os direitos, liberdades e garantias de uma dada sociedade têm obrigatoriamente de ser comprimidos. Pagamos o preço de mais segurança, com a perda de alguns direitos. Quem disser o contrário, mente. (...) não existe segurança absoluta. O risco está sempre presente."¹¹³

Assim, de novo, recorrendo à violência simbólica, e por vezes verbal, cria-se uma argumentação, com apoio na retórica do medo e da ameaça, como forma de dominação sobre um Islão que não se coaduna com os “valores europeus” ou do “mundo ocidental”.

Refugiados e Imigração

No que toca a estes tópicos, a produção de artigos, na sua maioria, tende a tratá-los como um e o mesmo tema, chegando a utilizar os dois termos em conjunto com a conjunção copulativa ‘e’. Mesmo quando tal não acontece, os dois termos são tratados como sinónimos no assunto que tratam que é, maioritariamente, aquele associado à necessidade de criação de políticas. E, embora tratados como sinónimos, mesmo quando apenas surge um dos termos, estes dois temas estão acoplados a duas posições políticas diferentes. Existe, por um lado, o discurso que os encare enquanto fenómenos intrusos e destruidores de uma cultura “europeia/britânica/francesa”, evocando associações, por exemplo, de imigrantes a crimes violentos:

“É manifesto o abalo cultural a que o Reino Unido se encontra sujeito, tal como grande parte da Europa, nesta **invasão** (...). Mas o músculo cultural é tão forte nestas ilhas que a luta pela sobrevivência da identidade cultural britânica prenuncia-se épica e ilustrada, E essa luta será fora das ruas, onde o crime das naifadas já abunda, o tráfico de carne humana apavora, as **violações em massa de inglesas brancas por gangs paquistaneses** identificados pela justiça e nos *media* deixando governantes paralisados, a aplicação da justiça tornando-se cada dia mais difícil devido à atipicidade da criminalidade emergente, os efeitos devastadores das redes sociais a fazerem-se sentir.”¹¹⁴

¹¹³ “O caso do aeroporto de Lisboa”, Carlos Anjos, *Correio da Manhã*, 03 de Agosto de 2016.

¹¹⁴ “Londres em Agosto: culturas a jogo”, João van Zeller, *Observador*, 21 de Agosto de 2018.

Por outro lado encontra-se um discurso que refere a “hipocrisia” no tratamento do tema e a necessidade de criar melhores políticas de acolhimento, por exemplo, de refugiados, referindo, aqui, os “valores europeus” enquanto humanitários e solidários:

“Os dramas humanitários suscitam nos atores políticos doses substanciais de hipocrisia e de retórica humanitária – e, infelizmente, pouco mais! Apressam-se a falar de direitos humanos, “valores europeus”, solidariedade, ao mesmo tempo que veiculam uma leitura utilitária, indigna, dos migrantes. Entre nós, por exemplo, Paulo Portas fala dos imigrantes como jovens reprodutores numa sociedade com poucos filhos; e António Costa acha que eles bem nos poderiam ajudar a tomar conta da floresta que arde... Estes homens falam para setores da opinião com quem julgam partilhar a opinião de que os imigrantes (ainda que hoje falem só de refugiados) só deverão ser acolhidos se economicamente úteis a quem os acolhe. A “solidariedade” fica-se por aqui.”¹¹⁵

Esta ideia é contrariada por alguns dos autores do *Correio da Manhã*, que apresentam, mais uma vez, uma noção de superioridade e poder da “sociedade europeia” e de que os imigrantes são um intruso indesejado: “é preciso educar as segundas e terceiras gerações de imigrantes muçulmanos na Europa tem de prevalecer a compreensão de que a nossa sociedade é melhor mas é por ser melhor, que cria e alimenta quem não queremos entre nós”¹¹⁶. Outro caso, no mesmo jornal, é aquele em que se pressupõe que os muçulmanos “na Europa” deveriam ter uma “identidade europeia” que a “Europa política, quiçá por medo, nunca conseguiu criar” e “menos ainda o orgulho de serem cidadãos europeus”.¹¹⁷

Por último, o discurso que parte para a análise por comparação ao movimento de emigração de portugueses para França: “E o que se entenderá por ‘integração das comunidades árabes e islâmicas’? Aliás será que ser árabe ou islâmico faz de cada um automaticamente membro dessas ditas comunidades? Os portugueses que emigraram para França há tantos anos quanto os pais de muitos destes membros das actuais ‘comunidades árabes e islâmicas’ e que ao contrário de muitos deles nem sequer sabiam ler nem escrever e muito menos falar francês que medidas tiveram para promover a sua integração na sociedade francesa?”¹¹⁸. Esta ideia de que o Islão é maioritariamente árabe é irreal. Senão vejamos, sendo que o número de muçulmanos no mundo em 2020 era de 1,599,700,000, e a população árabe no mundo era

¹¹⁵ «Refugiados e “valores europeus”», Manuel Loff, *Público*, 05 de Setembro de 2015.

¹¹⁶ “Cortar a cabeça”, Fernanda Cachão, *Correio da Manhã*, 06 de Junho de 2017.

¹¹⁷ “Educação”, João Vaz, *Correio da Manhã*, 19 de Junho de 2014.

¹¹⁸ “O problema não são os outros. Somos nós”, Helena Matos, *Observador*, 11 de Janeiro de 2015.

de 444,817,789 pessoas, apenas 27.81% da população muçulmana mundial é, de facto, árabe¹¹⁹.

Nesta temática podemos constatar uma relação de dominação (Berger e Luckmann, 2004) e de poder (Fairclough, 2015) dos “valores europeus correctos”, que devem ser motivo de “orgulho”, sobre os “valores muçulmanos” que carecem de aprendizagem para que se assemelhem aos primeiros, logo numa posição de inferioridade, o que corrobora o verificado na análise anterior.

A “Primavera Árabe” ou “Primavera muçulmana”

Apesar de este ser um dos temas menos abordados pelos jornais analisados – no jornal *Observador* nem há qualquer ocorrência relativa a ele – há um artigo do Diário de Notícias que usa o termo “Primavera Muçulmana” como título¹²⁰. O conceito de “Primavera” utilizado pelos *media*, seja árabe ou muçulmana, quer criar a ligação à mesma expressão usada para “Primavera de Praga”, referente ao período de tentativa de libertação política da Checoslováquia aquando do seu domínio pela União Soviética, após a Segunda Guerra Mundial, em 1968. Tratando-se da tentativa de definição dos protestos, revoltas ou revoluções populares contra os governos de países como o Egipto, Tunísia, Líbia, Síria, Iémen e Bahrein, este termo pode dar, ele próprio, a ideia de que haveria um subdesenvolvimento desses países e a necessidade de “desabrochar” no sentido de “florescer” para os valores democráticos ou “europeus”, no caso da “Primavera árabe

De facto, o mesmo artigo referido acima define este termo como uma “convicção, ou esperança, de que a época da soberania dos povos tenha chegado ao Sul do Mediterrâneo” e como um “desejo de que os novos regimes que ali nasçam dos êxitos revolucionários se encaminhem para o **modelo democrático pluralista dos ocidentais, pelo menos europeus, que sejam laicos na medida desejável, e desejosos de se aproximarem da União**

¹¹⁹ População árabe no mundo - <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/arab-countries> (consultado em 2 de Setembro de 2021).

¹²⁰ “A Primavera Muçulmana”, Adriano Moreira, *Diário de Notícias*, 18 de Junho de 2013.

Europeia¹²¹, apelando assim à relação de poder em que existe superioridade dos valores da comunidade imaginada “ocidental” em desfavor dos da “muçulmana”.

Crítica ao tratamento dos *media* sobre o tema do Islão

Um tema particular ao *Correio da Manhã*, e que parece ser relevante ao campo da comunicação, ainda que pouco abordado, é o da crítica à forma como os *media* tratam o tema do Islão. Isto acontece partindo da ideia, primeiro, de que existe um pudor associado aos *media* no tratamento do que lhe seja relacionado. Por exemplo, José Diogo Quintela¹²² afirma que "de tanto esterilizar a linguagem quando o atacante é um jihadista, para não ofender muçulmanos, os jornalistas ganharam o vício de linguagem e já não conseguem reverter quando o assassino é um nazi, como em Charlottesville", querendo dar a entender que o discurso dos *media* se torna menos gravoso de cada vez que um crime é cometido por um “jihadista muçulmano”.

Por outro lado, existe uma crítica, por parte de Magalhães e Silva, à “pornografia do terror” oferecida pela televisão, que parece ser a culpada pela “xenofobia que infesta a Europa”¹²³: “Venho apenas protestar por esta pornografia do terror, com diretos, dia inteiro, as mesmas imagens transmitidas cem vezes, e toda a gente a dizer o óbvio. Não se preocupem os terroristas com o marketing da imagem; nós tratamos disso”. O autor refere “a única resposta eficaz ao terrorismo é cortá-lo na clandestinidade em que vivem os seus autores.”, perguntando retoricamente se “não bastaria dizer o que se passou – informar é libertar –, em notícia seca e breve, com pêsames às famílias, sem câmaras ao pé?”. Uma vez que o Islão está associado a este “terrorismo” que deve ser votado à “clandestinidade”, ainda que indirectamente, o autor vota à clandestinidade, ou à pouca visibilidade, o próprio Islão.

¹²¹ “A Primavera Muçulmana”, Adriano Moreira, *Diário de Notícias*, 18 de Junho de 2013.

¹²² “Faíscas McQueen”, José Diogo Quintela, *Correio da Manhã*, 17 de Agosto de 2017.

¹²³ “O novo hardcore”, Magalhães e Silva, *Correio da Manhã*, 24 de Julho de 2016.

Islamofobia

Relativamente ao tema Islamofobia, ele é referido em poucos artigos, mas em todos os jornais. É nos jornais *Público* e *Observador* que tem maior expressão, ocupando 20.90% e 15.15% da produção, respectivamente. Nos restantes, a produção sobre este assunto é residual, com 2.17% no jornal *Correio da Manhã* e 6.94% no *Diário de Notícias + Jornal de Notícias*. No entanto, apenas no jornal *Público* ele é referido como tema principal de três dos artigos. Ainda assim, alguns deles tratam a islamofobia enquanto algo pouco tangível e pouco “europeu”. Um destes exemplos é quando Paulo Mendes Pinto se refere “ataques/matanças” em Oslo, que despontaram em “discursos irracionais e perigosos, construindo narrativas assassinas, tornando, mais uma vez, presentes no nosso quotidiano aquilo a que desde há várias gerações não se assistia neste nosso "ocidente": a violência tendo como *leitmotiv* a religião”¹²⁴, mas sem nunca referir exactamente o que significa o conceito de islamofobia e as práticas associadas a ele, tornando-se este, a par com o de “terrorismo”, um conceito pouco tangível.

O único artigo a abordar a islamofobia especificamente em Portugal é também do *Público*¹²⁵. Refere que quando “se fala de islamofobia em Portugal – ‘islamo-quê?’ – parece que nos enganámos no lugar” e que “muitos correrão a dizer que (...) o pequeno tamanho da população muçulmana (...) 50 mil pessoas, explica a ausência de islamofobia”. No entanto, constata também que “são quase inexistentes os estudos empíricos sobre islamofobia em Portugal”, e recorrendo ao *Relatório Europeu de Islamofobia*, refere que “Em 2011, quase metade da população de Portugal considerou que a cultura muçulmana e a cultura europeia não eram compatíveis (49,95%), mais de 25% que havia demasiados muçulmanos em Portugal, e 34,4% que os muçulmanos exigiam demasiado”. Este é dos poucos artigos que, **não constatando que existe Islamofobia em Portugal, revela dados estatísticos relativamente à relação de oposição entre “portugueses” e “Islão” e à relação de dominação existente de “Portugal” sobre o “Islão”, ou seja, dos “valores portugueses” sobre os “valores do Islão”, à semelhança do constatado anteriormente em relação à “Europa”.**

¹²⁴ “As ferramentas da islamofobia”, Paulo Mendes Pinto, *Público*, 29 de Julho de 2011.

¹²⁵ “Vamos falar sobre islamofobia?”, Marta Araújo, *Público*, 1 de Dezembro de 2017.

No caso dos restantes jornais, **a reflexão sobre a islamofobia, em geral, é praticamente inexistente**, e não raras vezes o termo é enumerado **entre aspas**¹²⁶, persistindo a ideia de desvalorização do fenómeno verificada previamente: «Darren Osborne não possuía um corpo de ideias, apenas uma vontade indiscriminada de vingança. Isso não chega para fazer dele o sinal de uma “islamofobia” em tudo simétrica do terrorismo islâmico»¹²⁷. As palavras **“Islamofobia” e “muçulmanos”, são muitas vezes enumeradas a par com outras**. Por exemplo: “inimigo comum e incitam a população contra esse inimigo: o estrangeiro, o judeu, o muçulmano, o homossexual, ou outro que seja.”¹²⁸ Tornando todos os fenómenos uma e a mesma coisa, e não dando destaque a nenhum, cria-se, assim, uma diluição de cada um deles.

No jornal *Correio da Manhã*, um dos produtores de opinião, Francisco José Viegas, faz várias referências ao escritor francês Michel Houellebecq¹²⁹ - é referido por outros dentro do mesmo jornal, mas com menor frequência - acima de tudo no que concerne ao seu livro *Submissão*¹³⁰, aconselhando a sua leitura. A obra do autor em causa ficciona França governada por um líder muçulmano, num cenário distópico e de despotismo. O lançamento do referido livro foi feito no mesmo dia do ataque terrorista ao jornal *Charlie Hebdo* (7 de Janeiro de 2015), coincidência que lhe deu ainda mais destaque e trouxe ao discurso dos *media* franceses a discussão acesa sobre islamofobia¹³¹. Houellebecq é um autor polémico no país, uma vez que defende o direito de expressar as suas ideias islamofóbicas.¹³²

O mesmo escritor é referido, também, no jornal *Diário de Notícias*¹³³. Neste caso, o autor do artigo refere o mesmo romance para demonstrar que, em Londres, com a eleição de Sadiq Khan enquanto *mayor* da cidade, “o que estamos a testemunhar (...) é a submissão não da democracia ao islão, mas do islão à democracia”, reforçando que “a democracia britânica

¹²⁶ Por exemplo, “Jaulas para todos”, João Pereira Coutinho, *Correio da Manhã*, 02 de Abril de 2016 ou “O homem de Londres”, Paulo Tunhas, *Observador*, 22 de Junho de 2017.

¹²⁷ “O homem de Londres”, Paulo Tunhas, *Observador*, 22 de Junho de 2017.

¹²⁸ “A Política do Inimigo”, Carlos Moedas, *Correio da Manhã*, 02 de Novembro de 2018.

¹²⁹ Por exemplo, “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 17 de Dezembro de 2014.

¹³⁰ Traduzido em Portugal pela Companhia das Letras, chancela do grupo Penguin Random House: <https://www.penguinlivros.pt/literatura-contemporanea/98520-submissao>, consultado em 5 de Setembro de 2021.

¹³¹ <https://www.dw.com/pt-br/livro-de-houellebecq-inflama-debate-sobre-o-isl%C3%A3-na-fran%C3%A7a/a-18175390>, consultado em 5 de Setembro de 2021.

¹³² https://www.rtp.pt/noticias/cultura/islamofobia-e-delito-inventado-diz-houellebecq_n795337

¹³³ “O islão democrático de Sadiq Khan”, Bernard-Henri Lévy, *Diário de Notícias*, 14 de Maio de 2016.

deve estar orgulhosa, não só por ter acolhido o islão, mas também por o ter ajudado a reformar-se”. Uma vez mais verifica-se o **argumento de soberania e alteridade** destacada ao longo desta análise. A própria escolha deste escritor, que ficciona o Islão de um ponto de vista negativo, e não outro, que o faça de forma positiva, corrobora a evidente relação de poder e dominação sobre o “Islão” e os “seus valores”.

No jornal *Observador* é constatada a “sorte” que Portugal tem:

“de o nosso mais destacado líder religioso muçulmano, o xeique Munir da Mesquita de Lisboa, ser uma pessoa frontal e ter dito alto e bom som, aos terroristas, aquilo que **nenhum de nós poderia dizer sem ser imediatamente acusado de xenofobia ou de islamofobia**: ‘Se não estão satisfeitos em viver num país liberal, podem emigrar’”.¹³⁴

Também nesta frase de José Manuel Fernandes, **a alteridade** é nítida quando usa o pronome pessoal ‘nós’ para definir quem, por oposição ao líder religioso Xequé Munir, não poderia proferir a mesma frase, sob pena de ser acusado de islamofóbico/a.

Denota-se, ainda, em alguns casos, uma **falta de conhecimento do Islão** e, por vezes, a **necessidade de explicação de características da religião**, ou de termos usados pela mesma¹³⁵, por oposição aos do Cristianismo, que não carecem de explicação.

Crítica ao “multiculturalismo europeu”

O tema do multiculturalismo é abordado directamente em todos os jornais analisados, embora de forma residual quando comparado com os restantes temas, perfazendo um total de dez vezes em 494 do total dos artigos analisados (*Público* 2.99%, *Observador* 6.06% e *Correio da Manhã* 1.24% e *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias* 2.78% do total de artigos de cada jornal). Quando este assunto é tratado tal é feito, maioritariamente, do ponto de vista da crítica negativa: “Algumas almas multiculturais, alimentadas pela credice, balbuciam explicações para o ataque ao ‘Charlie Hebdo’ partindo do princípio de que, no fundo, aquele bando de libertinos ‘estava a pedi-las’”.¹³⁶ Esta crítica é feita com base no argumento de

¹³⁴ “Os dias difíceis do professor Boaventura”, José Manuel Fernandes, *Observador*, 16 de Janeiro de 2015.

¹³⁵ “Islamitas ou Islamistas?”, José Queirós, *Público*, 31 de Outubro de 2010.

¹³⁶ “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 12 de Janeiro de 2015.

“Choque de Civilizações”, dos diferentes “modos de vida” e valores alegadamente existentes entre “mundo europeu” e “mundo islâmico” no processo de alteridade já referido:

“Intoxicados com o disparate politicamente correcto da “Aliança de Civilizações”, não temos querido ver a evidência de que a tradição islâmica (não a religião islâmica) integra elementos que contrariam o nosso modo de vida, aquele modo de vida próspero que atrai tantos imigrantes e ao qual querem resistir os **doutrinários da sharia e os apóstolos da jihad, aliados aos pregadores do multiculturalismo. Infelizmente muitos dos nossos multiculturalistas, como aqueles que escrevem “valores ocidentais” entre aspas, parecem estar eles dispostos a emigrar para deixar o terreno aberto aos que, por exemplo, se podem sentir ofendidos com o laicismo – não só ofendidos como prontos a empunhar uma kalashnikov.**”¹³⁷

Há ainda quem trate o tema, não só de uma forma negativa, mas também de um ponto de vista de clara superioridade, quase de propriedade dos “europeus” sobre o território europeu. São vários os exemplos, como quando Francisco José Viegas, mais uma vez um dos maiores produtores, no jornal *Correio da Manhã* alega que há uma **“cedência multicultural europeia”**¹³⁸, ou quando refere que em Inglaterra, «o arcebispo de Cantuária **admitiu** que os muçulmanos britânicos aplicassem a ‘sharia’ entre eles. Esta pérola de ‘tolerância multicultural’» é depois criticada por ter havido um criminoso que “foi educado em escolas inglesas e sonhava ser o primeiro chefe de governo asiático do Reino Unido”, e que “em 2013 rejeitou um convite para estudar na Universidade de Medina, Arábia Saudita, e preferiu ir para a Síria, combater ao lado do EI e expulsar infiéis do território do califado.” Conclui que **“Respirava multiculturalismo europeu”**.¹³⁹ Nesta violência verbal contra o multiculturalismo europeu e quem o defende e pratica, Francisco José Viegas toma uma posição simbólica de repúdio não só pelos que o fazem, mas também pelos muçulmanos, neste caso ingleses e ,indirectamente, pelos muçulmanos em geral.

Os defensores do multiculturalismo são apelidados pelos produtores de opinião do mesmo jornal, por exemplo, por João Pereira Coutinho, de “alienados”¹⁴⁰, e encontramos uma crítica clara a um **“silêncio tático da esquerda universitária”** que **“foi cúmplice do extremismo que tem os muçulmanos reféns e não impediu que a extrema-direita”**, neste caso em **França, se “regalasse na sopa islâmica”**. Refere ainda que é necessário aprender a “lição:

¹³⁷ “Os dias difíceis do professor Boaventura”, José Manuel Fernandes, *Observador*, 16 de Janeiro de 2015.

¹³⁸ “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 27 de Janeiro de 2016.

¹³⁹ “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 24 de Setembro de 2015.

¹⁴⁰ “Jaulas para todos”, João Pereira Coutinho, *Correio da Manhã*, 02 de Abril de 2016.

evitar os guetos e rejeitar políticas de identidade agressivas que fazem das minorias reféns dos fascistas da identidade.”¹⁴¹ Aqui, há não só uma crítica a quem defende a identidade islâmica, mas também uma nítida referência e crítica à produção académica de “esquerda”, por defender o respeito pela identidade religiosa. Por consequência, à uma oposição clara a esses valores, logo reafirmando a relação de dominação sobre o “Islão”, neste caso identitária.

Islão Externo (não-português) e Islão Interno (português)

Por último, nesta primeira análise de conteúdo dos artigos de opinião dos jornais analisados, e para responder à questão de investigação “Existe representação de um Islão português nos artigos de opinião dos jornais online e electrónico analisados? E, se sim, difere daquela feita relativamente ao Islão não-português?”, foram analisados o número de artigos que abordam eventos referentes ao Islão português, sendo que, **em 494 artigos, apenas treze referem o Islão português**. No *Correio da Manhã* ocorre em seis artigos, embora apenas represente 1.86% dos analisados deste jornal; no *Diário de Notícias + Jornal de Notícias* tal acontece em quatro artigos, representando 5.56%. No *Público*, em 2.99% do total dos artigos do jornal, em dois artigos. No *Observador* em apenas um artigo, embora este represente 3.03% da totalidade dos analisados deste jornal.

Nestes onze artigos estão presentes, pelo menos, as três temáticas mais abordadas no total de artigos dos jornais analisados. Por exemplo, três dos quatro jornais abordam a temática dos Símbolos religiosos/ Papel da Mulher, referindo-se a uma mesma situação de discriminação (a única situação discriminatória abordada sobre Portugal nos artigos analisados) em que uma menina, à data com 13 anos, Fátima Habib, foi impedida de jogar basquetebol num torneio em Tavira, por estar vestida com collants e camisola de mangas compridas por baixo do equipamento e com véu, por motivações religiosas.

Este tema, no entanto, é abordado do ponto de vista de amenizar a ideia de discriminação ou exclusão religiosa neste caso em específico: “Os alarmes da intolerância religiosa, bastante sensíveis, soaram de imediato, indiferentes ao facto de a **proibição decorrer dos**

¹⁴¹ “A lição francesa”, Manuel S. Fonseca, *Correio da Manhã*, 07 de Janeiro de 2020.

regulamentos oficiais da Federação de Basquetebol e nada ter a ver com questões religiosas”¹⁴². No entanto, os artigos de diferentes jornais contradizem-se, uma vez que, ao contrário do artigo do jornal *Público*, o artigo do Jornal de Notícias diz que “É aqui que se pega nas pedras da falta de bom senso e da intolerância, não da legalidade (**a Federação permite** o uso desses acessórios), mas da cabeça dos homens”¹⁴³, ainda que, depois de referir a situação como de “intolerância”, argumente que “a comunidade muçulmana, particularmente numerosa em Lisboa, está bem integrada e os seus líderes, como é o caso do xeque David Munir, são ouvidos e respeitados publicamente”.

Ora, esta preconização de um “Islão bem integrado em Portugal” está presente em seis dos treze artigos que referem o mesmo¹⁴⁴, embora em apenas três dos jornais, o *Correio da Manhã*, com um artigo; o *Público*, também com um artigo; e o *Diário de Notícias + Jornal de Notícias*, que é o que mais produziu com esta argumentação, com quatro artigos. Além dos exemplos vistos acima, do *Diário de Notícias + Jornal de Notícias* e do *Público*, podemos verificar o discurso em conformidade do ex-líder da comunidade islâmica em Lisboa, Abdool Vakil, quando diz “Vivo em Portugal há mais de 50 anos e ali tratam-me como amigo. Não sou o outro, sou o deles, embora saibam que tenho uma religião diferente. Nunca senti isso a que chamam islamofobia”.¹⁴⁵ Outro dos cinco artigos que nomeiam esta ideia é o do *Diário de Notícias* que diz que é “evidente que os islamitas portugueses estão devidamente integrados, não vivem em guetos e, sobretudo, dispõem de um líder religioso responsável e atento a toda e qualquer deriva radical, que não hesita em condenar os crimes cometidos em nome do profeta Maomé.”¹⁴⁶

Ainda assim, este “líder religioso responsável”, David Munir, é elogiado quando o seu discurso vai ao encontro da narrativa presente nos restantes artigos mencionados, nomeadamente relacionada com o terrorismo e a rejeição de pessoas que sejam muçulmanas que nela se enquadrem, mas é, simultaneamente, criticado, tanto ao nível discursivo, quanto de práticas. Por exemplo, no *Diário de Notícias*, João Pedro Marques diz:

¹⁴² “Onde está a discriminação?”, Manuel Soares, *Público*, 20 de Novembro de 2019.

¹⁴³ “Menina com véu”, Domingos de Andrade, *Jornal de Notícias*, 17 de Novembro de 2019.

¹⁴⁴ Por exemplo, “E depois do terror”, Editorial, *Diário de Notícias*, 10 de Janeiro de 2015.

¹⁴⁵ “Desafio à segurança e á convivência”, Fernando Reinares, *Diário de Notícias*, 23 de Março de 2016.

¹⁴⁶ “E depois do terror”, Editorial, *Diário de Notícias*, 10 de Janeiro de 2015.

“o xeque Munir - que também é dos que afirmam que o Estado Islâmico não é "islâmico" - mostrou-se céptico e pouco entusiasta: "Reformas de quê? Mais importante é educar os muçulmanos." **A recusa em ver o que temos perante os olhos é um problema sério.** As sociedades islâmicas são, como quaisquer outras, maioritariamente formadas por pessoas pacíficas, caridosas, honradas, razoáveis. Mas é necessário que essas pessoas deixem de confundir alhos com bugalhos (não, xeque Munir, o acto de se fazer explodir num parque de Laore, em prol da causa política e religiosa dos Taliban, não é equivalente ao acto de atirar com um avião contra uma montanha, como fez um piloto da Germanwings), e **é preciso que reconheçam que há um enorme potencial agressivo em algumas ideologias religiosas que têm acolhimento nas suas comunidades.** Enquanto o **mundo islâmico** não o assumir, (...) não iremos longe. Os mais poderosos adversários potenciais do terrorismo islâmico serão os próprios muçulmanos se estiverem dispostos a isolar, denunciar e atacar, no plano da fé e das ideias, a gente que mata em nome do Deus em que acreditam. **Este é um combate que só pode vencer-se a partir de dentro.**”

Neste caso, o autor repete o que já vem sendo referido, num discurso de alteridade – com a referência ao “mundo islâmico”, colocando assim o cheque Munir e as pessoas que são muçulmanas que residem em Portugal, e/ou são portuguesas, nessa mesma comunidade imaginada externa, neste caso ao país, principalmente no que respeita aos valores.

Outra crítica que contém o tema do Símbolos religiosos/ Papel da Mulher é a presente no Correio da Manhã, em que Francisco J. Gonçalves relata o discurso de Munir quando diz ser “absurdo e ignorância” falar do véu islâmico como símbolo religioso, em relação à “decisão da justiça europeia que permite às empresas proibirem o uso do véu nos locais de trabalho”. Diz o autor do artigo que não sabe se o Xeque “percebeu que (...) está a admitir que o véu pode ser apenas símbolo da submissão da mulher em sociedades machistas. E (...) que, se o véu islâmico deixa de ser reivindicado como símbolo religioso, perde, por aí, bons argumentos para se impor no Ocidente.”¹⁴⁷

No que respeita à crítica ao comportamento de Munir, também por parte de um produtor de opinião do jornal *Correio da Manhã*, João Botelho, esta é feita por motivos de violência doméstica, perpetrada, segundo o artigo, pelo cheque para com a sua companheira, Nazira Barakzay: “Ver o rosto ensanguentado (...), o nariz desfeito à cotovelada pelo grande líder islamista David Munir, e aceitar a explicação de Moisés Espírito Santo (com um nome destes não havia ele de ser especialista em religiões!) que no Islão **o marido tem o "direito de bater e castigar a mulher"?**”¹⁴⁸

¹⁴⁷ “Em defesa do véu islâmico”, Francisco J. Gonçalves, *Correio da Manhã*, 22 de Março de 2017.

¹⁴⁸ “Imagens flutuantes”, João Botelho, *Correio da Manhã*, 13 de Agosto de 2015.

Neste retrato encontramos, não apenas a crítica ao Xeque pelo crime cometido, mas também o tom trocista para com Moisés Espírito Santo¹⁴⁹, professor catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa, sociólogo, etnógrafo, e etnólogo, especialista em sociologia das religiões, por este ter um nome próprio alusivo a figuras retratadas em textos religiosos – Moisés, e Espírito Santo. Diz ainda o autor que “Em Lisboa, nem Deus nem Allah podem ser invocados para justificar a selvajaria dos homens sexualmente frustrados”, ou seja, que nem a religião católica – “Deus” – nem a religião do Islão – “Allah” - poderão servir de justificação para a violência doméstica, mais uma vez evocando a religião Cristã como barómetro de comparação quando o tema é o Islão.

Respeitante ao tema do Terrorismo/Violência, aquele mais abordado pela maioria da produção de opinião analisada, muito poucos artigos são os que referem pessoas portuguesas em específico. Quando acontece alguma referência, ela é feita, por exemplo, num artigo com o título “A obsessão jihadista pelo Al-Andalus”, e através de expressões como “jihadistas portugueses”, embora acompanhadas de “filho de imigrantes guineenses”, aludindo e associando estes à comunidade de imigrantes em Portugal, neste caso, oriundos da Guiné¹⁵⁰, ou seja, mais uma vez, externalizando esta comunidade imaginada numa lógica de alteridade.

Há, assim, também, uma **tentativa de amenização, uma contextualização, chegando a recorrer-se ao sentido de humor, quando os actos de terrorismo/violência são cometidos por portugueses:**

“Neste momento é prisioneiro das forças democráticas sírias e diz-se arrependido de se ter juntado ao Daesh em 2014. Pudera.(...) Steve conta que foi para a Síria para estudar ciências religiosas e para aprender árabe. Uma espécie de Erasmus hardcore, portanto. Conta que se converteu ao Islão, mas que quando chegou ao Daesh não viu "bons comportamentos nem bons valores morais", e revela que alertou os colegas de imediato de que o que eles faziam não era bom.”¹⁵¹

¹⁴⁹ <http://cesnova.fcsh.unl.pt/?area=000&mid=003&id=INV4c4867177d466> consultado em 10 de Setembro de 2021.

¹⁵⁰ “A obsessão jihadista pelo Al-Andalus”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 21 de Novembro de 2015.

¹⁵¹ “Jihadista arrependido”, Joana Marques, *Jornal de Notícias*, 30 de Junho de 2019.

Existem, ainda, vários artigos que fazem alusão ao “passado islâmico em Portugal”, conforme referido anteriormente, em que está criada, maioritariamente, a oposição entre cristãos/católicos e muçulmanos.¹⁵²

Após esta análise temática, e respondendo às questões de investigação referidas no início da mesma, podemos verificar que as temáticas principais são semelhantes e transversais a todos os jornais analisados. Estas prendem-se, maioritariamente, com violência/terrorismo, diferenças de valores, e o papel da mulher no Islão, sendo que é transversal também, de forma mais notória ou subtil, a presença de uma identidade cristã/católica colocada sempre em oposição ou como barómetro à identidade do Islão na construção dos artigos analisados.

Em resposta à questão sobre se “Existe representação de um Islão português nos artigos de opinião dos jornais online e electrónico analisados?” confirmamos que ela existe, mas em número muito reduzido, e é muito pouco representativa do total de artigos de opinião aqui analisados, produzidos em dez anos, sobre o tema do Islão – **apenas 2.6%**. Na sua maioria, **quem está representado**, seja através do seu discurso e/ou de referências às suas atitudes e práticas, **é quem lidera** ou liderou a “comunidade islâmica em Lisboa”, o Xequé David Munir e/ou Abdool Vakil.

Os temas que imperam nos artigos sobre “Islão português” são os mesmos que no restante *corpus*. Em resposta à segunda parte da questão de investigação “E, se sim, difere daquela feita relativamente ao Islão não-português?” chegamos à conclusão, embora os artigos não sejam representativos da totalidade da produção analisada, que **existe diferença quando se retratam portugueses envolvidos, por exemplo, em actos terroristas/violentos**, tentando amenizar e reflectir as circunstâncias e/ou o arrependimento pelos actos cometidos, sendo que **o mesmo não acontece relativamente aos artigos que tratam o Islão externo**. Além dessa diferença, constatamos que **há uma tentativa de distanciar estas pessoas, associando-as a uma comunidade imaginada diferente da “portuguesa” - “filho de imigrantes guineenses”**.

¹⁵² Por exemplo, “Cristãos e Muçulmanos”, Cláudio Torres, *Diário de Notícias*, 29 de Dezembro de 2015.

De um modo geral, percebe-se que as temáticas que se destacam desta cobertura são transversais a todos os jornais estudados, não havendo nenhuma temática específica ou particular a apenas um ou alguns jornais. A diferença não está, tanto, nos temas, mas na forma de abordá-los e argumentar sobre eles, sendo que em alguns casos existem diferentes perspectivas. É exemplo disso o assunto do multiculturalismo europeu e das políticas de integração de refugiados/imigrantes, em que o jornal *Público* tem, geralmente, uma posição mais neutra ou uma visão mais positiva imbuída em argumentos mais estruturados, embora partindo sempre da mesma alteridade; ou a do *Correio da Manhã*, que apresenta, de um modo geral, perspectivas dicotómicas e tratadas com mais sensacionalismo. Uma pequena nota de destaque vai, também, para o facto de este último jornal ser o único a tecer críticas à forma como os *media* tratam o tema do terrorismo associado ao Islão, embora não pelo facto de serem associados os dois, mas pela visibilidade do terrorismo em si.

4.2.2 Análise de Conteúdo partindo do *Wordsketch*

Nesta segunda parte da análise qualitativa verificar-se-ão, com o auxílio da ferramenta do *Wordsketch*, do *software Sketch Engine*, os cinco termos mais significativos – com maior *logdice* - associadas às duas palavras-chave, “Islão” e “Muçulmano/a/os/as”, e colocar-se-á em contexto o termo mais significativamente associado a cada uma delas.

Os 5 termos com *logdice*¹⁵³ mais significativo por jornal

Público

Palavra-chave “Islão” ¹⁵⁴		Palavra-chave “Muçulmano/a/os/as”	
Palavra Associada	Logdice	Palavra Associada	Logdice
Discriminar ¹⁵⁵	10.6	Sarah ¹⁵⁶	13.4
Indica ¹⁵⁷	10.5	Khan ¹⁵⁸	13.4
Aproxima ¹⁵⁹	10.4	Mortífero ¹⁶⁰	12.4
Ouve ¹⁶¹	10.4	Sunitas ¹⁶²	12.3
Renunciar ¹⁶³	10.2	Moderados ¹⁶⁴	12.3
Destriçar ¹⁶⁵	10.2	-	-

No caso do jornal *Público* a palavra mais significativa associada a cada uma das palavras-chave diz respeito, em ambos os casos, a questões discriminatórias. No primeiro caso, “discriminar”, inserida na frase “discrimina a mulher, persegue os homossexuais, não reconhece a separação entre religião e Estado e é incompatível com a modernidade”, está incluída num artigo que reflecte sobre o multiculturalismo na Holanda através da análise de um ensaio de Paul Scheffer – de onde é citada a frase referida - filósofo e columnista do mesmo país. No caso da palavra-chave “muçulmano/a/os/as”, a palavra “Sarah”, que lhe está

¹⁵³ *Logdice* - Nível de significância (superior a 10.00).

¹⁵⁴ Neste caso em específico tiveram que ser enumeradas seis palavras, uma vez que existiam três com o quinto valor de significância mais elevado idêntico.

¹⁵⁵ “Holanda, 15 de Março: o primeiro teste do ano à maré populista e ao eurocepticismo”, Jorge Almeida Fernandes, *Público*, 25 de Fevereiro de 2017.

¹⁵⁶ “França, um estranho conceito de liberdade”, Direcção Editorial, *Público*, 30 de Abril de 2015.

¹⁵⁷ “A vontade de poder no islão”, José Pedro Teixeira Fernandes, *Público*, 3 de Agosto de 2016.

¹⁵⁸ “Islamofobia”, Miguel Esteves Cardoso, *Público*, 8 de Junho de 2017.

¹⁵⁹ “Trump no reino das decapitações”, Domingos Lopes, *Público*, 20 de Maio de 2017.

¹⁶⁰ “Evitar a Argélia no Egipto”, Álvaro de Vasconcelos, *Público*, 10 de Julho de 2013.

¹⁶¹ “Da burka ao colete de explosivos”, José Pacheco Pereira, *Público*, 26 de Março de 2016.

¹⁶² “Dos EUA ao Brasil: a ameaça do tribalismo identitário à democracia”, *Público*, 14 de Outubro de 2018; “Crise dos Refugiados: a hipocrisia dos países árabes-islâmicos ricos”, *Público*, 6 de Setembro de 2015, ambos de José Pedro Teixeira Fernandes.

¹⁶³ “Guerra ao ISIS? Talvez começar pelo namoro com a Arábia Saudita”, Alexandra Lucas Coelho, *Público*, 29 de Novembro de 2015.

¹⁶⁴ “Dizer que estes fanáticos nada têm a ver com o Islão é o cúmulo do politicamente correcto e é contraproducente”, *Público*, 27 de Janeiro de 2015.

¹⁶⁵ “O Islamismo-jihadista como ideologia política totalitária”, José Pedro Teixeira Fernandes, *Público*, 27 de Setembro de 2014.

associada de forma mais significativa, faz referência a um evento em que uma aluna muçulmana com este nome, em França, foi impedida de entrar na escola por trazer vestida uma saia preta demasiado comprida. Em ambos os casos percebemos que esta análise reforça a anterior, seja nas temáticas abordada do papel da mulher no Islão, como na questão da incompatibilidade entre valores, da alteridade, denotando-se de novo a relação de poder que pressupõe que os valores do Islão são inferiores e obsoletos, por oposição aos valores modernos da “Europa”, neste caso em particular holandeses e franceses.

Observador

Palavra-chave “Islão”		Palavra-chave “Muçulmano/a/os/as” ¹⁶⁶	
Palavra Associada	Logdice	Palavra Associada	Logdice
Retirasse ¹⁶⁷	14.0	Residentes ¹⁶⁸	13.4
Religião ¹⁶⁹	13.6	Cientes ¹⁷⁰	13.0
Fomentada ¹⁷¹	12.4	Setembro ¹⁷²	13.0
Perseguido ¹⁷³	12.4	Mata ¹⁷⁴	12.7
Conservador ¹⁷⁵	12.0	Shelina ¹⁷⁶	12.7
-	-	Terroristas ¹⁷⁷	12.7

No que concerne ao jornal *Observador*, a palavra “retirasse” está inserida na frase “A única maneira de acabar com ataques terroristas ao Ocidente **seria que o Ocidente se retirasse**”

¹⁶⁶ Neste caso em específico tiveram que ser enumeradas seis palavras, uma vez que existiam três com o quinto valor de significância mais elevado idêntico.

¹⁶⁷ “O Ocidente e o Islão”, Vasco Pulido Valente, *Observador*, 10 de Junho de 2017.

¹⁶⁸ “Je suis já nem sei o quê”, Maria João Marques, *Observador*, 23 de Março de 2016.

¹⁶⁹ “Je suis já nem sei o quê”, Maria João Marques, *Observador*, 23 de Março de 2016; “Mas queremos mesmo isto na Europa?”, Maria João Marques, *Observador*, 20 de Julho de 2016; “Mas já não sobra nada entre o politicamente correto histórico e a boçalidade?”, Maria João Marques, *Observador*, 22 de Fevereiro de 2017.

¹⁷⁰ “Almas gémeas: extremistas de direita e radicais islâmicos”, Maria João Marques, *Observador*, 20 de Março de 2019.

¹⁷¹ “Morrer de pé em Paris”, Rui Ramos, *Observador*, 9 de Janeiro de 2015.

¹⁷² “Senhor jihadista, posso ter a Grã-Bretanha de volta? Obrigada”, Maria João Marques, *Observador*, 27 de Agosto de 2014.

¹⁷³ “Que fazer com o Islão?”, Guilherme Valente, *Observador*, 12 de Agosto de 2015.

¹⁷⁴ “Mais cinco dia inúteis”, Alberto Gonçalves, *Observador*, 23 de Março de 2019.

¹⁷⁵ “Almas gémeas: extremistas de direita e radicais islâmicos”, Maria João Marques, *Observador*, 20 de Março de 2019; “Senhor jihadista, posso ter a Grã-Bretanha de volta? Obrigada”, Maria João Marques, *Observador*, 27 de Agosto de 2014.

¹⁷⁶ “Niqab de alta costura”, Maria João Marques, *Observador*, 6 de Abril de 2016.

¹⁷⁷ “A emoção dos números e o sucesso dos terroristas”, João Pires da Cruz, *Observador*, 25 de Agosto de 2017.

por completo do islão, o que implicaria o fim da mais leve presença militar, económica ou política e mesmo de alianças formais com qualquer Estado muçulmano”, com associação directa do Islão ao “terrorismo” enquanto tema do artigo. Já a palavra associada, neste caso, à palavra “muçulmanas” insere-se na frase “que respostas, se algumas, tinha a Comissão Europeia para os abusos dos direitos humanos que as **mulheres muçulmanas residentes** na União Europeia sofriam nas suas comunidades”. Neste artigo, a palavra “residentes” volta a repetir-se mais adiante, na expressão “comunidades islâmicas cá residentes”, criando em ambos os casos a ideia de que, tanto as “comunidades islâmicas”, como as “mulheres muçulmanas” são apenas residentes, moradoras do contexto em que vivem, e não pertencentes. Mais uma vez, na lógica da externalidade do Islão, mais cultural que física, aos países da União Europeia, e de alteridade. Também no que respeita às temáticas e à forma de as abordar percebemos que esta análise semântica corrobora as anteriores realizadas.

Correio da Manhã

Palavra-chave “Islão”		Palavra-chave “Muçulmano/a/os/as”	
Palavra Associada	Logdice	Palavra Associada	Logdice
Ocidente ¹⁷⁸	14.0	Cristãos ¹⁷⁹	13.8
Perfilhada ¹⁸⁰	13.7	Bane ¹⁸¹	13.0
Errado ¹⁸²	13.4	Vítimas ¹⁸³	12.7
Religião ¹⁸⁴	13.0	Árabe ¹⁸⁵	12.4
Ofendido ¹⁸⁶	12.7	Sunitas ¹⁸⁷	12.3

¹⁷⁸ “Liberté, Égalité, Despe-té”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 27 de Agosto de 2016.

¹⁷⁹ “As religiões e a paz”, Fernando Calado Rodrigues, *Correio da Manhã*, 23 de Setembro de 2016; “O Daesh que nos mói”, Manuel S. Fonseca, *Correio da Manhã*, 23 de Janeiro de 2019; “Jerusalém esmagada pelo passado”, Eduardo Cintra Torres, *Correio da Manhã*, 27 de Março de 2016; “O crente não odeia”, Fernando Calado Rodrigues, *Correio da Manhã*, 16 de Janeiro de 2015.

¹⁸⁰ “Um Quixote em Israel”, Francisco J. Gonçalves, *Correio da Manhã*, 25 de Março de 2015; “Última lição em Paris”, Rui Hortelão, *Correio da Manhã*, 16 de Novembro de 2015.

¹⁸¹ “Não há petróleo? Usem eólica!”, José Diogo Quintela, *Correio da Manhã*, 4 de Fevereiro de 2017.

¹⁸² “O terrorismo e o Islão”, Francisco J. Gonçalves, *Correio da Manhã*, 3 de Agosto de 2016.

¹⁸³ “Abdu de Algueirão”, Francisco Moita Flores, *Correio da Manhã*, 21 de Setembro de 2014; “Europa terrorista”, Francisco Moita Flores, *Correio da Manhã*, 11 de Janeiro de 2015.

¹⁸⁴ “Os apaziguadores”, José Diogo Quintela, *Correio da Manhã*, 21 de Novembro de 2015; “Cheira mal, cheira a turista”, José Diogo Quintela, *Correio da Manhã*, 18 de Junho de 2016.

¹⁸⁵ “Apanhados”, Victor Bandarra, *Correio da Manhã*, 3 de Abril de 2016.

¹⁸⁶ “Dar Excel-garb vs Dar Excel-islam”, José Diogo Quintela, *Correio da Manhã*, 12 de Março de 2016.

¹⁸⁷ “Abusos”, João Vaz, *Correio da Manhã*, 2 de Julho de 2012; “Blog”, Francisco José Viegas, *Correio da Manhã*, 20 de Novembro de 2015; “América”, João Vaz, *Correio da Manhã*, 17 de Junho de 2013.

Em relação ao jornal *Correio da Manhã*, a associação mais forte a ambas as palavras-chave constata o analisado previamente. Neste caso em específico, a alteridade presente nas associações é muito clara, tanto entre “Islão” e “Ocidente”, como entre “muçulmano/a/os/as” e “cristãos”. No caso da primeira associação, trata-se de uma referência a um livro de Jaime Nogueira Pinto, onde a alteridade é clara logo no título ‘O Islão e o Ocidente’, e que o autor do artigo descreve como uma tentativa de “mostrar como o Islão se tornou violento, e como o seu poder religioso e militar desperta o medo em nós, gentios”, recorrendo, mesmo que nesta pequena nota, também, à narrativa do medo.

Já na associação entre “Cristão” e “muçulmano/a/os/as”, além de ser a mais significativa, é referida pelo SE em quatro artigos diferentes com o mesmo *logdice*. No caso do primeiro¹⁸⁸, a frase onde aparece esta associação é: “O projecto de Broza e deste documentário aconteceu nove anos depois, nove anos depois!, do difícil concerto, também documentado em filme, da West-Eastern Divan Orchestra, com músicos judeus, **muçulmanos** e **cristãos**, em Rammalah, Palestina”. Neste caso, trata-se apenas de uma enunciação associada à história de Jerusalém, tema do artigo cujo título e lead são “Jerusalém esmagada pelo passado” e “Lutar pela paz é combater o passado”, evocando as lutas religiosas e políticas antes e aquando da criação do Estado de Israel.

No segundo artigo¹⁸⁹, de seu título “O crente não odeia”, a frase onde verificamos a associação é “O papa Francisco disse, durante a visita ao Sri Lanka, que ‘não se deve permitir que as crenças religiosas sejam utilizadas para justificar a violência e a guerra’. Falava num encontro que reuniu budistas, hinduístas, **muçulmanos** e **cristãos**”. Aqui, apesar da enumeração, tal como acontece no primeiro caso, encontramos novamente a evocação do discurso do Papa Francisco enquanto referência, portanto, da Igreja católica.

No terceiro artigo¹⁹⁰, este convoca o encontro de mais de 400 líderes religiosos e, depois de citar o Papa Francisco no apelo do fim daquilo que denomina de “Terceira Guerra Mundial em pedaços”, enumera alguns testemunhos dos presentes, de entre os quais o de Tamar

¹⁸⁸ “Jerusalém esmagada pelo passado”, Eduardo Cintra Torres, *Correio da Manhã*, 27 de Março de 2016.

¹⁸⁹ “O crente não odeia”, Fernando Calado Rodrigues, *Correio da Manhã*, 16 de Janeiro de 2015.

¹⁹⁰ “As religiões e a paz”, Fernando Calado Rodrigues, *Correio da Manhã*, 23 de Setembro de 2016.

Mikalli, de Alepo, na Síria: “Vêm-me à mente tantos amigos **muçulmanos e cristãos**. Agora há divisões entre **cristãos e muçulmanos**, mas antes da guerra não existiam...”. De acordo com o autor do artigo, apoiado mais uma vez no discurso do Papa Francisco, este testemunho deverá servir para desafiar a abandonar o “‘paganismo da indiferença’, que o Papa denunciou em Assis”.

Já no quarto e último artigo com esta associação de palavras no Correio da Manhã, intitulado “O Daesh que nos mói”, é indicada a abertura de uma livraria em Mossoul, “cidade mártir do Iraque”, depois de “vencido o Daesh”. A frase em que a associação é feita é “À meia-noite, ainda aqui se lê, recita, toca, há chá e café. Sentam-se **muçulmanos e cristãos**, homens e mulheres”, existindo separação clara entre “muçulmanos e cristãos” e “homens e mulheres”. Aqui encontramos o tema do terrorismo/violência, do Papel da Mulher e da alteridade já mencionada, quando no lugar de dizer ‘toda a gente se senta’ ou ‘todas as pessoas se sentam’, o autor sente necessidade de enumerar credos e sexos.

Dário de Notícias + Jornal de Notícias

Palavra-chave “Islão”		Palavra-chave “Muçulmano/a/os/as”	
Palavra Associada	Logdice	Palavra Associada	Logdice
Incompatível ¹⁹¹	13.4	Católicos ¹⁹²	14.0
Nacionalismo ¹⁹³	13.0	Atentado ¹⁹⁴	13.0
Compatível ¹⁹⁵	12.4	Sunitas ¹⁹⁶	13.0
Terrorismo ¹⁹⁷	12.4	Terrorista ¹⁹⁸	12.7
Islâmico ¹⁹⁹	12.2	Sociedade ²⁰⁰	12.7

¹⁹¹ “Somos Charlie?”, Felisbela Lopes, *Jornal de Notícias*, 17 de Março de 2016.

¹⁹² “Aceitar as diferenças”, Joana Petiz, *Diário de Notícias*, 16 de Março de 2018.

¹⁹³ “A guerra das túlipas”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 14 de Março de 2017.

¹⁹⁴ “Os muçulmanos pacíficos e o seu terrorismo”, João Pero Marques, *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 2016.

¹⁹⁵ “O Islão democrático de Sadiq Khan”, Bernard-Henri Lévy, *Diário de Notícias*, 14 de Maio de 2016.

¹⁹⁶ “Aprenda uma lição de vida com uma rapariga afegã”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 06 de Agosto de 2012; “O crescimento da intolerância religiosa”, Maria João Tomás, *Diário de Notícias*, 20 de Agosto de 2014; “Os muçulmanos pacíficos e o seu terrorismo”, João Pedro Marques, *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 2016.

¹⁹⁷ “Quem está realmente a ameaçar a Europa?”, Simplicio A. Asongu, *Diário de Notícias*, 23 de Março de 2017.

¹⁹⁸ *Idem*.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ “Islão e democracia são compatíveis”, Leonídio Paulo Ferreira, *Diário de Notícias*, 21 de Março de 2015.

A análise de associação significativa, no caso do *Diário de Notícias + Jornal de Notícias*, reporta como as mais importantes, as feitas entre “Islão” e “incompatível”, e entre “muçulmano/a/os/as” e “católicos”, em apenas um artigo em cada um dos casos. A primeira associação está presente num artigo do *Jornal de Notícias*, intitulado “Somos Charlie?”, e aparece numa frase que pretende parafrasear Stéphane Charbonnier, jornalista, director e cartoonista do jornal *Charlie Hebdo*, a quem a autora do artigo, Felisbela Lopes, chama, durante o artigo, de Charb – possivelmente numa tentativa de revelar proximidade de campo, uma vez que a autora é docente e investigadora na área da comunicação e, além de colunista, é comentadora de televisão. A frase em questão é “Charb diz acreditar que o povo muçulmano não é intolerante, nem o **islão será incompatível** com o humor. Mas o jornalista também sabia que muitos seguem os livros sagrados à letra, daí resultando inevitáveis “banhos de sangue””. Mais uma vez, o tema da diferença de valores e do terrorismo/violência, presentes nesta associação.

Já a associação feita entre “muçulmano/a/os/as” e “católicos” acontece num artigo do jornal *Diário de Notícias*, por Joana Petiz, com o título “Aceitar as Diferenças”, que refere um encontro do European Muslim Network, em Bruxelas, onde se discutia a islamofobia, e a uma reportagem “que marca os 50 anos de presença deste grupo aqui” – ‘presença’ e não ‘pertença’ - e onde, novamente, é referido o dito pelo ex-líder Abdool Vakil²⁰¹, seguindo o argumento do Islão português “bem integrado”. A frase em que a associação aparece é “**Muçulmanos e católicos** e judeus e até ateus convivem aqui [Portugal] pacificamente porque todos têm espaço para pensar e cumprir a sua fé - ou falta dela - da forma que entenderem. Porque reconhecem mas respeitam a diferença. Porque a maioria de nós não tenta impor a sua visão do outro”.

Podemos, assim, verificar que esta análise semântica e contextual da estrutura discursiva dos termos associados de forma mais significativa às palavras-chave desta investigação, corrobora a análise de conteúdo elaborada previamente no que respeita às temáticas abordadas. O mesmo acontece com a alteridade presente e a construção de uma ideia de superioridade dos “valores europeus” aos “valores do Islão”, na forma como os temas são

²⁰¹ "Vivo em Portugal há mais de 50 anos e ali tratam-me como amigo. Não sou o outro, sou o deles, embora saibam que tenho uma religião diferente. Nunca senti isso a que chamam islamofobia." in “Aceitar as diferenças”, Joana Petiz, *Diário de Notícias*, 16 de Março de 2018.

tratados em cada um dos casos e, transversalmente a todos os jornais analisados. Percebe-se, ainda, nomeadamente no que respeita aos jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias*, o reforço da identidade católica/cristã verificada na análise anterior.

4.2.4 Análise crítica do discurso

Nesta terceira e última parte da investigação, e interpretação qualitativa dos dados, são analisados quatro artigos (um de cada jornal), de forma mais fina e através de uma abordagem crítica do discurso neles contido. Colocam-se, assim, em mais clara evidência as possíveis relações de força, poder e dominação presentes, averiguando o campo semântico em que são enquadradas as palavras-chave desta investigação, “Islão” e “muçulmano/a/os/as”, e o argumento presente no discurso de cada um dos artigos.

Esta análise servirá para compreender se estes artigos escolhidos pelo *Sketch Engine* são emblemáticos e representativos do jornal que representam, tendo em conta a análise feita de cada temática, de cada um dos jornais, até aqui. Ajudará a compreender, também, se quando analisados mais finamente, o tema do Islão continua a ser tratado da perspectiva verificada até aqui, de alteridade, ou se, por outro lado, se notam diferenças. Assim, como critério de escolha dos artigos mais emblemáticos foram tidos em conta, primeiro, aqueles com maior número de coocorrências significativas, de cada palavra-chave, de cada jornal, num total de oito artigos. **Desses oito, foi escolhido aquele mais significativo de cada jornal, garantindo que em todos os quatro estavam presentes ambas as palavras-chave, o que se confirmou em todos os mais significativos dos quatro corpora.**

Jornal Público

No caso do jornal *Público*, o artigo com maior número de coocorrências significativas foi o intitulado “**O Islão é o que os muçulmanos fazem dele**”, de José Pedro Teixeira Fernandes, a 11 de Setembro de 2018. A data de publicação parece ser, também ela, relevante, uma vez que se evocam os ataques terroristas da mesma data no ano de 2001, nos Estados Unidos da América. Conforme verificado anteriormente, José Fernandes é o maior produtor de opinião sobre o tema do Islão neste jornal. Podemos constatar que ambas as palavras-chave se encontram presentes, desde logo, no título dado ao artigo, que parafraseia uma frase

semelhante à de Alexander Wendt²⁰², indicando, *a priori*, uma dependência da religião do “Islão” da prática – pelos “muçulmanos”.

De um modo geral, o artigo refere uma exegese de Malek Chebel²⁰³ do Alcorão “para o adaptar às condições da modernidade”, e uma analogia ao trabalho sobre anarquia enquanto construção social realizado Wendt, acadêmico construtivista na área das Relações Internacionais. No *lead* encontramos, também, uma referência à “história do Cristianismo” como “exemplo” de uma religião que passou por uma evolução na interpretação, também, dos seus textos, tendo sido esse um “longo e tumultuoso caminho”, embora o autor nunca explique o que tal significa, o que cria a ideia de não haver necessidade de explicação relativamente a questões que sejam cristãs. Parece, assim, reforçar a ideia, já antes verificada, de que a identidade nacional é cristã, pelo que dispensa explicações, ao contrário do Islão.

O artigo está dividido em cinco pontos em que se tenta criar o argumento de que o “Islão” é uma “construção social” e depende, de forma variável, da “consciência intersubjectiva” a ele associada pelos “muçulmanos”. No primeiro ponto vemos a evocação sobre “os atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001”, que terá levado “muitos ocidentais” a interrogarem-se sobre “quais os preceitos e crenças do Islão”. Refere ainda “uma profusão de livros, artigos, entrevistas e debates” que emergiram “no espaço público ocidental, da autoria de muçulmanos e não muçulmanos”, ficando omissos quem são. Diz José Fernandes que os ditos autores assumem a “missão grandiosa” de “explicar o que é o Islão, o que o Alcorão diz, o que um muçulmano é ou não é”, pressupondo uma necessidade de definição estanque sobre o que um muçulmano é. Tal não se encontra no artigo relativamente a nenhuma outra religião, embora seja citado, além do cristianismo, o judaísmo.

²⁰² Alexander Wendt é um dos principais académicos a abordar o construtivismo na área de Relações Internacionais, sendo um dos seus mais importantes trabalhos “Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics”: <https://www.britannica.com/biography/Alexander-Wendt> consultado em 17 de Setembro de 2021.

²⁰³ Malek Chebel foi um filósofo e antropólogo, especializado em religião, formado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris, da Universidade Paris VII. Escreveu livros como *Symbols of Islam*; *L’Islam*; *Le Coran*; *Islam Fur Anfanger*, entre outros.

Depois lista três “definições do Islão” contraditórias dadas pelos autores que refere anteriormente, que o leitor nunca chega a saber quem são, uma vez que não são identificados: “**O Islão é paz / o Islão é submissão** à vontade de Alá; a **jihad é uma luta espiritual** contra o mal interior / a **jihad é guerra** contra os infiéis e os apóstatas; **o Islão é tolerante e protege os cristãos e os judeus / o Islão oprime os cristãos e judeus sujeitando-os a uma discriminação permanente**”. Termina este primeiro ponto com duas perguntas: “Em que ficamos? [nós] Quais destas imagens representam o “verdadeiro” Islão [pressupõe a ideia de criação imagética/representação pelo leitor]?” O uso da palavra *verdadeiro* entre aspas pode fazer pressupor, ele mesmo, uma outra pergunta: Existe um Islão verdadeiro? Que leva ainda a outra: Existe um Islão falso?.

No ponto dois deste artigo, o autor argumenta que, apesar do que está “vertido” – sinónimo de derramar, entornar, como se de algo líquido se tratasse, possível de ser absorvido - nos textos religiosos ser “importante”, é “gerador de equívocos”. Não referindo quais os textos religiosos abre espaço a que o leitor interprete que se trata de quaisquer textos religiosos, quando o artigo alega pretender versar directamente, e apenas, sobre o Alcorão. O autor indica que, para além do que os textos dizem ‘objectivamente’ – as aspas dando a entender que não existe objectividade no que os textos dizem - são as “práticas sociais dos muçulmanos num dado momento histórico a chave para a compreensão do que este é”, acrescentando o factor histórico à definição de “Islão”.

O autor apoia-se, então, no trabalho de Wendt sobre o conceito de anarquia, para criar a analogia directa com a definição de Islão, julgando a mesma como “útil” – “uma analogia com uma discussão teórica existente nas relações internacionais/ política internacional pode ser útil” – trazendo, além do factor histórico, o político para definir o “Islão” e nunca materializando objectivamente qual a utilidade desta analogia.

Nesta analogia entre anarquia e Islão, o autor diz que, na perspectiva construtivista de Wendt, a primeira é uma “construção social” e não uma realidade “objectiva” – mais uma vez, a evocação da objectividade – como seria encarada pelo realismo-positivismo. Conclui, neste ponto, que, por analogia, o “Islão” está dependente das “percepções compartilhadas dos actores (...), ou seja, de uma “consciência intersubjectiva” e, como tal, o “Islão pode ser visto

como um conjunto de ideias e crenças, um sistema de normas organizado num determinado momento e lugar”. É, assim, mais uma vez, notória a tentativa de definição do Islão do prisma geo-político e de ideologia política.

Reforça, de seguida, a **familiaridade com a História do Cristianismo**, evocando, paralelamente, um entendimento do Islão feito “de várias maneiras, por diferentes pessoas, em diferentes contextos culturais e épocas históricas” – sem explicar mais nada no que se refere a esta religião – para logo a seguir “identificar” as formas de entendimento do Islão como “mais tolerantes ou menos tolerantes, mais espirituais (como sufismo), ou mais políticas (como islamismo radical), ou abertamente violentas (como o *jihadismo*)”, sendo que esta última, ao contrário do que acontecia no primeiro ponto elencado, já só passa a ter um significado violento, perdendo a definição positiva de “luta espiritual contra o mal interior”.

No terceiro dos cinco pontos do artigo, José Teixeira Fernandes já olha apenas a definição de “Islão” enquanto “construção social”, retirando aqui da definição as perguntas feitas anteriormente sobre o “Islão verdadeiro”. Assim, reforça o argumento análogo ao de Wendt e repete, ali, as “imagens contraditórias” associadas ao Islão, não sem antes referir que “Naturalmente que o mesmo se pode aplicar ao Cristianismo e a outras religiões”, aqui numa comparação directa entre Cristianismo e Islão, mas continuando sem elencar “imagens contraditórias” no que ao primeiro diz respeito. Acresce ainda os *ahadith*²⁰⁴, para reforçar o entendimento contraditório dos textos associados ao Islão.

No quarto e penúltimo ponto, compara os textos religiosos à constituição estadunidense, evocando o discurso de Charles Evans Hughes²⁰⁵, em 1907, que diz “nós estamos sob uma Constituição, mas a Constituição é o que os juízes dizem que é”, criando novo paralelismo político com o Islão, e afirmando que, tal como no título do artigo, o “Islão” depende da

²⁰⁴ Em português, habitualmente designados de Hádice ou Hadiz. Tratam-se de um conjunto de lendas e histórias sobre a vida de Maomé e os seus ditos, nos quais ele explanou justificadamente as suas escolhas e conselhos. Estes textos servem, em grande parte, como uma forma de interpretação de significados do Alcorão: <https://ahadith.co.uk/whatishadith.php> consultado em 17 de Setembro de 2021.

²⁰⁵ Charles Evans Hughes (1862-1948) foi político e jurista, membro do partido republicano nos Estados Unidos da América: <https://www.britannica.com/biography/Charles-Evans-Hughes> consultado em 17 de Setembro de 2021.

acção dos “muçulmanos”. No entanto, neste ponto, o autor explica que os “muçulmanos” não são todos os muçulmanos, mas antes os “ulemas”²⁰⁶, dizendo que a “construção social” está, assim, dependente da “mediação humana (e poder)” destas figuras. Elenca depois uma lista de escolas ortodoxas no Magrebe e África ocidental, na Turquia e no “subcontinente indiano”, na Árabia Saudita e no Qatar, e no Egipto e no Cáucaso.

No quinto e último ponto deste artigo, à responsabilidade da (má) interpretação dos textos sagrados do Islão, acresce a responsabilidade da “globalização e da sociedade em rede”, que ajudaram os ulemás a encontrar “novas formas de expandir a sua influência e poder através de fatwas”, que define como “interpretações da lei islâmica”. Faz, ainda, a ponte, novamente, com Osama bin Laden e os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, que diz que “apesar de não ter a autoridade dos ulema, emitiu fatwas, citando trechos do Alcorão e dos *ahadith*”, comparando aqui a influência de Osama bin Laden à dos ulemás.

Por fim, o autor aponta algo “pela positiva”, referindo-se ao início do artigo, quando cita o trabalho de Malek Chebel a propósito da visão “reformista do Islão” do autor, baseada na exegese do Alcorão “para o adaptar às condições da modernidade”, constatando, por omissão, as condições ‘obsoletas’ que, actualmente, se associam ao “Islão” que parece, ali, ser um conceito, mais uma vez, mais político que religioso. A última frase é a mesma presente no *lead*, “se a história do Cristianismo serve de exemplo será um longo e tumultuoso caminho”, ficando, mais uma vez, entendida a adaptação do Cristianismo, seja dos textos, seja de quem os representa e interpreta, às “condições da modernidade”. Neste ponto, o artigo parece servir para **contrapor a religião cristã ‘moderna’ à religião do Islão**, que estará ‘por modernizar’, na mesma lógica de superioridade da primeira, e por conseguinte no reforço da identidade cristã nacional, já referida.

²⁰⁶ Ulemá (que pode significar literalmente erudito, conhecedor ou sábio) é a palavra usada para definir um teólogo especializado em lei islâmica e religião. São assim, clérigos muçulmanos formados em ciências islâmicas e detêm muito poder e influência, nomeadamente na tradição xiita do Islão, ainda que, na segunda metade do século XX tenham perdido influência e autoridade, excepto na Arábia Saudita e no Irão. Fonte: <https://www.britannica.com/topic/ulama>; consultado em 17 de Setembro de 2021. <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803110529564> consultado em 17 de Setembro de 2021. <https://www.shabdkosh.com/dictionary/hindi-english/ulema/ulema-meaning-in-english> consultado em 17 de Setembro de 2021.

Jornal *Observador*

No que respeita ao artigo do jornal *Observador* com maior número de coocorrências significativas, este é um artigo produzido por Guilherme Valente, a 12 de Agosto de 2016, e intitula-se “**Que fazer com o Islão?**”. Neste caso específico, este não é um autor que frequentemente trate o tema do Islão neste jornal, tendo ao longo destes dez anos em estudo produzido apenas este artigo. No entanto, e sendo que o *Observador* apresenta o *corpus* mais reduzido, escrever um artigo deste jornal representa 3.03% da produção total. O artigo está dividido em pontos, tal como o do *Público*, sendo que, neste caso são sete. O próprio título, embora parta de uma citação de Kamel Daoud, através do verbo *fazer*, quer demonstrar que é necessária uma acção para com o “Islão”. Aqui podemos ver que o autor cria uma relação de poder desigual, na medida em que, quem terá que levar a cabo esta acção fala sobre o Islão, logo apresenta-se superior a ele. Resta saber o que será este “Islão”.

O autor começa por argumentar que o “factor religião é autónomo e determinante”, acrescentando que “só ele pode explicar o fanatismo”. Além desta constatação, o artigo trata a **alteridade de forma assumida**: [Islão] “que os muçulmanos – e só eles, não “nós”, não o “outro” – têm de libertar do que contém de obscurantismo, obsoleto e intolerável”, o que é algo de diferente, na sua assunção, dos restantes jornais. Aqui **podemos reconfirmar o constatado na primeira análise de conteúdo realizada**. Outro exemplo, dois parágrafos adiante, é quando constata que “se o Islão não contivesse [ele, externo] essa dimensão de intolerância, violência e guerra santa, não era possível a fanatização em massa a que se assiste”. Outro exemplo desta externalidade do Islão no discurso do autor é a “tragédia do Islão, que alastra ao Ocidente e ao Mundo”, como se o Islão não pertencesse aos dois.

Logo no primeiro parágrafo, Guilherme Vicente argumenta que “não há dois Islãos. Está tudo no mesmo, a face tolerante e a intolerante, guerreira e sanguinária. Há um só Islão”. Afirma, ainda, que “ignorar e fingir” que a “tragédia do Islão e dos muçulmanos não é marcada por essa dimensão religiosa” é “adiar a consciência” relativamente a uma “realidade que os muçulmanos têm que enfrentar”. No entanto, a partir do terceiro parágrafo, ainda no primeiro ponto do artigo, o autor começa a fazer a transição, ou a criar a ideia de dependência entre religião e política: “É essa dimensão [a religiosa] desde sempre refém de poderes e

ambições políticas”. Aqui, elenca, por exemplo, “o sonho fantasmático do regresso ao califado”, como uma das ambições deste “Islão político”.

Assim, justifica, “não é por se sentirem humilhados e ofendidos [numa possível alusão ao romance de Fiódor Dostoievski homónimo em que, através da narração de um enredo amoroso, nos mostra personagens ofendidas nos seus direitos, humilhadas pelas circunstâncias da vida e excluídas pela sociedade] pelo Ocidente que se radicalizam e matam”, mas antes “pelo Islão”, alegando que a primeira é uma ideia “feita do politicamente correcto” que faz com que não se afirme o “evidente” e que os políticos não enfrentem “eficazmente o nazismo islamita”. Chega a citar Osama bin Laden no mesmo parágrafo para justificar o seu argumento, quando afirma que é “pelo Islão” que os crimes são cometidos.

Guilherme Vicente responsabiliza a noção da religião enquanto “epifenómeno, uma manifestação superestrutural não determinante”, alegando que esta é “induzida pelo marxismo”. Isto causa, na sua perspectiva, uma laicização da religião e uma teologização da política. Esta última é desdita logo no parágrafo seguinte quando o autor afirma que a religião é, a seu ver, “deliberadamente ignorada pelas elites académicas e **pelos políticos**”, colocando em causa a pressuposta teologização da política.

A violência “sanguinária” é, a par com a ideia de securitarismo, presença notória neste artigo, sendo que esta segunda está particularmente presente na ideia de que a “incompreensão” do factor religioso enquanto principal factor para explicar o “fanatismo” que o autor volta a alegar, “bloqueia nos vários países do Ocidente a contenção e intervenção eficazes no terreno e junto das comunidades emigrantes” – julga-se que o uso de “emigrantes” ao invés de imigrantes poderá ter sido um erro.

Há, a partir do ponto dois do artigo, uma separação clara de dois “Islãos”, ao contrário do apregoadado no início. Nomeadamente entre o que define como “Islão integrista”, e um “Islão pacífico e tolerante” ou “Islão iluminado” – também referido como “combatente”, sendo que é este último, a seu ver, que deve ser apoiado pelo “Ocidente” (por “nós”). Refere, assim, que os “assassinos, que pintam [os intelectuais] como vítimas do passado colonial ou das **nossas** sociedades desintegradoras” não devem ser tratados como tal, uma vez que “todos

os indicadores desmentem essa explicação sociológica”, embora não refira nenhuns deles. Neste caso, encontramos mais uma ponte entre esta análise mais fina e a primeira análise de conteúdo realizada anteriormente no que respeita à alteridade e à relação de dominação dos “valores ocidentais” sobre os “valores do Islão”.

No ponto três começa por dizer que o “Islão tem dois problemas a enfrentar”, sendo que um é, tal como defendia o autor do *Público*, a sua “reforma”, de forma a parar a “repulsa global, humanamente compreensível [dando a entender que o Islão é, por oposição, desumano], por esta religião”. E o segundo “problema”, a seu ver, é compatibilizar este “Islão reformado (...) com a modernização e o desenvolvimento”. Parte-se, mais uma vez, para a construção da ideia de que o Islão é, por oposição, obsoleto e subdesenvolvido, que “tarda em civilizar-se”, sendo que aqui o autor se contradiz quando refere a laicidade como sinónimo de progresso, quando anteriormente referiu a mesma como aspecto negativo das “nossas sociedades”. Podemos, novamente, perceber uma clara associação ao tema observado na primeira análise de conteúdo realizada, no que respeita às diferenças de valores/”Choque de Civilizações”.

Volta a referir uma pergunta semelhante à do título no ponto quatro, desta vez citando Nicolas Sarkozy²⁰⁷ quando perguntou “Que fazer com os muçulmanos?”, e repetindo as colocadas pelo “intelectual árabe”, Kamel Daoud, uma delas citada no título, retiradas da coluna que escreve para a revista *Le Point* “que fazer com o Islão, que fazer com os islâmicos, que fazer com o outro, que fazer...de mim e dos meus?”. Aqui reforça-se a ideia de alteridade e, diz o autor, que não se pode esquecer “que este Islão com que o mundo se confronta [externalidade ao “mundo”], sendo fé, é também identidade”, voltando a referir uma “animosidade crescente, justificadíssima [o uso do superlativo absoluto sintético a dar ênfase à ideia de animosidade para com a identidade do “Islão”] contra esta religião”.

Dá, no ponto cinco, o exemplo do Egipto para retratar os “clérigos conservadores e integristas que impedem a reforma do Islão”, apontando o círculo vicioso “social-político-religioso”, sendo que aqui a religião, primeiramente referida como factor principal, se

²⁰⁷ Ex-presidente francês, entre 2007 e 2012, recentemente condenado por corrupção. <https://observador.pt/2021/03/01/nicolas-sarkozy-condenado-a-tres-anos-de-prisao/> consultado em 18 de Setembro de 2021.

encontra no fim desta lista que o compõe. Esta constatação de “interesses económicos e estratégicos” associados à política mais do que à religião, é continuada no ponto seis, em que faz, também, uma crítica à “redundância dos textos da generalidade dos comentadores” mediáticos e à “irrelevância da generalidade das interpretações” dos mesmos devido à falta de “conhecimento e reflexão histórica laboriosos” ou de “conhecimento profundo da realidade religiosa, do seu cruzamento com a complexidade e a diversidade dos **cenários políticos**, (...) dos **desígnios de poder**, com a realidade social, a pobreza, o **atraso** educativo, o **subdesenvolvimento** endémico, aparentemente sem saída” do “Islão”.

Pelo que tem vindo a ser analisado, percebemos que os temas como os aqui retratados são, eles sim, redundantes, pelo que fica pouco claro a que se refere o autor. No entanto, percebemos nova contradição, sendo que os mesmos indicadores sociológicos - e não os religiosos - que foram anteriormente tidos como não explicando os “problemas do Islão”, são aqui apontados como sendo necessários aos comentadores sobre o tema, ou seja, como falha.

Apesar do primeiro argumento ser o da religião, que o autor dizia ser o único factor passível de explicar o “fanatismo do Islão”, vai ao longo do artigo, e termina, no sétimo e último ponto, constatando que o que redige é, afinal, sobre política. Parafraseia, ainda, Michel Rocard²⁰⁸: “ora os políticos são uma categoria da população que fustigadas pela falta de tempo e o fim da cultura na escola deixou de ler (...) A reflexão só lhes revelaria, aliás, serem eles e os seus actos, em grande medida, os responsáveis pelos desastres...” Terminando com: “as eleições sucedem-se, mas não há projectos políticos transformadores. Que fazer com as disfunções crescentes do nosso modelo político?”. Fica clara, neste artigo em particular, uma adopção da narrativa francesa sobre o tema do Islão, através da evocação dos discursos de figuras desse panorama.

²⁰⁸ Ex-primeiro ministro francês entre 1988 e 1991. Falecido cerca de um mês antes da redacção do artigo que aqui se analisa.

Jornal *Correio da Manhã*

No que respeita ao jornal *Correio da Manhã*, o artigo com maior número de coocorrências significativas é o intitulado “**O terrorismo e o Islão**”, produzido por Francisco J. Gonçalves, a 3 de Agosto de 2016. Embora não esteja entre os três maiores, o autor é o quarto a produzir opinião mais frequentemente sobre o tema, com um total de dezanove artigos produzidos no hiato de tempo analisado. É de notar que o artigo referido é o mais curto de todos, tendo cerca de um quinto de tamanho quando comparado com os restantes três como, aliás, acontece com a maioria dos artigos deste jornal. Assim, neste caso, a argumentação esperada quando na definição de jornalismo de opinião²⁰⁹ não se encontra neste artigo como acontece nos restantes, mas baseando-se antes em generalizações e declarações pouco ou nada fundamentadas.

A associação das palavras ‘Islão’ e ‘terrorismo’ sucede imediatamente no título. A utilização da conjunção coordenativa copulativa “e” funde, claramente os dois termos. Logo abaixo, no lead, o autor repete esta fusão na frase “fundir terrorismo com Islão é errado, mas é fácil”. Em dois dos três parágrafos do artigo encontram-se perguntas retóricas que o autor deixa sem resposta. No primeiro, a pergunta é “Devem os muçulmanos condenar o terrorismo islâmico?”. Não respondendo a esta pergunta, o autor refere-a como hipoteticamente feita em França “com mais insistência desde que foi degolado um padre católico numa igreja da Normandia”.

Esta enumeração mais imagética condiz com o teor mais sensacionalista do jornal em questão (Rebelo, 2020; Oliveira, 2013). No entanto, ela é feita relativamente a um acto violento cometido contra um “padre católico”, retratando este último enquanto vítima, embora não refira quem foi o agressor. Aqui, de algum modo, vemos repetidas as referências à Igreja católica/cristã nos artigos em que o tema é sobre o Islão. O leitor do artigo poderá presumir ainda que, tendo em conta o escrito anteriormente, se tratou de uma pessoa com fé muçulmana, mas não pode ter a certeza.

Escreve, logo a seguir, que “pouco importa que muitos muçulmanos condenem uma e outra vez o terrorismo. Pedimos sempre mais”. De novo um discurso vago onde não fica explícito

²⁰⁹ Ver *Capítulo 3. Metodologia*.

quem “condena”, a que “terrorismo” se refere, nem por quem foi cometido o crime mencionado. Diz “é que muitos [não se sabe quem] decidiram que um terrorismo [qual?] perpetrado em nome do Islão é terrorismo religioso. Sobretudo agora, que um padre foi morto numa igreja”. Mais uma vez uma alusão sensacionalista ao simbolismo de um padre ser morto numa igreja católica, mas sem apontar concretamente o seu argumento e/ou factos. Tudo é, assim, pouco tangível neste artigo.

Dá, ainda, voz a um discurso feito por “outro padre”, em Aubervilliers, subúrbio de Paris em que este, alegadamente diz que “os muçulmanos deviam abolir certos versículos violentos do Corão”, perguntando retoricamente em seguida “Como? Uma ‘purga’ do livro sagrado muçulmano? E porque não da Bíblia?”, mais uma vez na comparação católico/muçulmano. Não responde às perguntas que faz, diz ser “um erro” aquela afirmação, ainda que sem explicar porquê, e elenca outro erro: “pressupor que o terrorismo tem base no Corão e que ser islâmico é o primeiro passo para se tornar terrorista”, continuando sem aprofundar porquê, nem qual a forma ‘certa’ de pressupor nenhuma das questões.

No último parágrafo refere-se, também, ao 11 de Setembro e ao facto de os “suicidas” não serem “religiosos”. Repete, ainda a frase inicial, “Fundir Islão com terrorismo é errado, mas é fácil”, e acrescenta que “a facilidade atrai”, não explicando porquê. Usa ainda do imperativo “Mas cuidado!” para, contrariamente ao que tinha vagamente afirmado, dizer que “os que acreditam nisto têm razão para perder o sono. É que em França vivem quatro milhões de muçulmanos. O suficiente para iniciar uma guerra civil”. Nesta última frase cria a narrativa do medo que já foi verificada antes, na análise temática.

Francisco J. Gonçalves não constrói nem defende um argumento concreto ao longo do artigo de forma fundamentada. Portanto, embora este artigo pareça ter como propósito o de argumentar que o Islão condena o terrorismo, o que faz é elencar um crime violento contra um elemento da Igreja católica, sendo que não fica claro por quem foi cometido, embora dê a entender que foi por “muçulmanos” e dá voz a um discurso por parte de um outro membro da Igreja católica, terminando com a criação de narrativa do medo.

Jornal *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias*

No que concerne o *Diário de Notícias* + *Jornal de Notícias*, do total de artigos analisados, o que revela maior número de coocorrências significativas é um artigo, neste caso, do *Diário de Notícias*, produzido a 18 de Abril de 2016, por João Pedro Marques, com o título **“Os muçulmanos pacíficos e o seu terrorismo”**. Também aqui, este é o único artigo produzido sobre o tema por este autor, para o jornal em questão, durante o período analisado.

Neste último artigo vêem-se repetidos os temas presentes nos três anteriores, como a associação do terrorismo ao Islão – “terrorismo islâmico”, logo de seguida apelidado de “terror apocalíptico”; ou a divisão entre dois “Islãos”: aquele de que fazem parte os “muçulmanos pacíficos” ou o “bom e equilibrado muçulmano” e os que “matam e violentam em nome de Alá”, sendo que os primeiros, tanto quanto o autor pode “perceber”, reagem rejeitando os segundos. Ilustra esta atitude com exemplos como uma petição assinada por “mais de um milhão de muçulmanos devotos” ou os “70 mil clérigos muçulmanos [que] emitiram uma fátua” dizendo que grupos como a Al-Qaeda, os Taliban e o Estado Islâmico não eram “organizações islâmicas”, pedindo que os “*media* deixassem [...] de usar o termo ‘islâmico’ quando referissem essas organizações”.

Definindo-se como “ocidental” (“aos olhos de um ocidental – deste ocidental, pelo menos”), diz que estas iniciativas são “insuficientes” e “desviadas”, uma vez que tentam “exorcizar o mal de esquelha sem o agarrar pelos cornos”. Verificamos nesta afirmação, tanto uma alusão aos exorcismos da Igreja católica como a touradas, possivelmente num reforço identitário do autor às duas. A já vastamente referida externalidade aparece nítida na frase “se os terroristas não são muçulmanos então o seu terrorismo é um problema do mundo e não, ou não apenas, dos muçulmanos – mas trata-se de uma ilusão”, destacando que os problemas “dos muçulmanos” não são, *a priori*, os do “mundo”, comparando este à “violência milenarista que durante séculos abrasou várias regiões da Europa” sendo “um problema cristão”. Mais uma vez, fica reforçada a identificação ao Cristianismo, pela falta de exemplos ou referências claras que ilustrem este “problema”.

Tal como no artigo do jornal *Público*, o autor reforça a necessidade de adaptação dos textos sagrados do Islão, indicando que na base dos dois problemas está a “diferença de

interpretação” dos mesmos, dando semelhantes exemplos aos do primeiro artigo. Parafrasea uma das “aparentemente poucas personalidades no mundo islâmico” a constatar este problema, o general Abdul-Fattah Al-Sisi²¹⁰, militar e, à data e actualmente, presidente do Egipto (algo que não está dito no artigo) num discurso feito no início de 2015, onde dizia que “certos textos e sermões religiosos tinham ajudado a criar uma ideologia que encorajava o assassinio de não-muçulmanos e que os imãs tinham o dever de pôr fim a isso”. Constata, depois, que este discurso teve “escasso eco e efeito” nos países onde foi televisionado – não refere quais.

Há, ainda, uma pequena referência à resposta do xeque Munir “que também é dos que afirmam que o Estado Islâmico não é ‘islâmico’”, quando “confrontado” com a questão da “Reforma” dos textos religiosos e do “Islão”: “Reformas de quê? Mais importante é educar os muçulmanos”. Resposta criticada pelo autor, que julga que “a recusa em ver o que temos [eles] perante os olhos é um problema sério”. E continua a mesma crítica mais à frente quando diz, entre parêntesis, em discurso directo simulado para o Xeque Munir: “não, xeque Munir, o acto de se fazer explodir num parque de Laore [cidade do Paquistão], em prol da causa **política e religiosa** [política antes de religiosa] dos Taliban, não é equivalente ao acto de atirar com um avião contra uma montanha, como fez um piloto da Germanwings”. Externaliza as “suas comunidades” – do Xeque Munir, logo dos muçulmanos portugueses - que são, no seu discurso, parte pertencente ao “mundo islâmico”, sendo preciso que “reconheçam que há um enorme potencial agressivo em algumas ideologias religiosas” – aqui já não políticas – que ali “têm acolhimento”.

Nesta última análise qualitativa, mais fina e crítica do discurso de opinião, presente nestes quatro artigos com maior número de coocorrências significativas assinaladas pela função *concordance* da ferramenta *Sketch Engine*, podemos, tanto nos títulos, como no conteúdo, ver corroborado o conteúdo temático verificado nas duas primeiras análises feitas, o que corrobora a validade da investigação. Pelos temas abordados, em todos os artigos dos quatro

²¹⁰ Abdel Fattah al-Sisi, é um military egípcio que se tornou líder do país em Julho de 2013, depois de o exército ter removido o Presidente Mohammed Morsi do poder, no seguimento de protestos em massa contra o seu governo. Sisi foi eleito presidente em Maio de 2014., tendo renovado o seu mandato em Março de 2018. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Abdel-Fattah-al-Sisi> consultado em 22 de Setembro de 2021.

jornais vemos o paralelismo com o analisado anteriormente. Por exemplo, a associação do Islão ao terrorismo e à violência estão presentes, bem como a ideia de alteridade e de diferença de valores/“Choque de Civilizações”, colocando, mais uma vez o “Islão” num lugar em que a necessidade de reforma e de modernização é imperativa, sendo que estas têm como barómetro os “valores europeus” e “ocidentais”, reforçando as duas primeiras análises qualitativas, nomeadamente nas relações de poder e dominação dos primeiros sobre os segundos patentes no discurso observado.

Ficam verificados também os temas do Securitismo/Narrativa do medo, nos jornais *Observador* e *Correio da Manhã*. Reforça-se, ainda, com esta análise, a identificação católica/cristã constatada nas anteriores, sendo que esta está presente em todos os quatro artigos, sendo retratada de um ponto de vista hegemónico e colocada em oposição ao Islão, como previamente. Além disso, carece, invariavelmente, de explicações por parte dos produtores de opinião. Assim sendo, enquanto elementos com legitimidade para recolher, interpretar e explicar determinado assunto, os *opinion makers* demonstram que eles próprios se sentem identificados ao catolicismo/Cristianismo. Mais ainda, ao não explicar características do mesmo e explicando as do Islão, pressupõem a identificação, também, das suas audiências.

Além do já verificado anteriormente, através desta análise crítica do discurso podemos constatar, que, quando observados finamente, os artigos criam significado do Islão de uma forma política, afastando-o do seu sentido religioso. Isto acontece em três dos quatro artigos, no do jornal Público, Observador, e Diário de Notícias + Jornal de Notícias.

Capítulo 5. Conclusões e Pistas de Investigação Futuras

O objetivo principal proposto para esta dissertação prende-se com a análise da forma como são tratados os temas sobre o Islão pelo jornalismo de opinião em Portugal, através do seu discurso, de modo a perceber se as representações criadas são, como vimos em estudos anteriores, redutoras e pouco plurais e/ou complexas, ou não. Para tal, foram analisados 494 artigos de opinião, produzidos entre 2010 e 2020, de um total de cinco jornais diários portugueses, *Público*, *Observador*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, na sua produção online, com a ajuda do *software Sketch Engine*.

Em relação aos **temas dominantes** no jornalismo de opinião que é feito sobre o Islão nos jornais, online e digitais, portugueses existe uma predominância das temáticas que se prendem com violência e/ou terrorismo, com diferenças de valores e/ou choque de civilizações, e com símbolos religiosos e/ou papel da mulher. Existe ainda uma produção maioritária de artigos sobre o Islão externo, uma vez que os eventos a que se referem acontecem fora de Portugal.

Observa-se que a produção do jornalismo de opinião feita sobre o tema do Islão ocorre, na sua maioria, por parte de **não-especialistas no tema**, sendo que, dos doze mais frequentes produtores de opinião, podemos destacar apenas uma pessoa formada em Estudos do Islão. Outra conclusão importante relativamente ao background dos *opinion makers* é a da ligação de alguns produtores a funções directamente associadas à Igreja católica em Portugal, bem como à política com ligações profissionais à União Europeia, por exemplo na área da segurança.

No que respeita à primeira parte da última questão de investigação “Existe representação de um Islão português nos artigos de opinião dos jornais online e electrónico analisados?”, confirma-se uma ausência desta, com casos muito pontuais da sua existência. A presença do Islão português é, portanto, **quase nula, aparecendo apenas em onze dos 494 artigos** analisados, ainda que em todos os jornais. Comprova-se, assim, a ausência de visibilidade do Islão português no discurso de opinião nos jornais analisados, referida, também, por Araújo (2019), depois de analisar as narrativas islamofóbicas em Portugal em vários campos, nomeadamente nos *media*.

Em resposta à segunda parte da última questão de investigação “E, se sim, difere daquela feita relativamente ao Islão não-português?” percebe-se que, **embora as temáticas sejam muito semelhantes**, seja relativamente a eventos ocorridos fora de Portugal, seja dentro do país, **metade da pouca produção que evoca o Islão português fá-lo criando uma narrativa de “Islão bem integrado”**, embora nunca fique claro o que tal significa, por falta de aprofundamento. Estes casos acontecem, na sua maioria, evocando discursos de dois líderes islâmicos em Portugal, o Xequê David Munir, e o antigo líder Abdool Vakil. Isto acontece nos casos do *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias + Jornal de Notícias*.

No que diz respeito ao objetivo central da análise, sobre a forma como o tema é tratado, podemos perceber que “Islão” e “muçulmanos/as” são conceitos discursivamente tratados como políticos e de uma perspectiva de alteridade. Além da representação redutora do Islão, e da existência de um “Islão” que é tratado como político, o maior destaque vai para **a constante afirmação de uma identidade portuguesa cristã**. O próprio contexto histórico, quando existente nos artigos, serve acima de tudo para mostrar oposição entre católicos/cristãos e muçulmanos, não só no que toca à “ocupação muçulmana” da península ibérica e à “Reconquista Cristã”, como ao desenrolar da História retratando sempre os Cristãos como “modernizados” e o Islão como “obsoleto”.

Existe, assim, uma constante evocação de paralelismos/oposições com o Cristianismo/catolicismo, partindo sempre do pressuposto conhecimento dos leitores sobre o mesmo, sendo que, por outro lado, existe uma constante tentativa de “explicar” o “Islão”, uma ideia de necessidade de “reforma do Islão”, que dizem já ter acontecido com a Igreja católica, mais uma vez sem aprofundar ou materializar. Desta forma, além de ser criada uma representação redutora, pouco plural e/ou complexa, o Islão é retratado como carecendo de uma modernização urgente, sempre por comparação ao Cristianismo/catolicismo. Ou seja, **mais do que criar uma representação do Islão, os artigos prestam-se a reforçar esta ideia de identidade católica/cristã portuguesa**.

Se o “Ser Português” configurava no discurso de opinião sobre o *Outro* na imprensa portuguesa dos anos 90 (Ferin, 1997), o “Ser Europeu/ocidental” e “Ser Cristão/católico” é, nesta análise, colocado em alteridade com o “Ser Islão/muçulmano(a)” através destas duas

comunidades imaginadas (Anderson, [1983] 2017) que não sentem o “Islão” como parte integrante, sendo que tanto num caso como no outro se revelam mais enquanto conjuntos de valores, quer sejam políticos ou religiosos.

Foram algumas as limitações deste estudo. A primeira prendeu-se com o facto de os dados serem vastos e o presente trabalho carecer de limitações. A segunda está relacionada com a questão de que, embora os resultados tenham tido uma validade corroborada a cada passo da análise, ela aconteceu apenas de uma das perspectivas da representação. Assim, tendo realizado uma análise de conteúdo e do discurso, portanto de mensagem/linguagem, não foi possível analisar o lugar da produção e da recepção deste discurso. Logo, para tentar analisar que possíveis efeitos têm os *media*, nomeadamente os artigos de opinião dos jornais, na representação do Islão em Portugal, seria necessário fazer um estudo da recepção destas matérias pelas suas audiências. Mais ainda, seria importante perceber a perspectiva da produção, por parte das empresas de *media* e *opinion makers*, para dar lugar a pensar as escolhas nesta fase prévia.

No que respeita a futuras pistas de investigação, seria importante saber quantos artigos de opinião foram produzidos em cada jornal no período estudado, de forma a compreender a proporção que aborda as temáticas relacionadas com o Islão, e conseqüentemente, a visibilidade que lhe é dada. Uma vez que os dados analisados dizem respeito a um espaço temporal posterior ao dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, e estes marcam presença, mesmo vinte anos depois, nos temas do jornalismo, e nomeadamente no de opinião, seria interessante analisar comparativamente a produção de opinião prévia a esta data, para tentar perceber se os temas são os mesmos.

Quanto à temática da identidade cristã, seria pertinente perceber, comparativamente, quantos artigos de opinião tratam directamente e de que perspectiva o fazem, Cristãos e Católicos, no mesmo período de tempo analisado, de modo a averiguar se o resultado se repete, ou não. Além disto, investigar a mesma problemática no que respeita a outras religiões, por exemplo, como o judaísmo, abriria espaço a perceber se esta representação redutora existe, de facto, relativamente a qualquer religião que não seja o Cristianismo, ou se, por outro lado, apenas o faz em relação ao Islão. Uma vez que é referida a falta de investigação sobre Islamofobia

em Portugal, seja no discurso público, como a nível institucional e organizacional, e tendo em conta a quase nula representação do Islão português nos artigos analisados nesta dissertação, projectos de investigação sobre o tema seriam, também, importantes.

Bibliografia

Abadi, David, D'Haenens, Leen e Koeman, Joyce (2016), "Recent Trends in German Integration Discourse: From the Sarrazin Controversies to the Decline of Political Correctness", Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.37-56.

Adorno, Theodor e Horkheimer, Max (1972), *Dialectic of Enlightenment: Max Horkheimer and Theodor W. Adorno*. New York: Seabury Press.

Abranches, Maria (2007), «Muslim Women in Portugal: Strategies of Identity (re)Construction», *Lusotopie*, XIV(1), 239-254.

Ahlin, Martin e Carler, Nicklas (2011), *Media and the Muslims: A thesis on media framing & priming in Argentina*. University West, Department of Economics and IT.

Ahmed, Saifuddin (2010), "The role of the media during communal riots in India: A study of the 1984 Sikh riots and the 2002 Gujarat riots", *Media Asia*, 37(2), pp.103-111.

Ahmed, Saifuddin (2012), "Media portrayals of Muslims and Islam and their influence on adolescent attitude: An empirical study from India", *Journal of Arab & Muslim Media Research*, 5(3), pp.279-306.

Ahmed, Saifuddin e Matthes, Jörg (2016), "Media Representation of Muslims and Islam from 2000 to 2015: A meta-analysis", *The International Communication Gazette*, 0(0), Londres: Sage, pp.1-26.

Alsultany, Evelyn (2012), *Arabs and Muslims in the Media: Race and Representations after 9/11*, Nova Iorque: New York University Press.

Amossy, Ruth e Zavaglia, Adriana (2007), «O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos», *Filologia e linguística portuguesa*, 9, pp.121-146.

Anderson, Benedict ([1983] 2017), *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa: Edições 70.

Altheide, David L. e Robert, P. Snow. (1991), *Media Worlds in the Postjournalism Era*, New Jersey: Aldine Transaction.

Araújo, Marta (2019), «A islamofobia e as suas narrativas em Portugal: conhecimento, política, média e ciberespaço», *Oficina do CES*, 447, Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 1-37.

Asad, Talal (2003), *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press.

Bahdi, Reem, e Kanji, Azeedah (2018), «What is Islamophobia», *UNBLJ*, 69, pp.322.

Bakhtin, Mikhail (1986) *Speech genres and other essays*, Austin: UT Press.

Barriga, Antónia (2008). *Media, Política e Opinião: uma tríade complexa. Uma abordagem à opinião publicada em Portugal*. Tese doutoral pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Berelson, Bernard (1959), «The state of communication research», *Public Opinion Quarterly*, 23(1), pp. 16.

Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas (2004), *A Construção Social da Realidade, Um livro sobre a Sociologia do Conhecimento*, Lisboa: Dinalivro.

Bleich, E. (2011). «What is Islamophobia and how much is there? Theorizing and measuring an emerging comparative concept». *American Behavioral Scientist*, 55(12), pp.1581-1600.

Bolter, J. David e Grusin, Richard (2000), *Remediation: Understanding new media*, mit Press.

Bourdieu, Pierre (1989) *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

Bourdieu, Pierre (1997) *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora.

Bramson, Leon (1961) *The Political Context of Sociology*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

Brandão, Inês (2016), *Deuses em movimento: o caso dos muçulmanos guineenses em Lisboa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Cantril, Hadley; Gaudet, Hazel; Herzog, Herta (1940), *The Invasion From Mars*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

Carvalho, Margarida (2008), «A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários», *Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, 25 a 28 de Junho, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Castelo, Cláudia (1998), *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Cesari, Jocelyne (2009), *The securitisation of Islam in Europe, Vol. 15*, CEPS.

Charaudeau, P. (1973). «Réflexion pour une typologie des discours». *Etudes de linguistique appliquée*, 11, pp-22.

Chibnall, Steve (1977), *Law-and-Order News*, Londres: Tavistock.

Costa, Sandra e Pinto, Maria do Céu (2012), «A problemática da radicalização islamista: desafios conceptuais e dificuldades práticas no contexto europeu», *Nação e Defesa*, 132(5), pp.171-191.

Cunha, Isabel Ferin (2003), «A Imigração e as Minorias na imprensa e na televisão», *Jornalismo e Jornalistas*, (15), Universidade Coimbra, pp.1-6.

D'haenens, Leen e Bink, Susan (2007), «Islam in the Dutch press: With special attention to the Algemeen Dagblad», *Media, Culture & Society*, 29.1, pp.135-149.

Da Costa Pinto, João (2009), «Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951–1974)», *Revista UFG*, 11(6), Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48238> , consultado em 15 de Setembro de 2021.

De Cock, Rozane e Du Pont, Koenraad (2016), “Comparison of News Reporting on Islam and Muslims in Wallonia and France”, Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.109-130.

De Smaele, Hedwig e De Booser, Dorien (2016). “The Representation of Islam and Muslims in Russian Newspapers Kommersant’ and Rossijskaya Gazeta”. Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.191-205.

Dijk, Teun Van (2017), *Discurso, Notícia e Ideologia – Estudos na análise crítica do discurso*, V.N.Famalicão: Edições Húmus.

Donohue, George A., Tichenor, Phillip. e Olien, Clarice N. (1973), «Mass media functions, knowledge and social control», *Journalism Quarterly*, 50(4), pp.652-659.

Durant, Alan (2010), *Meaning in the Media – Discourse, Controversy and Debate*, Cambridge: Cambridge University Press.

Durant, Alan e Lambrou, Marina (2009), *Language and media*, London: New York.

Ehrkamp, Patricia (2010), “The limits of multicultural tolerance? Liberal democracy and media portrayals of Muslim migrant women in Germany”, *Space and Polity*, 14(1), Routledge, pp.13-32.

Ewart, Jacqui (2012), “Framing an alleged terrorist: How four Australian news media organizations framed the Dr. Mohamed Haneef case”. *Journal of Media and Religion*, 11(2), Routledge, pp.91-106.

Fairclough, Norman (1995), *Media Discourse*, Londres: Hodder Education.

Faria, Rita Gomes (2007), “Marroquinos em Portugal”, *Lusotopie*, XIV(1), pp.205-221.

Ferreira, Verónica (2016), «Representações mediáticas da “noite que mudou a Alemanha”: a violência sexual como veículo de islamofobia?». *Observatório Político*, 61, FCSH-UNL, pp.15.

Figueiras, Rita (2002) “Os Opinion Makers na imprensa de referência portuguesa”, Miranda, José A. Bragança De E Silveira, Joel Frederico (Orgs.), *As Ciências da Comunicação na viragem do século – Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Vega Editora, Lisboa, pp. 798-810.

Figueiras, Rita (2003), «O Espaço Opinião na imprensa de referência portuguesa: 1980-1991», *Centro de Investigação Media e Jornalismo*, 2, pp.89-112.

Fowler, Roger (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*, Londres: Routledge.

Gamson, William A. e Modigliani, Andre (1989), «Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach», *American journal of sociology*, 95.1, pp.1-37.

Garcia, José Luís (2009), «Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses». *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa: ICS–Imprensa de Ciências Sociais, pp.23-46.

Garcia, José Luís, Alves, Tânia, e Léonard, Yves (2017), *Salazar, o Estado Novo e os media*, Lisboa: Edições 70.

Garrett, Peter e Bell, Allan (1998), *Approaches to Media Discourse*, Wiley-Blackwell.

Gerbner, George (1967), «Mass media and human communication theory», in F.E.X. Dance (ed.), *Human Communication Theory*, New York: Holt, Rinehart and Winston, pp.40-57.

Gitlin, Todd (2003), *The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left*, California: University of California Press.

Green, Penny (2013), “Islamophobia: Burma’s racist fault-line”, *Race & Class*, 55(2), Sage Publishing, pp.93-98.

Hall, Stuart (1973), «Encoding/Decoding», in Hall, Stuart, Hobson, Dorothy, Howe, Andrew e Willis, Paul (eds), *Culture, media, language*, London: Routledge, pp.128-38.

Hall, Stuart (1985), “Signification, representation, ideology: Althusser and the post-structuralist debates”, *Critical Studies in Media Communication*, 2(2), London: Routledge, pp. 91-114.

Hall, Stuart, & Du Gay, Paul (Eds.). (1996). *Questions of Cultural Identity: SAGE Publications*. Sage.

Hall, Stuart (1997), “Introduction”, in Hall, Stuart (ed.), *Representation: cultural representations and signifying practices*, London: Sage, pp. 1-11.

Hall, Stuart (2021) The whites of their eyes: Racist ideologies and the media 1981, In *Selected Writings on Race and Difference*, Duke: Duke University Press, pp. 97-120.

Hall, Stuart (2017), “A world at one with itself 1970”. In *Selected Political Writings*, Duke: Duke University Press, pp. 107-116.

Huntington, Samuel (1997), *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva.

Hartley, John (1982), *Understanding News*, London: Routledge.

Ibrahim, Dina (2010), “The framing of Islam on network news following the September 11th attacks”. *International Communication Gazette*, 72(1), Sage Publishing, pp.111-125.

Ichau, Elke e d’Haenens, Leen (2016), «The representation of Islam and Muslims in Flemish TV news», *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.91-108.

Iqbal, Zamir (2010a), «Understanding Islamophobia: conceptualizing and measuring the construct», *European Journal of Social Sciences*, 13(4), pp.574-590.

Iqbal, Zamir (2010b), «Islamophobia or Islamophobias: Towards developing a process model». *Islamic Studies*, pp.81-101.

Jerónimo, Patrícia (2016), «A presença islâmica na Europa e os desafios postos à prática judicial – Quão conscientes estão os juízes portugueses dos seus preconceitos a respeito do Islão?», in Mónica C. Ribeiro (org.), *Racismo e discriminação*, Lisboa: SOS Racismo, pp.1-10.

Jowett, Garth S. e O'donnell, Victoria (1986), *Persuasion and propaganda*. Beverly Hills: Sage.

Kabir, Nahid Afrose (2011), “A study of Australian Muslim youth identity: The Melbourne case”, *Journal of Muslim Minority Affairs*, 31(2), Routledge, pp.243-258.

Kabir, Shah N. (2010), “Representation of French Muslim minorities in a New Zealand newspaper”. *The Journal of the South East Asia Research Centre for Communication and Humanities*, 2(1), Subang Jaya, Selangor : Taylor's University, pp.33-46.

Katz, Elihu e Lazarsfeld, Paul (2017), *Personal influence: The part played by people in the flow of mass communications*. Routledge.

Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1986), «La enunciación», *De la subjetividad en el lenguaje*, Buenos Aires: Hachette, pp.117-135.

Kershaw, Ian (2016), *À Beira do Abismo – A Europa, 1914-1949*, Lisboa: Dom Quixote.

Kumar, Deepa (2010), “Framing Islam: The resurgence of Orientalism during the Bush II era”, *Journal of Communication Inquiry*, 34(3), Iowa: Sage Publishing, pp.254-277.

Kovach, Bill e Rosenstiel, Tom (2005) *Os Elementos Do Jornalismo : o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*, Porto: Porto Editora.

Lams, Lutgard (2016), “Salience and Representation of Islam and Uyghur Muslims in the Chinese Communist Party Press”, Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.205-223.

Lasswell, Harold D. (1927), «The theory of political propaganda», *American Political Science Review*, 21(3), pp.627-631.

Lasswell, Harold D. (1948) «The structure and function of communication in society», Lyman Bryson (ed.), *The communication of Ideas*, pp.32-51-. New York: Harper.

Lazarsfeld, Paul F., Berelson, Bernard e Gaudet, Hazel (1944) *The People's Choice*, New York: Duell, Sloan and Pearce.

Lasswell, Paul F., e Stanton, Frank N. (1949) *Communication Research 1948-9*, New York: Harper and Row.

Lippmann, Walter (1922), *Public Opinion*, New York: Harcourt Brace.

Lutzke, Jaclyn e Henggeler, Mary F (2009) *The rhetorical triangle: understanding and using logos, ethos, and pathos*, School of Liberal Arts: Indiana University.

Mamdani, Mahmood (2004), *Good Muslim, Bad Muslim: America, the Cold War, and the Roots of Terror*, New York: Pantheon Books.

Mapril, José (2005), «‘Bangla masjid’: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa», *Análise Social*, XXXIX(173), 851-873.

Martins, Paulo (2017) «A noção de interesse público e a defesa da vida privada», Neves, Maria do Céu e Silva, Rui (coord.), *Ética Aplicada: comunicação social*, Lisboa: Edições 70.

Mazzoleni, Gianpietro (2004), «Media e populismo: alleati o nemici», *Working Papers del Dipartimento di Studi Sociali e Politici*, 4.

Mazzoleni, Gianpietro e Bracciale, Roberta (2018), «Socially mediated populism: the communicative strategies of political leaders on Facebook», *Palgrave Communications*, 4(1), pp.1-10.

McCombs, Maxwell E. e Shaw, Donald L. (1972). «The agenda-setting function of mass media». *Public opinion quarterly*, 36(2), pp.176-187.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. e WEAVER, David H. (2014), «New directions in agenda-setting theory and research». *Mass communication and society*, 17.6, pp.781-802.

McCombs, Maxwell, & Valenzuela, Sebastián (2020), *Setting the agenda: Mass media and public opinion*, John Wiley & Sons.

Mello, Bianca (2011) «A performatividade nos quatro discursos», *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 2.1, pp.72-87.

Melo, José Marques de (2003), «O desafio do estudo dos gêneros», *Pauta Geral*, Salvador, 5, pp.11-20, Entrevista concedida a Tatiana Teixeira.

Melo, José Marques de (2010), «Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos», *Congresso Brasileiro de ciências da comunicação*, 33, Caxias do Sul.

Melo, José Marques de e Assis, Francisco de (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39, 39-56.

Mertens, Stefan (2016a), “European Media Coverage of Islam in a Globalizing World”, Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.59-73.

Mertens, Stefan (2016b), “Comparison of News Reporting on Islam and Muslims in Flanders and the Netherlands”, Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.59-73.

McQuail, Denis (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

McQuail, Denis, Blumler, Jay G. e Brown, J. (1972) «The television audience: A revised perspective», *Sociology of mass communications*, pp.135-165.

Mooney, Anabelle e Evans, Betsy ([1999] 2015), *Language, society and power: An introduction*, New York: Routledge.

Neveu, Érik ([2001] 2005), *Sociologia do Jornalismo*, Porto: Porto Editora.

OLIVEIRA, Jair (2016), «A linguagem performativa do jornalismo (contra fatos há argumentos)», *LÍBERO*, 30, pp.119-126.

Oliveira, C. I. A. (2013). *Discursos de divulgação da ciência na imprensa escrita-o desastre de Fukushima nos jornais Correio da Manhã e Público* (Doctoral dissertation, Faculdade de Ciências e Tecnologia).

Orpin, Debbie (2005), «Corpus linguistics and critical discourse analysis: Examining the ideology of sleaze», *International journal of corpus linguistics*, 10(1), pp.37-61.

Patil, Tejaswini Vishwanath (2015), “You Can't Have The Struggle Without The Ugly Fringe’-Publicness In Australian National Imagination: Media Representations Of The Muslim Demonstrations In Sydney In 2012”, *Continuum Journal Of Media & Cultural Studies*, 29(1), Routledge, pp.57-69.

Poole, Elizabeth (2002), *Reporting Islam: Media Representations of British Muslims*, London: I.B. Tauris.

Poole, Elizabeth (2016), “The United Kingdom’s Reporting of Islam and Muslims: Reviewing the Field”, Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.21-36.

Raposo, Henrique (2009), «O islamismo nas sociedades europeias – Os mitos da ‘comunidade muçulmana’, do ‘diálogo de civilizações’ e do ‘islão moderado’», *Relações Internacionais (R:I)*, 22, pp.63-82.

Rebelo, Joana (2020), *Sensacionalismo jornalístico Análise discursiva de notícias Covid-19: estudo de caso comparativo dos jornais Público e Correio da Manhã*, dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.

Rebelo, José (2002), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Notícias Editorial, Col. Media & Sociedade.

Rezende, Guilherme (2000), *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*, São Paulo: Summus.

Rocher, Guy (1971), *Sociedade tradicional e sociedade tecnológica*. Sociologia Geral, Porto: Presença.

Saha, Anamik (2012), “Beards, scarves, halal meat, terrorists, forced marriage: television industries and the production of race”, *Media, Culture & Society*, 34(4), Londres: SAGE Journals, 424-438.

Said, Edward W. ([1981]1997), *Covering Islam: How the media and the experts determine how we see the rest of the world*, Londres: Vintage.

Said, Edward W. ([1978] 2003), *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*, Londres: Penguin Classics.

Santos, Hélia (2009), “Jovens muçulmanos, identidades e escola pública: um estudo de caso”. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Sayyid, Salman (2014), *Recalling the Caliphate: Decolonization and World Order*. London: Hurst.

Schramm, Wilbur, Lyle, Jack e Parker, Edwin B (1961) *Television in the lives of our children*, Stanford, CA: Stanford University Press.

SEIXAS, Lia (2009), *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*, Covilhã: LabCom.

Shaheen, Jack (2009), *Reel bad Arabs: How Hollywood vilifies a people*, Brooklyn, NY: Olive Branch Press.

Silva, Maria Cardeira da (2005), «O sentido dos árabes no nosso sentido. Dos estudos sobre árabes e sobre muçulmanos em Portugal», *Análise Social*, XXXIX(173), pp.781-806.

Sofos, Spyros e Tsagarousianou, Roza (2013), *Islam in Europe: Public spaces and civic networks*. Springer.

Spitulnik, Debra (2000), “Media”, *Journal of Linguistic Anthropology*, 9 (1-2), Virginia: American Anthropology Association, pp. 148-51.

Statham, Paul (2004), «Resilient Islam», *Harvard International Review*, 26(3), pp.54.

Talbot, Mary (2007), *Media Discourse – Representation and Interaction*, Edimburgo: Edinburgh University Press.

Temer, Ana Carolina (2002), *Notícias & serviços nos telejornais da Rede Globo*. Rio de Janeiro: Sotese.

Temer, Ana Carolina (2009), «Gêneros e gêneros: apontamentos teóricos sobre os conceitos e sua atribuição ao jornalismo feminino», *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 30, n.51, pp.177-200.

Tiesler, Nina Clara (2000), “Muçulmanos na margem: a nova presença islâmica em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, Lisboa, pp.117-144.

Tiesler, Nina Clara (2005), “Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português”, *Análise Social*, XXXIX(173), 827-849.

Toldy, Teresa (2012), «‘Cautela com os amores’. Declarações do Cardeal de Lisboa vistas pela imprensa portuguesa», *e-cadernos ces*, 16, pp.32-65. DOI: 10.4000/eces.1016.

Törnberg, Anton e Törnberg, Petter (2016), «Muslims in social media discourse: Combining topic modeling and critical discourse analysis», *Discourse, Context & Media*, 13, pp.132-142.

Tsagarousianou, Roza (2016), “Muslims in Public and Media Discourse in Western Europe: The Reproduction of Aoria and Exclusion”, Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.3-20.

Tsagarousianou, Roza e Sofos, Spyros (2010), *The voice behind the veil*.

Vakil, AbdoolKarim (2003a), «O ‘Portugal islâmico’, o ‘Portugal multicultural’ e os muçulmanos portugueses: história, memória e cidadania na construção de novas identidades», in Guilhermina Mota (org.), *Minorias étnicas e religiosas em Portugal: história e actualidade*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.409-451.

Vakil, AbdoolKarim (2003b), «From the Reconquista to Portugal Islâmico: Islamic Heritage in the Shifting Discourses of Portuguese Historiography and National Identity», *Arqueologia Medieval*, 8, pp.5-16.

Vakil, AbdoolKarim (2004), «Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, Lisboa, pp.17-52.

Van Dijk, Teun (1991), *Racism and the Press*, Londres: Routledge.

Vegar, José (2007), «O encaixe das rodas dentadas: a investigação do terrorismo jihadista em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, pp.163-181.

Verschooten, Chris, Amanullah, Arshad e Nijs, Stefanie (2016), “Framing ghar wapsi and Muslim Identity in Indian Print Media”, Mertens, Stefan e Smaele, Hedwig de (eds.), *Representations of Islam in the News – A Cross-Cultural Analysis*, Maryland: Lexington Books, pp.225-244.

Vilaça, Helena (1999), «Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal», *Lusotopie*, II, pp.277-289.

Weber, Max (2004), “Tipos de dominação”, in Cruz, Manuel Braga da, *Teorias sociológicas os fundadores e os clássicos (antologia de textos)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 681-723.

Widdowson, Henry (1996), *Linguistics*, Oxford: University Press.

Wodak, Ruth (2006), «Mediation between discourse and society: Assessing cognitive approaches in CDA», *Discourse studies*, 8(1), pp.179-190.

Wright, Charles Richard (1960) “Functional analysis and mass communication”, *Public Opinion Quarterly*, 24, pp.606-620.

Wright, Charles R. (1968), *Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Bloch.

Webgrafia

Pew Research Center

http://www.globalreligiousfutures.org/countries/portugal#/?affiliations_religion_id=0&affiliations_year=2010®ion_name=All%20Countries&restrictions_year=2016 (consultado em 19 de Novembro de 2019)

INE – Instituto Nacional de Estatística

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006396&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt (consultado em 19 de Novembro de 2019)

História da Reconquista Cristã

<http://www.historiadeportugal.info/reconquista-ou-reconquista-crista/> (consultado em 19 de novembro de 2019)

Sindicato dos Jornalistas

<https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/> (Consultado em 29 de Junho de 2020)

European Islamophobia Report 2017

http://www.islamophobiaeurope.com/wp-content/uploads/2018/07/EIR_2017.pdf (consultado em 15 de Setembro de 2021).

Anexos

Índice

ANEXO A - <i>CORPORA</i> TOTAIS CARREGADOS PARA O SOFTWARE <i>SKETCH ENGINE</i>	143
ANEXO B - OCORRÊNCIA DAS PALAVRAS-CHAVE ‘ISLÃO’ E ‘MUÇULMANO/A/OS/AS’ POR JORNAL	143
ANEXO C – QUADRO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	147
ANEXO D - LISTA DE ARTIGOS DO JORNAL <i>PÚBLICO</i>	148
ANEXO E - NÚMERO DE ARTIGOS POR AUTOR/A DO JORNAL <i>PÚBLICO</i>	150
ANEXO F - LISTA DE ARTIGOS DO JORNAL <i>OBSERVADOR</i>	151
ANEXO G - NÚMERO DE ARTIGOS POR AUTOR/A DO JORNAL <i>OBSERVADOR</i>	152
ANEXO H - LISTA DE ARTIGOS DO JORNAL <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	153
ANEXO I - NÚMERO DE ARTIGOS POR AUTOR/A <i>CORREIO DA MANHÃ</i>.....	164
ANEXO J - LISTA DE ARTIGOS DO JORNAL <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i> + <i>JORNAL DE NOTÍCIAS</i>	165
ANEXO K - NÚMERO DE ARTIGOS POR AUTOR/A <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i> + <i>JORNAL DE NOTÍCIAS</i>.....	168
ANEXO L - ANÁLISE DE CONTEÚDO PARTINDO DO <i>WORDSKETCH</i>.....	169
ANEXO M - EXEMPLO DE LISTAGEM RETIRADA COM FUNÇÃO <i>CONCORDANCE</i>	183
ANEXO N - ARTIGO COM MAIOR NÚMERO DE COCORRÊNCIAS SIGNIFICATIVAS JORNAL <i>PÚBLICO</i>.....	184
ANEXO O - ARTIGO COM MAIOR NÚMERO DE COCORRÊNCIAS SIGNIFICATIVAS JORNAL <i>OBSERVADOR</i>	187
ANEXO P - ARTIGO COM MAIOR NÚMERO DE COCORRÊNCIAS SIGNIFICATIVAS JORNAL <i>CORREIO DA MANHÃ</i>.....	192
ANEXO Q - ARTIGO COM MAIOR NÚMERO DE COCORRÊNCIAS SIGNIFICATIVAS JORNAL <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i> + <i>JORNAL DE NOTÍCIAS</i>	193

Anexo A - *Corpora* totais carregados para o software *Sketch Engine*

(inclui todas as palavras-chave do projecto Islamophobie savante et médiatique : Étude transnationale des discours et de leur impact)



RECENTLY USED CORPORA			NEW CORPUS
JN+DN	Portuguese	65,808	
CM	Portuguese	385,206	
Público	Portuguese	115,839	
Observador	Portuguese	48,623	

Anexo B - Ocorrência das Palavras-chave 'Islão' e 'Muçulmano/a/os/as' por Jornal

Público

Islão	163
Islão-do-terrorismo	1
Anti-islão	1
muçulmanos	136
muçulmana	49
muçulmano	53
muçulmanas	28
não-muçulmanos	1
anti-muçulmanos	1
Hindu-muçulmano	1
anti-muçulmano	1

WORDLIST

Público  

Acc
Get

lemma (3 items | 165 total frequency)

Lemma	Frequency ?
1 islão	163 ...
2 islão-do-terrorismo	1 ...
3 anti-islão	1 ...

WORDLIST

Público  

Acc
Get

word (8 items | 270 total frequency)

Word	Frequency ?
1 muçulmanos	136 ...
2 muçulmano	53 ...
3 muçulmana	49 ...
4 muçulmanas	28 ...
5 não-muçulmanos	1 ...
6 anti-muçulmanos	1 ...
7 hindu-muçulmano	1 ...
8 anti-muçulmano	1 ...

Observador

Islão	84
Anti-islão	2
muçulmanos	82
muçulmana	18
muçulmano	18
muçulmanas	31

WORDLIST

Observador  

lemma (2 items | 86 total frequency)

Lemma	Frequency ?
1 islão	84 ...
2 anti-islão	2 ...

WORDLIST

Observador  

word (4 items | 149 total frequency)

Word	Frequency ?
1 muçulmanos	82 ...
2 muçulmanas	31 ...
3 muçulmano	18 ...
4 muçulmana	18 ...

Correio da Manhã

Islão	133
Anti-islão	1
muçulmanos	192
muçulmana	91
muçulmano	84
muçulmanas	23
antimuçulmano	1
Não-muçulmano	1
antimuçulmana	1

WORDLIST

CM  

lemma (2 items | 134 total frequency)

Lemma	Frequency ?
1 islão	133 ...
2 anti-islão	1 ...

WORDLIST

Ac
Gr

word (7 items | 393 total frequency)

	Word	Frequency ?
1	muçulmanos	192 ...
2	muçulmana	91 ...
3	muçulmano	84 ...
4	muçulmanas	23 ...
5	antimuçulmano	1 ...
6	não-muçulmano	1 ...
7	antimuçulmana	1 ...

Diário de Notícias + Jornal de Notícias

Islão	111
muçulmanos	118
muçulmana	55
muçulmano	33
muçulmanas	13
não-muçulmanos	1

WORDLIST

lemma (1 items | 111 total frequency)

	Lemma	Frequency ?
1	islão	111 ...

WORDLIST

word (5 items | 220 total frequency)

	Word	Frequency ?
1	muçulmanos	118 ...
2	muçulmana	55 ...
3	muçulmano	33 ...
4	muçulmanas	13 ...
5	não-muçulmanos	1 ...